



DJE

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Boa Vista, 8 de maio de 2015

Disponibilizado às 20:00 de 07/05/2015

ANO XVIII - EDIÇÃO 5502

Composição

Des. Almiro José Mello Padilha
Presidente

Des. Mauro José do Nascimento Campello
Des. Gursen De Miranda
Membros

Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Vice-Presidente

Des^a. Tânia Vasconcelos Dias
Corregedor-Geral de Justiça

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

Telefones Úteis

Plantão Judicial 1^a Instância
(95) 8404 3085

Secretaria-Geral
(95) 3198 4102

Ouvidoria
0800 280 9551

Plantão Judicial 2^a Instância
(95) 8404 3123

Secretaria de Gestão Administrativa
(95) 3198 4112

Vara da Justiça Itinerante
0800 280 8580
(95) 3224 4395
(95) 8404 3086
(95) 8404 3099 (ônibus)

Justiça no Trânsito
(95) 8404 3086

Secretaria de Infraestrutura e Logística
(95) 3198 4109

Presidência
(95) 3198 2811

Secretaria de Tecnologia da Informação
(95) 3198 2865

Assessoria de Comunicação
Social
(95) 3198 2830

Secretaria de Orçamento e Finanças
(95) 3198 4123

PROJUDI
(95) 3198 4733
0800 280 0037

Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
(95) 3198 4152

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Expediente de 07/05/2015

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.15.000393-7****IMPETRANTE: HUMBERTO LUIZ LIRA MELO****DEFENSORA PÚBLICA: DRª TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO****IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA****PROCURADOR DO ESTADO: DR. CLÁUDIO BELMINO R. EVANGELISTA****RELATORA: DESEMBARGADORA TÂNIA VASCONCELOS DIAS****EMENTA**

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL.

PRELIMINAR: PERDA DO OBJETO. INÍCIO DO PROCESSO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO. AUSÊNCIA DE EFETIVO FORNECIMENTO DA MEDICAÇÃO PELO PERÍODO INTEGRAL DO TRATAMENTO. PERSISTÊNCIA DO INTERESSE PROCESSUAL. PRELIMINAR AFASTADA.

MÉRITO: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO PARA CONTROLAR O CÂNCER. ACESSO À SAÚDE. DIREITO QUE EXIGE PROTEÇÃO SUFICIENTE. FORNECIMENTO PELO ESTADO. SEGURANÇA CONCEDIDA.

ACÓRDÃO

Os Exmos. Srs. Desembargadores, integrantes do Tribunal Pleno, em consonância com o parecer ministerial, acordam, à unanimidade de votos, pelo não acolhimento da preliminar e, no mérito, pela CONCESSÃO da segurança, nos termos do voto da Relatora, que fica fazendo parte desse julgado.

Estiveram presentes Des. Almiro Padilha (Presidente), Des. Ricardo Oliveira (Vice-Presidente), Desª. Tânia Vasconcelos Dias (Relatora), Des. Mauro Campello (Julgador), Dr. Leonardo Cupello (Juiz Convocado), Dra. Elaine Cristina Bianchi (Juíza Convocada) e Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti (Juiz Convocado), bem como a Procuradora de Justiça Elba Christine Amarante de Moraes.

Boa Vista/RR, Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze (06.05.2015).

Desª Tânia Vasconcelos Dias
Relatora

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.001000-7.**AGRAVANTE: WESLEY COSTA DE OLIVEIRA****ADVOGADO: DR. RAFAEL DE ALMEIDA PIMENTA PEREIRA****AGRAVADO: DELEGADA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RORAIMA****RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO OLIVEIRA**

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL - NORMA INFRACONSTITUCIONAL QUE EQUIPARA O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL A SECRETÁRIO DE ESTADO - EXTENSÃO QUE NÃO PODE ABRANGER O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO, POR FALTA DE PREVISÃO SIMÉTRICA NO MODELO FEDERAL - INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA - REMESSA DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA, CUMPRINDO AO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU ACATAR A DELIBERAÇÃO DO ÓRGÃO "AD QUEM" ACERCA DA DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA - AGRAVO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Pleno do egrégio Tribunal de Justiça do

Estado de Roraima, por unanimidade, em negar provimento ao agravo, declarando, porém, a inconstitucionalidade, em relação ao Delegado-Geral de Polícia, da expressão "ao foro", contida no art. 2.º, § 4.º, da Lei n.º 499/2005, nos termos do voto do Relator.

Presenças: Des. Almiro Padilha (Presidente), Des. Ricardo Oliveira (Relator), Des. Mauro Campello (Julgador), Des.ª Tânia Vasconcelos Dias (Julgadora), Dr. Leonardo Cupello (Juiz Convocado), Dra. Elaine Bianchi (Juíza Convocada), Dr. Mozarildo Cavalcanti (Juiz Convocado) e o representante da douda Procuradoria-Geral de Justiça.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 6 de maio de 2015.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº 0000.15.001003-1

SUSCITANTE: DESEMBARGADOR MAURO CAMPELLO

SUSCITADO: DESEMBARGADOR ALMIRO PADILHA

RELATOR: DESEMBARGADOR RICARDO OLIVEIRA

DESPACHO

Dispensar as informações das autoridades em conflito, pois os autos estão devidamente instruídos.

Dê-se vista à douda Procuradoria-Geral de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Relator

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.15.001024-7

IMPETRANTE: MIGUEL FAGUNDES CARNEIRO

ADVOGADOS: DR. WAGNER ALMEIDA PINHEIRO COSTA E OUTRO

IMPETRADO: COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA

RELATORA: JUÍZ CONVOCADA ELAINE CRISTINA BIANCHI

DESPACHO

Considerando o cargo ocupado pelo impetrante, indefiro a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Faculto ao impetrante, ainda, promover a emenda à inicial, para juntar aos autos a contrafé para instruir o mandado de notificação.

Aguarde-se o recolhimento das custas iniciais e a juntada da contrafé, pelo prazo legal, sob pena de indeferimento da inicial.

Após, conclusos.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.14.002522-2

IMPETRANTE: ANTONIO DOS SANTOS FERREIRA DIAS

DEFENSORA PÚBLICA: DR. TERESINHA LOPES DA SILVA AZEVEDO

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. BERGSON GIRÃO MARQUES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

DESPACHO

Encaminhem-se os autos à Procuradoria Geral de Justiça.

Em seguida, proceda-se nova conclusão.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

Juiz Convocado Mozarildo Monteiro Cavalcanti
- Relator -

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000.15.000872-0
IMPETRANTE: SALVADOR SEBASTIÃO DA SILVA SEGUNDO
ADVOGADO: DR. ÂNGELO PECCINI NETO
IMPETRADO: SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR MAURO CAMPELLO

DESPACHO

Intime-se a autoridade coatora para que proceda ao depósito judicial na conta especificada à fl. 109, conforme requerido às fls. 98/101, no montante justificado às fls. 102/103, com a finalidade de cobrir os valores necessários ao fornecimento do medicamento necessário à vida do impetrante, no sentido de dar plena eficácia à liminar deferida às fls. 91/92v.

Após, cumpra-se a parte final da decisão acostada à fl. 92v. (ciência ao Procurador-Geral do Estado e vista à d. Procuradoria Geral de Justiça).

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

DES. MAURO CAMPELLO - Relator

REPUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO POR INCORREÇÃO

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.902976-8
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DE ESTADO: DR. JONES MERLO
RECORRIDO: ELMAR SERGIO ARAÚJO FERREIRA
ADVOGADA: DRª MARIA DO CARMO ROSÁRIO ALVES COELHO

FINALIDADE: Intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo legal.

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 07 DE MAIO DE 2015.

RONALDO BARROSO NOGUEIRA
Diretor de Secretaria, em exercício

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Expediente de 07/05/2015

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSOS ESPECIAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.001577-7
RECORRENTE: SHEREDER DO BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA

ADVOGADOS: DR. FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA E OUTRO

RECORRIDO: HIDRA ENGENHARIA LTDA

ADVOGADOS: DR. RONALDO FERREIRA GONTIJO E OUTRO

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto por SCHEREDER DO BRASIL ILUMINAÇÃO LTDA, com fulcro no art. 105, III, alínea "a", contra os acórdãos de fls. 417/418 e 434/436.

Alega, em síntese, que o acórdão guerreado merece reforma por ter contrariado os arts. 134, III, 671, 672, § 2º e 673, todos do CPC.

Não foram ofertadas contrarrazões, conforme certidão de fl. 473.

De uma análise prévia, constata-se que o recurso reúne as condições de admissibilidade, tendo em vista que, em relação à tese do Recorrente, houve o devido prequestionamento, ainda que implicitamente.

Nesse compasso, qualquer aprofundamento na análise do tema exposto poderia implicar em incursão na esfera de competência do e. Superior Tribunal de Justiça, tornando-se imperativa a remessa da matéria ao seu conhecimento.

Releva notar, por pertinente, que as razões do recurso estão fundamentadas de acordo com o artigo 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, motivo pelo qual comporta seguimento.

Diante do exposto, admito o Recurso Especial.

Subam os autos ao e. Superior Tribunal de Justiça via sistema eletrônico.

Publique-se.

Boa Vista-RR, 28 de abril de 2015.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Vice-Presidente do TJRR

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.723512-4

EMBARGANTE: BANCO INTERMEDIUM S.A

ADVOGADOS: DRª JUCIANE BATISTA POLLMEIER E OUTRO

EMBARGADO: THIAGO ALVES DE SOUZA

ADVOGADAS: DRª GISELE DE SOUZA MARQUES AYONG TEIXEIRA E OUTROS

RELATÓRIO

BANCO INTERMEDIUM S/A interpôs Embargos de Declaração em face à decisão de fl. 223/224 que inadmitiu o Recurso Especial, por estarem ilegíveis as guias do pagamento das custas recursais.

Alega, em síntese, que "a embargante apresentou as guias e comprovantes de pagamento e preparo recursal absolutamente legíveis".

Pugna, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso.

É o relatório.

DECISÃO

O recurso não merece prosperar. Vejamos.

In casu, não há qualquer omissão, obscuridade e/ou contradição a ser sanada.

Verifica-se que as guias de preparo acostadas junto ao recurso especial encontram-se completamente ilegíveis, em especial, nas páginas 199 e 203.

Ademais, intimada a sanar o referido vício - fl. 220 -, a embargante quedou-se inerte, de modo que, resta totalmente infundada a irresignação interposta por meio da peça processual em questão.

Isto porque, nos termos da jurisprudência do STJ, o substabelecimento com reserva de iguais poderes não conduz à obrigatoriedade de constar na publicação o nome do advogado que realizou o substabelecimento, mesmo permanecendo no patrocínio da parte, bastando constar o nome do patrono que assinou o recurso.

Por essas razões, conheço dos embargos, mas nego-lhes provimento porque ausente qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

É como voto.

Boa Vista-RR, 04 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente do TJRR

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO Nº 0010.13.000447-5

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RECORRIDO: GUIBSON JOSÉ MARTINS DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: DR. ANTONIO AVELINO DE ALMEIDA NETO

DESPACHO

I - Considerando a certidão de trânsito em julgado (fl. 297v), remetam-se à Vara de origem, com as baixas necessárias;

II - Publique-se.

Boa Vista-RR, 06 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente do TJRR

REFERENTE AO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.14.000683-4

AGRAVANTE: DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA

ADVOGADA: EM CAUSA PRÓPRIA

AGRAVADO: O ESTADO DE RORAIMA

DESPACHO

Trata-se de Agravo Regimental em Agravo de Instrumento interposto contra decisão que negou seguimento a Recurso Especial.

Ocorre que, equivocadamente, a referida peça processual fora interposta neste Tribunal de Justiça quando o correto, seria sua interposição junto ao Relator que proferiu a decisão monocrática no Egrégio Superior Tribunal de Justiça, nos termos do artigo 258 caput e §1º do seu Regimento Interno.

Art. 258. A parte que se considerar agravada por decisão do Presidente da Corte Especial, de Seção, de Turma ou de relator, poderá requerer, dentro de cinco dias, a apresentação do feito em mesa, para que a Corte Especial, a Seção ou a Turma sobre ela se pronuncie, confirmando-a ou reformando-a.

§ 1º O órgão do Tribunal competente para conhecer do agravo é o que seria competente para o julgamento do pedido ou recurso.

Com essas considerações, determino a devolução do recurso à parte Agravante.

Publique-se. Intime-se.

Boa Vista-RR, 04 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente do TJRR





O QUE É?

A Biblioteca Virtual jurídica - BVJur está implantada nas dependências da Biblioteca para atender o Poder Judiciário e a sociedade em geral e tem como objetivo possibilitar o acesso mais rápido à informação atualizada.

CONTEÚDO DIGITAL

É composto por bases de dados e bibliotecas digitais que apresentam doutrina, legislação, jurisprudência e normas técnicas para elaboração de trabalhos técnico-científicos.

FORMAS DE ACESSO

Para usuários internos, magistrados e servidores por meio da intranet interna.

Para a sociedade em geral a consulta é local na Biblioteca, no endereço: Palácio da Justiça, Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, Boa Vista-RR.

CONTATOS

E-mail: biblioteca@tjrr.jus.br

Telefone: (95) 3198-2842



Estado de Roraima
Poder Judiciário
ASCOM

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

Expediente de 07/05/2015

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente da Câmara Única, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 12 de maio do ano de dois mil e quinze, às nove horas, bem como na quinta feira seguinte no mesmo horário, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.13.008438-6 - BOA VISTA/RR**1º APELANTE/2º APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****2º APELANTES/1º APELADOS: ALLAN ALMEIDA DUARTE E DHEYSE VIEIRA DA SILVA****DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ROGENILTON FERREIRA GOMES****RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA****REVISOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI****APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.10.016235-2 - BOA VISTA/RR****1º APELANTE: JOSÉ ERIVAN BARRETO****ADVOGADO(A): DR(A) ARIANA CÂMARA****2º APELANTE: REGIVALDO PEREIRA DE ARAÚJO****ADVOGADO(A): DR(A) VALÉRIA BRITZ ANDRADE****3º APELANTES: LUIS VANDERLEI DA SILVA SOUSA E BENEDITO CARLOS DOS SANTOS****DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ALINE DIONISIO CASTELO BRANCO****4º APELANTE: MAMADU CAMARÁ****DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) JAIME BRASIL FILHO****APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI****REVISOR: DES. RICARDO OLIVEIRA****PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.013796-4 - BOA VISTA/RR****APELANTE: BANCO BRADESCO S/A****ADVOGADOS(A): DR(A) RUBENS GASPAR SERRA E OUTROS****APELADO: ERNANI GOMES DE OLIVEIRA****ADVOGADO(A): DR(A) DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA****RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI**

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALDOS DE CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOS COLLOR I E II. PRELIMINARES: SUSPENSÃO DO PROCESSO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PRESCRIÇÃO. PRAZO VINTENÁRIO. APLICAÇÃO DO IPC NO PATAMAR DE 44,80% PARA ABRIL DE 1990. RECURSO DESPROVIDO.

1. Nas ações em que se discute correção monetária a incidir sobre saldo de caderneta de poupança tem legitimidade passiva o banco em que se encontra depositada a quantia.

2. O STJ já pacificou o entendimento em relação à prescrição vintenária incidente sobre o pedido de devolução dos expurgos inflacionários dos depósitos de caderneta de poupança, nos quais estão incluídos os juros remuneratórios de conta de poupança, posto que, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios.

3. A correção monetária é simples recomposição do poder aquisitivo da moeda. Portanto, nada acrescenta, apenas preserva o seu valor.

4. Sentença mantida. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 0000.14.002466-2 - BOA VISTA/RR
SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL
SUSCITADO: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA – PROCESSO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL E JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CONEXÃO ALEGADA PELO SUSCITADO. DEMANDAS COM AS MESMAS PARTES E MESMO CONTRATO DE FINANCIAMENTO. JULGAMENTO DE UMA DAS AÇÕES. CONEXÃO. NÃO INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO AO CASO CONCRETO DA SÚMULA Nº 235, DO STJ. CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA JULGAR COMPETENTE O JUÍZO SUSCITADO.

1. Se o processo mais antigo já tiver sido julgado, ocorre a hipótese da Súmula 235, do STJ, cujo comando afirma que "a conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado."

2. Conflito acolhido, para julgar competente o Juízo Suscitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em julgar procedente o conflito de competência em apreço, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem assim o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.10.910986-7 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: DISTRIBUIDORA RORAIMA LTDA - IMOBILIARIA
ADVOGADO(A): DR(A) RONILDO RAULINO DA SILVA
EMBARGADA: MARIA DE FATIMA MACEDO GARCIA
ADVOGADO(A): DR(A) ROSA LEOMIR BENEDETI GONÇALVES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, e o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.722385-4 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
EMBARGADO: ANTONIO VELOSO BARBOSA
ADVOGADO(A): DR(A) CAIO ROBERTO FERREIRA DE VASCONCELOS
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.711016-0 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: SERVS/BV FINANCEIRA CFI BV FINANCEIRA
ADVOGADO(A): DR(A) CELSO MARCON
EMBARGADO: ROOSEVELT PONTES DA SILVA JUNIOR
ADVOGADO(A): DR(A) RONALDO CARLOS QUEIROZ DE ALMEIDA E OUTRO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. INVIABILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, e o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.805125-4 - BOA VISTA/RR
APELANTE: DORIMAR PEREIRA DUTRA
ADVOGADO(A): DR(A) ANTÔNIO CLÁUDIO CARVALHO THEOTÔNIO
APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
ADVOGADO(A): DR(A) RUBENS GASPAR SERRA
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO QUITADO. JUNTADA DE DOCUMENTOS, PELO AUTOR, APÓS A CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA. PRECLUSÃO. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUMENTO AUTORIZADO EM RAZÃO DA CAPACIDADE ECONÔMICA DAS PARTES E DEMAIS CIRCUNTÂNCIAS DO CASO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A oportunidade para o autor juntar aos autos documentos que estão em sua posse se estende até a ocorrência da citação

válida, sob pena de preclusão, salvo excepcionalidade justificada, o que não é a hipótese dos autos. 2. O valor da indenização por danos morais deve observar todas as circunstâncias do caso, inclusive a capacidade econômica das partes e as consequências do fato, hipótese em que a majoração pleiteada é devida. 3. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.828005-9 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

APELADO: MATHEUS DA SILVA E SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) RAIMUNDO DE ALBUQUERQUE GOMES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO NÃO COMPROVADO. CONDENAÇÃO DEVIDA. RECURSO DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso para manter incólume a sentença hostilizada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes de Turma Cível, bem como o (a)ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.803345-0 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO(A): DR(A) CELSO MARCON

EMBARGADO: FRANCISCO CORDEIRO DE AZEVEDO

ADVOGADO(A): DR(A) GIOBERTO DE MATOS JÚNIOR

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO RECURSAL - NÃO CONHECIMENTO DOS DECLARATÓRIOS - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 535 DO CPC.

1. A ausência dos requisitos de admissibilidade elencados no sistema processual vigente (CPC: art. 535, incs. I e II), implica no não conhecimento dos embargos de declaração.

2. Carece o presente recurso de requisito de admissibilidade.

3. Recurso não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.15.000356-4 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: CARLOS EMERIQUE

ADVOGADO(A): DR(A) RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA

AGRAVADO: PAULO CESAR DE OLIVEIRA TAMLOC

ADVOGADO(A): DR(A) WARNER VELASQUE RIBERIO E OUTROS

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR CONCEDIDA APÓS AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO DE POSSE. PRELIMINAR SUSCITADA PELO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA NA FORMAÇÃO DO INSTRUMENTO RECURSAL DA CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. PEÇA OBRIGATÓRIA. ARTIGO 525, INCISO I, DO CPC. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Câmara Única do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por sua Turma Cível, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar suscitada pelo recorrido, e, em consequência, não conhecer do recurso em apreço, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0060.12.000533-9 - SÃO LUIZ/RR

APELANTE: ALDEMIR BARROS BARRETO

ADVOGADO(A): DR(A) JOÃO GUTEMBERG WEIL PESSOA

APELADO: PREFEITO DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DO BALIZA

ADVOGADO(A): DR(A) TADEU PEIXOTO DUARTE

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO DE NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO ATO DE CONVOCAÇÃO. NORMA DO EDITAL QUE EXPRESSAMENTE AFIRMA QUE NÃO HAVERÁ COMUNICAÇÃO PESSOAL, INFORMANDO OS MEIOS DISPONÍVEIS PARA ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS DO CERTAME. NORMAS DO EDITAL QUE FAZEM LEI ENTRE AS PARTES. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA LEGALIDADE OBSERVADOS. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora, destacando que o Ministério Público de Segundo Grau se absteve de intervir no feito.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.703283-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ANTÔNIO MILTON MIRANDA

ADVOGADO(A): DR(A) HELAINE MAISE DE MORAES FRANÇA

APELADA: CONSTRUTORA ARAÚJO LTDA

ADVOGADO(A): DR(A) PÚBLIO RÊGO IMBIRIBA FILHO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. EXCEÇÃO PRÉ-EXECUTIVIDADE. INEXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DE DUAS TESTEMUNHAS. DESCUMPRIMENTO DOS ARTS. 585, II E 586 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002353-2 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: J. M. C. DOS S.

ADVOGADO(A): DR(A) ELIZA FERNANDES MARQUES

AGRAVADA: V. DE C. S.

ADVOGADO(A): DR(A) JAQUES SANNTAG

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIVÓRCIO LIMINAR E PARTILHA DE BENS. CONCESSÃO LIMINAR DO DIVÓRCIO. CONFLUÊNCIA DE INTERESSES ENTRE AS PARTES. POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Tendo a agravada ajuizado a ação de divórcio e o requerido, ora agravante, anuindo, nesse ponto com a sua pretensão, não há óbice à concessão liminar do divórcio, prosseguindo a lide quanto à partilha dos bens.

2. Recurso parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em consonância com o parecer ministerial e à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.717012-3 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A e Outros
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
EMBARGADO: FRANCELINO FERREIRA DE SOUSA
ADVOGADO(A): DR(A) WARNER VELASQUE RIBERIO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820015-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: EDUARDO DE LIMA SANTOS
ADVOGADO(A): DR(A) ANA CAROLINE SEQUEIRA SILVA RIVERO
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.000543-7 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO: DR(A) RODRIGO DE FREITAS CARVALHO CORREIA
AGRAVADA: ANDREA DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ELCENI DIOGO DA SILVA
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO COM FULCRO NO ART. 557, CAPUT, DO CPC. AUSÊNCIA DA CERTIDÃO DA RESPECTIVA INTIMAÇÃO. DOCUMENTO OBRIGATÓRIO (ART. 525, I, DO CPC). RECURSO DESPROVIDO.

1. Compete ao agravante formar o instrumento do recurso de agravo com as cópias dos documentos obrigatórios e aqueles indispensáveis ao exame da controvérsia.
2. Decisão mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do agravo regimental acima enumerado, acordam os membros da Turma Cível da Colenda Câmara Única, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002043-9 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ELODIR AFONSO REIS BRASIL

EMBARGADA: INAIER WILAN DOS SANTOS BRANDÃO

ADVOGADO(A): DR(A) ROBERTO GUEDES DE AMORIM FILHO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APELAÇÃO CÍVEL PARCIALMENTE PROVIDA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO ACOLHIMENTO, NA ÍNTEGRA, DA PRETENSÃO DO EMBARGANTE, ENTÃO APELANTE. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. INVIABILIDADE EM SEDE DE EMBARGOS. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0060.13.700142-0 - SÃO LUIZ/RR

AUTORA: LEIDIANE DA COSTA VAZ

ADVOGADO(A): DR(A) LEONARDO OLIVEIRA COSTA

RÉU: MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ

PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO: DR(A) FRANCISCO DE ASSIS GUIMARÃES ALMEIDA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. OCORRÊNCIA. MÉRITO. NOMEAÇÃO E POSSE DISCUTIDA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO CARGO. ATOS ADMINISTRATIVOS. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO. MANUTENÇÃO SENTENÇA. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em integralizar a sentença, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da turma Cível, bem como o ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.12.703961-7 - BOA VISTA/RR
AUTORA: FACE ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO(A): DR(A) FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA E OUTROS
RÉU: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) MARCELO TADANO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. COBRANÇA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS. EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL. MERCADORIAS ADQUIRIDAS EM OUTRO ESTADO PARA UTILIZAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM. NÃO INCIDÊNCIA DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS DO ICMS. PRECEDENTES DO STJ E DESTE TRIBUNAL. SENTENÇA INTEGRALIZADA. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, para integralizar a sentença de primeiro grau, nos termos do voto da Relatora.
Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, e o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.816213-3 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADA: LADY LOURDES DE MATOS REZENDE
ADVOGADO(A): DR(A) GUILHERME AUGUSTO MACHADO EVELIM COELHO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE - EQUIVOCO NA APURAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO PARCIALMENTE - COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA EM VALOR MENOR, CONFORME APONTADO NO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DA APELAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em prover parcialmente o recurso, quanto ao pedido subsidiário, nos termos do voto da Relatora.
Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.819123-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO: DR(A) MARCUS VINICIUS MOURA MARQUES
APELADO: MESSIAS DE ALMEIDA MOTA NETO
ADVOGADO(A): DR(A) CARLOS ALBERTO TEROSSI
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. VERBAS RESCISÓRIAS. SERVIDOR TEMPORÁRIO. CONTRATAÇÃO PRORROGADA AO LONGO DOS ANOS. NULIDADE. DIREITOS SOCIAIS RECONHECIDOS E DEVIDOS. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douda Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.713381-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) AURÉLIO TADEU MENEZES DE CANTUÁRIA JUNIOR
APELADO: EVANILSO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(A): DR(A) LUIZ CARLOS OLIVATTO JUNIOR
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE AGENTE PENITENCIÁRIO. CANDIDATO NÃO-RECOMENDADO NA ETAPA DE INVESTIGAÇÃO MORAL E SOCIAL. PRELIMINAR: AGRAVO RETIDO. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. REJEIÇÃO. MÉRITO: EXCLUSÃO COM BASE NO ITEM 13.3 DO EDITAL DO CERTAME. INDULTO CONCEDIDO. EFEITOS DA CONDENAÇÃO MANTIDOS. LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar suscitada e, no mérito, dar provimento ao recurso para reformar a sentença, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douda Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.12.009276-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CELSO ROSA ALVES
DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ANTONIO AVELINO DE ALMEIDA NETO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

E M E N T A:

APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO SIMPLES - DOSIMETRIA DA PENA - PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE AO PATAMAR MÍNIMO - POSSIBILIDADE - CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS INDEVIDAMENTE

VALORADAS - REDIMENSIONAMENTO PROCEDIDO - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITO - POSSIBILIDADE - PRESENÇA DE REQUISITOS AUTORIZADORES - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Câmara Única, Turma Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira - presidente, e Leonardo Cupello - julgador. Também presente o ilustre representante do Ministério Público graduado.

Sala das Sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos vinte e oito dias de agosto de dois mil e quinze.

Des. MAURO CAMPELLO - Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.02.022635-2 - BOA VISTA/RR

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

APELADO: PEDRO LUIS DE SOUSA

DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) JAIME BRASIL FILHO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - ATO LIBIDINOSO - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO - PALAVRA DAS VÍTIMAS DISSOCIADAS DAS DEMAIS PROVAS - IN DUBIO PRO REO - ABSOLVIÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

A sentença condenatória deve sempre estar amparada em elementos concretos que permitam, sem sombra de dúvidas, atribuir ao acusado a prática do delito, de modo que as dúvidas não solucionadas durante a investigação ou durante a instrução criminal devem favorecer o acusado, em obediência ao princípio do in dubio pro reo.

Embora as vítimas relatem os fatos e atribuam a responsabilidade ao acusado, seus depoimentos não se coadunam com as demais provas dos autos, de modo que seus depoimentos isolados não permitem um juízo de certeza acerca da materialidade e autoria do delito, impondo-se a manutenção da absolvição por insuficiência de provas.

Recurso conhecido e não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0010.02.022635-2, acordam os Excelentíssimos Senhores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em dissonância com o parecer do Ministério Público, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado.

Participaram do julgamento o Des. Ricardo Oliveira (Presidente), Des. Mauro Campello (Julgador) e o representante da Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.10.007173-6 - BOA VISTA/RR

1ª APELANTE: MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA PEREIRA

ADVOGADO(A): DR(A) LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO

2º APELANTE: JANDERSON EDMILSON CAVALCANTE ALVES

DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) JAIME BRASIL FILHO

3º APELANTE: WALTER ANDRÉ ALENCAR

ADVOGADO(A): DR(A) LUIZ EDUARDO SILVA DE CASTILHO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO**E M E N T A**

APELAÇÃO CRIMINAL - ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/06 - PLEITO DE ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA O crime tipificado no ARTIGO 28 DA LEI DE TÓXICOS - IMPOSSIBILIDADE - TRÁFICO DE DROGAS CARACTERIZADO - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE QUANTO AO DELITO DO ARTIGO 34 DA LEI DE TÓXICOS - APREENSÃO DE BALANÇA DE PRECISÃO E EMBALAGENS - PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO - ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CRIME DE ASSOCIAÇÃO NÃO COMPROVADO - AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO CORRETA DA ASSOCIAÇÃO DE FORMA ESTÁVEL OU PERMANENTE COM O FIM DE PRATICAR, REITERADAMENTE OU NÃO, OS CRIMES DO ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06 - ANIMUS ASSOCIATIVO NÃO DEMONSTRADO - AUSÊNCIA DO REQUISITO ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA - ABSOLVIÇÃO DECRETADA - DOSIMETRIA - APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO ARTIGO 33, § 4º, DA LEI 11.343 /06 - POSSIBILIDADE - SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS - VIABILIDADE NO CASO - RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

1- Restando comprovadas a materialidade e autoria, mostra-se descabida a pretensão desclassificatória, pois mesmo alegando ser usuário de drogas, a evidência dos autos converge para entendimento contrário, pois não comprovou que a droga apreendida se destinava ao seu exclusivo consumo.

2- O delito previsto no art. 34, da Lei nº 11.343/06, tem natureza subsidiária, sendo absorvido pelo delito de tráfico, quando os artefatos apreendidos são utilizados, pelo mesmo agente, com o fim único de preparar a droga para a venda. Aplica-se, pois, o princípio da consunção, segundo o qual o crime-fim absorve o crime-meio.

3- O Supremo Tribunal Federal assentou serem inconstitucionais os arts. 33, § 4º, e 44, caput, da Lei n. 11.343 /2006, na parte em que vedavam a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos em condenação pelo crime de tráfico de entorpecentes.

4- Recursos parcialmente providos.

A C Ó R D ã O

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Câmara Única, Turma Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, e em total consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, DAR PARCIAL PROVIMENTO aos recurso interpostos, nos termos do voto do Relator.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Ricardo Oliveira e Mozarildo Cavalcanti. Também presente o ilustre representante da Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. Mauro Campello - Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0005.14.000291-5 - ALTO ALEGRE/RR**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA****APELADO: ROGERIO BENTES NEVES DA SILVA****DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) VANDERLEI OLIVEIRA****RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI****E M E N T A**

APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/06 - POSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PROVAS CONCRETAS QUE APONTEM A PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES ILÍCITAS - REQUISITOS PREENCHIDOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 000514000291-5, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do Egrégio

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em consonância com o parecer do Ministério Público, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado.

Participaram do julgamento o Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), Desembargador Mauro Campello (Julgador) e o representante da Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti

- Relator -

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.01.010922-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: PEDRO RIBEIRO DE JESUS

ADVOGADO(A): DR(A) MAURO SILVA DE CASTRO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - TENTATIVA DE HOMICÍDIO - SENTENÇA DESCLASSIFICATÓRIA - LESÃO CORPORAL GRAVE - RECONHECIMENTO - PENA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO - POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - FALTA DE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO - ARTIGO 89, DA LEI Nº. 9.099/95 - SENTENÇA CASSADA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0010.01.010922-0, acordam os Excelentíssimos Senhores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em consonância parcial com o parecer do Ministério Público, em dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado.

Participaram do julgamento o Des. Ricardo Oliveira (Presidente), Des. Mauro Campello (Julgador) e o representante da Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Monteiro Cavalcanti

Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.10.007011-8 - BOA VISTA/RR

1º APELANTE: HUDSON DA SILVA VIANA

DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) JAIME BRASIL FILHO

2º APELANTE: DEUZIRENE CARDOSO DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ALINE DIONISIO CASTELO BRANCO

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: JUIZ CONVOCADO MOZARILDO CAVALCANTI

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - ESTUPRO - ART. 217-A C/C ART. 226, I E II, NA FORMA DO ART. 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL - ESTUPRO DE VULNEVÁRÁVEL PRATICADO PELO PAI - CONIVÊNCIA DA MÃE - PROVA SUFICIENTE - CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE - REDUÇÃO DA PENA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0010 10 007011-8, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Criminal da Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade e em consonância com o parecer do Ministério

Público, em NEGAR PROVIMENTO aos recursos, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado.

Participaram do julgamento o Desembargador Mauro Campello (Presidente), Juiz convocado Leonardo Cupello (Julgador) e o representante da Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos 28 dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti
- Relator -

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002473-8 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: COEMA PAISAGISMO URBANIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(A): DR(A) MAURO GOMES COELHO
AGRAVADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) MARCUS GIL BARBOSA DIAS
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES PARA A CONCESSÃO DA TUTELA PRETENDIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Não se vislumbra a prova inequívoca acerca da verossimilhança das alegações, digo isso porque o único fundamento jurídico utilizado pela parte agravante trata-se da ofensa aos princípios da razoabilidade de proporcionalidade na multa aplicada, a saber, 5% (cinco por cento) do valor das mercadorias.
2. Nesse jaez, não trouxe a parte Agravante qualquer elemento indicativo para servir de paradigma quanto aos fundamentos supracitados, não se insurgindo em nenhum momento acerca dos valores pelos quais as mercadorias foram avaliadas.
3. A Recorrente não faz menção sobre qualquer bem restrito pelo ente fiscal, tampouco afirma sobre o pretexto de pagamento da multa, bem como não traz qualquer argumento de que os valores cobrados a título de multa irão afetar sua capacidade econômica de modo que a torne prejudicial para vida financeira da empresa.
4. Recurso desprovido.

A C Ó R D Ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Turma Cível da Colenda Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste julgado.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Almiro Padilha (Relator), Ricardo Oliveira e Leonardo Cupello.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista - RR, 28 de abril de 2015.

Des. Almiro Padilha
Relator

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.000441-4 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: PREMOL INDUSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
ADVOGADO(A): DR(A) MARIA BETANIA ALMEIDA MEDEIROS E OUTRO
AGRAVADO: SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUIMENTO NEGADO (ART. 557, CAPUT, CPC). RECURSO EM CONFRONTO COM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO DIRETOR REGIONAL DO SENAI - FUNÇÃO DELEGADA DO PODER PÚBLICO FEDERAL. ART. 109, VIII, DA CF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 516 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO.

1. Ao eleger a via da ação mandamental para tutelar seu direito, a impetrante, ora recorrente, concorda que o ato atacado é ato de autoridade federal (delegada), sendo aplicável ao caso o art. 109, VIII, da CF e não a Súmula 516 do STF.

2. Decisão mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, mantendo incólume a decisão vergastada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.802690-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

APELADO: ABEL DE MENESES AGUIAR

ADVOGADO(A): DR(A) TATIANE DA SILVA SIMÃO OLIVEIRA

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. ANÁLISE DO DANO MORAL PREJUDICADA. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.819604-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: JOSÉ ADRIANO DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.701910-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: DIRSON FELIX COSTA NETO

ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL. INEXISTENTE – RECEBIMENTO ADMINISTRATIVO DO VALOR DEVIDO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.724490-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: LAUMA MIRIAM DA SILVA SANTOS

ADVOGADO(A): DR(A) JOHN PABLO SOUTO SILVA

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL – INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento ao presente recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.813270-6 - BOA VISTA/RR

APELANTE: BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(A): DR(A) CELSO MARCON

APELADO: WANDERLEY JOSÉ DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) WARNER VELASQUE RIBEIRO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO. RELATIVIZAÇÃO DO PACTA SUNT SERVANDA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COBRANÇA LEGAL QUANDO AFASTADOS OS DEMAIS ENCARGOS MORATÓRIOS. COMPENSAÇÃO E RESTITUIÇÃO DE VALORES ADMITIDAS NA FORMA SIMPLES. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao presente recurso para reformar a sentença hostilizada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.816414-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) ARTHUR GUSTAVO DOS SANTOS CARVALHO

APELADA: ZENILDA ALVES OTAVIANO

ADVOGADO(A): DR(A) RONALDO MAURO COSTA PAIVA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO. INSURGÊNCIA QUANTO AOS JUROS ADOTADOS PELO APELADO. MATÉRIA NÃO LEVANTADA PELO APELANTE NA INICIAL DOS EMBARGOS. INOVAÇÃO RECURSAL VEDADA. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO VALOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA SENTENÇA EXEQUENDA. COISA JULGADA. RECURSO NÃO CONHECIDO. SENTENÇA MANTIDA.

1. Inadmissível a rediscussão do valor dos honorários sucumbenciais, fixados na sentença do processo de conhecimento, uma vez que acobertada sob o manto da coisa julgada.

2. Incabível a apreciação do correto ou não percentual dos juros adotas pelo apelado, na inicial da execução, uma vez que essa matéria não foi ventilada pelo apelante na inicial dos embargos, configurando inovação recursal.

3. Recurso não conhecido. Sentença mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Câmara Única do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por sua Turma Cível, à unanimidade de votos, para não conhecer o recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.815230-8 - BOA VISTA/RR

APELANTE: ALCINEIDE DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) DIEGO LIMA PAULI

APELADO: VIVO S/A

ADVOGADO(A): DR(A) VICENTE RICARTE BEZERRA NETO

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PRELIMINAR: CERCEAMENTO DE DEFESA – REJEIÇÃO – MÉRITO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E MATERIAL- TELEFONIA MÓVEL CELULAR - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - NÃO COMPROVAÇÃO DE DANO MORAL NEM MATERIAL – MERO ABORRECIMENTO - INDENIZAÇÃO INDEVIDA - RECURSO DESPROVIDO.

1. A lide contém questões de fato e de direito, sendo a prova documental carreada aos autos, na visão do Juiz a quo, suficiente para a demonstração dos fatos e consequente julgamento antecipado da lide. Inocorrência de cerceamento de defesa, ainda mais em face do pedido genérico de produção de provas formulado na inicial.

2. A má qualidade do serviço de telefonia, por si só, não fundamenta a indenização por danos morais e materiais se o apelante não demonstrar os prejuízos dela decorrentes.

3. Recurso conhecido e não provido. Sentença mantida.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do agravo regimental acima enumerado, acordam os membros da Turma Cível da Colenda Câmara Única, à unanimidade de votos, em rejeitar a preliminar ventilada e, no mérito, negar provimento ao recurso para manter incólume a sentença, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.724454-6 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

EMBARGADO: ALEX PINHEIRO DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) MARCUS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.
Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.727850-2 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

EMBARGADA: GLENDA DE OLIVEIRA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) PATRIZIA APARECIDA ALVES DA ROCHA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE bianchi

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.723062-0 - BOA VISTA/RR

APELANTE: A. B. DA S. R.

ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: S. L. DOS C. DO S. D. S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO DPVAT – JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº. 4627 E 4350 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EFEITO CONTRA TODOS E VINCULANTE – DANO MORAL. INEXISTENTE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos e em consonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento à apelação, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Estiveram presentes os Desembargadores Almiro Padilha (Relator), Ricardo Oliveira (Julgador) e o Juiz Convocado Leonardo Cupello (Julgador).

Sala das Sessões, em Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. Almiro Padilha

Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.804154-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
APELADO: DIEGO SANTOS DE SOUZA
ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - AUSÊNCIA DE PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. ANÁLISE DO DANO MORAL PREJUDICADA. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.805840-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: CLAUDIO PEREIRA DO BOMFIM
ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. NÃO COMPARECIMENTO DA PARTE. PRELIMINAR EX OFÍCIO DE NULIDADE DA SENTENÇA: AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. NECESSIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar suscitada, ex officio, para anular a sentença vergastada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

HABEAS CORPUS Nº 0000.15.000300-2 - BOA VISTA/RR
IMPETRANTE: MARCOS ANTÔNIO JÓFFILY
PACIENTE: CLENILDO LIMA SIMAO
AUT. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PACARAIMA
RELATOR: DES. RICARDO OLIVEIRA

EMENTA: HABEAS CORPUS - POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS - EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA - INOCORRÊNCIA - ATRASO JUSTIFICADO EM RAZÃO DA COMPLEXIDADE DA CAUSA - INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE SIMPLES CRITÉRIO ARITMÉTICO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única - Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do Relator.

Presenças: Des. Ricardo Oliveira (Presidente e Relator), Des. Mauro Campello (Julgador), Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti (Julgador) e o representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 28 de abril de 2015.

Des. RICARDO OLIVEIRA

Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.820158-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: THALISON JOHN DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado

Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.705663-5 - BOA VISTA/RR

APELANTES: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO

ADVOGADOS(A): DR(A) MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA, CINTIA SCHULZE E SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA

APELADO: ANTONIO APARECIDO DOS SANTOS

RELATOR: DES. RICARDO OLIVEIRA

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - EXECUÇÃO DE CONTRATO - DESPACHO DE EMENDA A INICIAL DESATENDIDO - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO REJEITADA - DECISÃO SUCINTAMENTE FUNDAMENTADA - PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DO NOME DO PATRONO SUBSCRITOR DO RECURSO NA INTIMAÇÃO - PREJUDICADA EM VIRTUDE DO ADVOGADO SOMENTE TER INGRESSADO NO FEITO EM MOMENTO POSTERIOR - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IRREGULARIDADE NA SENTENÇA -

MATÉRIA QUE NÃO FOI DISCUTIDA EM PRIMEIRO GRAU - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - APELO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator.

Presenças: Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), Juiz Convocado Leonardo Cupello (Revisor) e Juíza Convocada Elaine Bianchi (Julgadora).

Boa Vista (RR), 05 de maio de 2015.

Des. Ricardo Oliveira
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.14.003181-5 - BOA VISTA/RR

APELANTE: RUBENS EVANGELISTA MACEDO

ADVOGADO(A): DR(A) VALERIA BRITEZ ANDRADE

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA

RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL - AMEAÇA - ART. 147 DO CÓDIGO PENAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PLEITO ABSOLUTÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA NO DEPOIMENTO FIRME E COERENTE DA VÍTIMA - PALAVRA DA VÍTIMA EM CONSONÂNCIA COM OS DEMAIS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO - SÓLIDO CONTEXTO PROBATÓRIO - DOLO EVIDENCIADO - TIPICIDADE COMPROVADA - CONDENAÇÃO MANTIDA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, e em consonância com o Parquet, em conhecer e NEGAR PROVIMENTO ao apelo, conforme o voto do relator.

Estiverem presentes à sessão o eminente Desembargador Ricardo Oliveira - Presidente e o Juiz Convocado Mozarildo Cavalcanti - Julgador. Também presente o(a) ilustre representante do Parquet graduado.

Sala das sessões do e. TJ-RR, em 28 de abril de 2015.

Des. Mauro Campello - Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.117150-1 - BOA VISTA/RR

APELANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA

PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO: DR(A) RODRIGO DE FREITAS CARVALHO CORREIA

APELADO: VALCIVANI PEREIRA BARBOSA

RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. PEDIDO DE EXTINÇÃO CONDICIONADO À EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO. SATISFAÇÃO DA DÍVIDA. INEXISTENTE. EXTINÇÃO INDEVIDA. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em dar provimento ao presente recurso para anular a sentença hostilizada, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o eminente Desembargador Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o (a) ilustre representante da doughty Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.718687-1 - BOA VISTA/RR

EMBARGANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO(A): DR(A) CELSO MARCON

EMBARGADA: ALINE BRITO MEDEIROS FERREIRA

ADVOGADO(A): DR(A) BRUNO BARBOSA GUIMARÃES SEABRA

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL - REVISIONAL DE CONTRATOS - TARIFAS ADMINISTRATIVAS - ILEGALIDADE MANTIDA - CONTRATO PORTERIOR A ABRIL DE 2008 - MATÉRIA PACIFICADA PELO STJ PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS - ACÓRDÃO MANTIDO - EMBARGOS REJEITADOS.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso, mas rejeitar os embargos, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello, e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.705468-3 - BOA VISTA/RR

APELANTE: NORRAN DA SILVA ARAÚJO

ADVOGADOS(A): DR(A) EDSON SILVA SANTIAGO E OUTRO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) JOÃO ALVES BARBOSA FILHO

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.819519-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: TERESINHA INÁCIA SILVA DE ALMEIDA
ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.719419-6 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) SIVIRINO PAULI
APELADA: BRENDA DA CONCEIÇÃO PEREIRA
ADVOGADO(A): DR(A) MARCUS PAIXÃO COSTA DE OLIVEIRA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - RECEBIMENTO DO VALOR CORRETO EM SEDE ADMINISTRATIVA. RECURSO PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO AUTURAL. SENTENÇA REFORMADA. ÔNUS SUCUMBENCIAL INVERTIDO. APLICAÇÃO DA LEI 1.060/50.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.804877-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
APELADA: ELISANGELA DE SOUSA SILVA
ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - RECEBIMENTO DO VALOR A MENOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, - ERRO MATERIAL NA PARTE DISPOSITIVA DA SENTENÇA. MANTIDA A CONDENAÇÃO DO APELANTE AO PAGAMENTO DO SALDO REMANESCENTE, E NÃO DO VALOR JÁ PAGO. CORREÇÃO MONETÁRIA DA DATA DO EVENTO DANOSO E JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0000.15.000061-0 - BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADO(A): DR(A) DANIELA DA SILVA NOAL E OUTROS
AGRAVADA: HELLEUDA CRUZ DE SOUZA NASCIMENTO
ADVOGADO(A): DR(A) ELTON PANTOJA AMARAL
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.806609-4 - BOA VISTA/RR

APELANTE: JOSÉ DO CARMO SILVA RIBEIRO
ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ
APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO - PROCESSUAL CIVIL - RECURSO QUE NÃO REBATE OS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA - IRREGULARIDADE FORMAL - AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE RECURSAL - PRECEDENTES DO STJ - APELO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em Exercício), e o Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.723148-5 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR(A) DO MUNICÍPIO: DR(A) MARCUS VINÍCIUS MOURA MARQUES
EMBARGADA: MARISE RODRIGUES D'AVILA
ADVOGADO(A): DR(A) BRUNO BARBOSA GUIMARÃES SEABRA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL - ACÓRDÃO EIVADO DE OMISSÃO - INEXISTÊNCIA - FIM ÚNICO DE PREQUESTIONAMENTO - INADMISSIBILIDADE - PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE- EMBARGOS REJEITADOS.

1. Embargos de declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao recurso de apelação interposto, em razão de sentença que condenou o Embargante ao pagamento de verbas rescisórias.
2. Os embargos declaratórios possuem finalidade específica e expressamente delimitada pelo artigo 535, do Código de Processo Civil.
3. Não se vislumbra omissão a ser sanada no julgado, de modo que se percebe a tentativa de rediscussão da matéria, o que é vedado nessa via recursal.
4. Recurso conhecido e rejeitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, mas negar provimento aos presentes embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento os Senhores Desembargadores Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Elaine Bianchi (Julgadora) e Mozarildo Cavalcanti (Julgador).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.901319-0 - BOA VISTA/RR
APELANTE: AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS E OUTRA
ADVOGADO(A): DR(A) JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
APELADA: ELIDIANE DA SILVA
ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CORREÇÃO MONETÁRIA DA DATA DO EVENTO DANOSO E JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO, CONSOANTE COMPREENSÃO ASSENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.12.012580-1 - BOA VISTA/RR
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
APELADO: JOSE CARLOS MOREIRA DE SOUZA
DEFENSOR PÚBLICO(A): DR(A) ROGENILTON FERREIRA GOMES
RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL – RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA – CONDENAÇÃO NO DELITO DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO – ART. 14 DA LEI 10.826/2003 – RESTITUIÇÃO DA ARMA E MUNIÇÕES – IMPOSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A condenação no crime de porte ilegal de arma de fogo acarreta o perdimento do armamento e munições apreendidos, em razão do disposto nos arts. 91, II, "a", do CP e 1º da LCP. Precedente do Superior Tribunal de Justiça.

2. Recurso conhecido e provido.

ACÓRDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Criminal, à unanimidade de votos, em total consonância com o parecer ministerial, em DAR PROVIMENTO à Apelação, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante deste Julgado.

Estiveram presentes à Sessão de julgamento os Desembargadores Almiro Padilha (relator), Ricardo Oliveira (julgador) e Mozarildo Cavalcanti (julgador), bem como o(a) representante do Ministério Público graduado.

Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em Boa Vista – RR, 05 de maio de 2015.

DES. ALMIRO PADILHA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.707005-7 - BOA VISTA/RR
APELANTE: ROBERVAL VERÍSSIMO MENDONÇA
ADVOGADO(A): DR(A) DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA
APELADA: BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADOS(A): DR(A) IRLANE LIMA DE OLIVEIRA E OUTROS
RELATORA: JUIZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. PRELIMINAR EX OFFICIO DE NULIDADE DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RELATÓRIO E DE FUNDAMENTAÇÃO ENFRENTANDO PONTOS RELEVANTES ENVOLVENDO O MERITUM CAUSAE DA LIDE. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 458, I E II, DO CPC. PRELIMINAR ACOLHIDA. SENTENÇA ANULADA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. RECURSO PREJUDICADO.

1. O relatório constitui requisito intrínseco da sentença, nos termos do art. 458, inciso I, do CPC. Trata-se de uma garantia às partes de que o magistrado tomou conhecimento de suas respectivas teses, oferecendo segurança ao julgado. A sua falta, portanto, conduz à nulidade insanável do decisum, por omissão a formalidade essencial ao ato.
2. Por força do artigo 458, inciso II do CPC, cabe ao julgador ao decidir a lide, enfrentar os pontos relevantes envolvendo o meritum causae da ação delineados na peça inicial, máxime quando for o caso de decretação da revelia da parte requerida.
3. Preliminar suscitada 'ex officio' acolhida. Questão de ordem pública. Sentença anulada. Prejudicada a análise do mérito recursal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em acolher a preliminar suscitada, ex officio, de nulidade da sentença recorrida, por infringência ao disposto no artigo 458, incisos I e II, do CPC, restando prejudicado o recurso, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes Desembargadores Presidente da Câmara Única e demais integrantes da Turma Cível, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI – Relatora

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000.15.000896-9 - BOA VISTA/RR
APELANTE: EDINO ALLAMANO DE ALMEIDA SOARES
ADVOGADO(A): DR(A) ALEXANDRE CESAR DANTAS SOCORRO E OUTROS
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) FERNANDO MARCO LIMA
RELATOR: DES. RICARDO OLIVEIRA

EMENTA: APELAÇÃO - AÇÃO ORDINÁRIA - CONCURSO PÚBLICO - TÍTULO DE ESPECIALIDADE - NOMEAÇÃO E POSSE - IMPOSSIBILIDADE - REQUISITO EDITALÍCIO E PREVISÃO LEGAL NÃO CUMPRIDOS - RECURSO NÃO PROVIDO.

Havendo previsão em edital e em lei no sentido de que a nomeação para o cargo de Médico, na especialidade de Médico Legista, só é possível com a comprovação em curso de especialização, não há que se falar em direito à nomeação para o referido cargo, se não restou devidamente comprovada a habilitação exigida. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em NEGAR provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presenças: Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente e Relator), Juiz Convocado Leonardo Cupello (Revisor) e Des. Mauro Campello (Julgador).

Boa Vista (RR), 05 de maio de 2015.

Des. RICARDO OLIVEIRA
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.703847-6 - BOA VISTA/RR**APELANTE: PEDRO RODRIGUES PEREIRA****ADVOGADO(A): DR(A) DENYSE DE ASSIS TAJUJÁ****APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A****ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - O EXCELSO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL RECONHECEU A CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS QUE ESTABELECEM A GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE SINISTRO DE TRÂNSITO - NÃO OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - RECURSO CONHECIDO, MAS DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, integrantes da Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, consoante parecer ministerial, em conhecer do Agravo de Instrumento, mas negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente em exercício) e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.11.903016-0 - BOA VISTA/RR**APELANTE: BCS SEGUROS S/A****ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES****APELADO: ELISVALDO RIOS BOMFIM****ADVOGADOS(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES E OUTRO****RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO****EMENTA**

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campello (Presidente, em exercício), e os Juizes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.710376-9 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANES
APELADO: MARLEI DE PAULA
ADVOGADO(A): DR(A) PAULO SÉRGIO DE SOUZA
RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - PERÍCIA MÉDICA - NECESSÁRIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA, OPORTUNIZANDO PERÍCIA MÉDICA PARA AFERIR O GRAU DA LESÃO, CONSOANTE O JULGAMENTO DAS AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE 4627/DF, 4350/DF E DO AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 704520/SP, PELA SUPREMA CORTE. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em anular a sentença de ofício, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Mauro Campelo (Presidente, em exercício), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos sete dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.13.710071-4 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(A): DR(A) ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES
EMBARGADA: SIMONE SOUSA BRITO
ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES E OUTRO
RELATOR: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos de declaração, mantendo incólume o julgamento vergastado, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes o Presidente da Câmara Única, os integrantes da Turma Cível, bem como o ilustre representante da douda Procuradoria de Justiça.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.722633-9 - BOA VISTA/RR
EMBARGANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR(A) DO ESTADO: DR(A) CLÁUDIO BELMINO RABELO EVANGELISTA
EMBARGADA: HELEN MIRTOU PEREIRA
ADVOGADO(A): DR(A) MAURO SILVA DE CASTRO
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

EMENTA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CÍVEL - ACÓRDÃO QUE DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO, EM DESFAVOR DO EMBARGANTE - MATERIA RECURSAL ANALISADA - INOCORRÊNCIA DE OMISSÃO - EMBARGOS DESPROVIDOS.

1. Os embargos de declaração não merecem acolhimento quando o embargante não demonstra omissão na decisão vergastada.
2. Tal espécie recursal tem natureza integrativa e não se presta para rediscutir matéria já analisada e decidida.
3. Embargos declaratórios desprovidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em negar provimento aos presentes embargos, nos termos do voto da Relatora.

Estiveram presentes os eminentes julgadores Desembargador Ricardo Oliveira, Presidente, o Juiz Convocado Dr. Leonardo Cupello, bem como o(a) ilustre representante da douta Procuradoria de Justiça. Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Juíza Convocada ELAINE CRISTINA BIANCHI - Relatora

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002417-5 - BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ROSANGELA DA ROSA CORRÊA

AGRAVADO: EDMILSON MEDEIROS DE ANDRADE

ADVOGADO(A): DR(A) GIOBERTO DE MATOS JUNIOR

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. MANUTENÇÃO DO BEM MÓVEL, OBJETO DE AÇÕES DE CONTRATOS REVISIONAIS, NA POSSE DO CONSUMIDOR ATÉ QUE SE RESOLVA A QUESTÃO DE MÉRITO. PRUDÊNCIA. A INTENÇÃO DA PARTE AUTORA, NAS AÇÕES REVISIONAIS, NÃO É INADIMPLIR O CONTRATO, MAS REVISÁ-LO EM RAZÃO DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS QUE REGEM OS CONTRATOS. DECISÃO MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello

Juiz Convocado

Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.14.803794-7 - BOA VISTA/RR

APELANTE: SIDNEY ALVES DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): DR(A) TIMÓTEO MARTINS NUNES

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.12.726724-2 - BOA VISTA/RR

APELANTE: EVANETE PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) WARNER VELASQUE RIBERIO

APELADA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(A): DR(A) ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES

RELATOR: JUIZ CONVOCADO LEONARDO CUPELLO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS Nº. 11.482/2007 E 11945/2009 - PAGAMENTO DO VALOR MÁXIMO DO SEGURO - IMPOSSIBILIDADE - RECEBIMENTO DO VALOR, EM SEDE ADMINISTRATIVA, CONSOANTE O GRAU DA LESÃO AFERIDA - RECURSO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Cível, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Presentes à Sessão de Julgamento o Senhor Desembargador Ricardo Oliveira (Presidente), e os Juízes Convocados Leonardo Cupello (Relator) e Elaine Bianchi (Julgadora).

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

Leonardo Cupello
Juiz Convocado
Relator

HABEAS CORPUS Nº 0000.15.000063-6 - BOA VISTA/RR

IMPETRANTE: ALYSSON BATALHA FRANCO

PACIENTE: CESAR AUGUSTO DO CARMO SILVA

AUT. COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS

RELATOR: DES. MAURO CAMPELLO

EMENTA

PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NO DECRETO PREVENTIVO - MERA REFERÊNCIA AO ART. 312 DO CPP - FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA - ORDEM CONCEDIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única - Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, em consonância com o parecer ministerial, em **CONCEDER** a presente ordem de habeas corpus, nos termos do voto do Relator. Estiverem presentes à sessão como os eminentes Juízes Convocados Leonardo Cupello e Mozarildo Cavalcanti. Também presente o ilustre representante do Ministério Público.

Sala das Sessões, em Boa Vista - RR, aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DES. MAURO CAMPELLO - Relator

PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000.14.002090-0 – BOA VISTA/RR

AGRAVANTE: VALDIVINO QUEIROZ DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) FERNANDO ROBERTO MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE

AGRAVADOS: ANDREA CHEE A TOW MESQUITA E OUTRO

ADVOGADO(A): DR(A) FERNANDO DOS SANTOS BATISTA

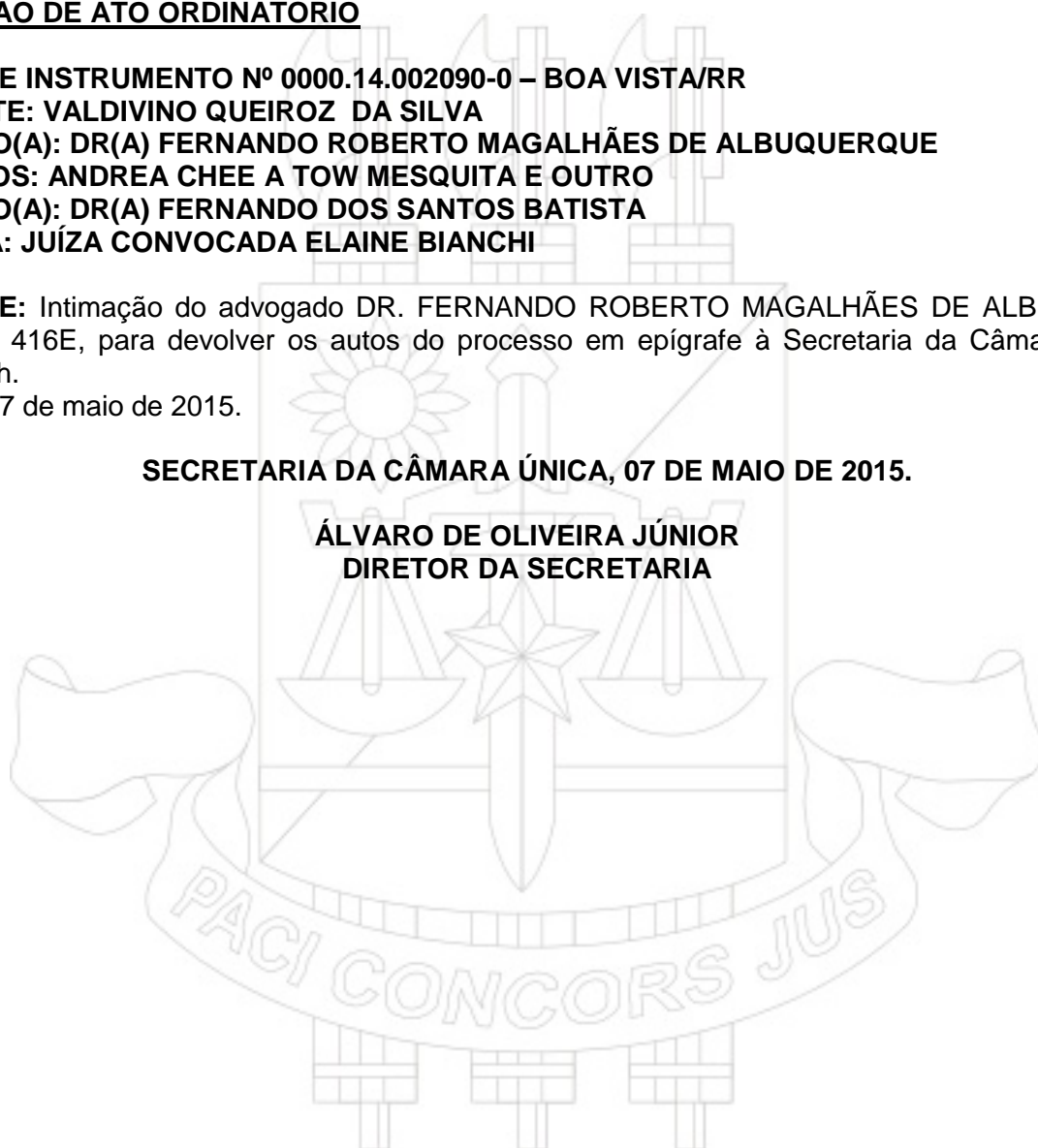
RELATORA: JUÍZA CONVOCADA ELAINE BIANCHI

FINALIDADE: Intimação do advogado DR. FERNANDO ROBERTO MAGALHÃES DE ALBUQUERQUE, OAB/RR Nº 416E, para devolver os autos do processo em epígrafe à Secretaria da Câmara Única, no prazo de 48h.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 07 DE MAIO DE 2015.

**ÁLVARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
DIRETOR DA SECRETARIA**



GABINETE DA PRESIDÊNCIA**Expediente de 07/05/2015****Presidência****Procedimento Administrativo n.º 2015/575****Origem: Cicero Renato Pereira Albuquerque.****Assunto: Licença para tratamento de Saúde.****DECISÃO**

1. Acolho o parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria de Gestão de Pessoas (fls. 08/08v.).
2. Defiro o pedido de licença para tratamento de saúde do requerente, no período de 26.03 a 01.04.2015.
3. Publique-se.
4. Após, à Secretaria de Gestão de Pessoas, para providências.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente**Procedimento Administrativo – 2015/740****Origem: Leonardo Pache de Faria Cupello.****Assunto: Averbação de Tempo de Serviço.****DECISÃO**

1. Acolho o parecer da SGP às fls. 09-11.
2. Defiro parcialmente o pedido.
3. Após, encaminhe-se à SGP para as providências necessárias.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

PRESIDÊNCIA**PORTARIA N.º 905, DO DIA 07 DE MAIO DE 2015**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Designar a Dr.^a **BRUNA GUIMARÃES FIALHO ZAGALLO**, Juíza Substituta, para auxiliar na 1.^a Vara Criminal do Tribunal do Júri e da Justiça Militar, no dia 07.05.2015, sem prejuízo de sua designação para responder pela 2.^a Vara Criminal de Competência Residual, objeto da Portaria n.º 1504, de 11.10.2013, publicada no DJE n.º 5135, de 12.10.2013.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

PORTARIA N.º 906, DO DIA 07 DE MAIO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a Decisão proferida no EXP-3692/2015 (Sistema Agis),

RESOLVE:

Designar a servidora **ANA PAULA DE CASTRO OLIVEIRA**, Técnica Judiciária - Proteção à Criança e ao Adolescente, para exercer a função de conciliadora do 2.º Juizado Especial Cível, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar de 08.05.2015.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

QUEBROU? ENTUPIU? QUEIMOU?

SAIBA COMO RESOLVER!

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Central de Atendimento



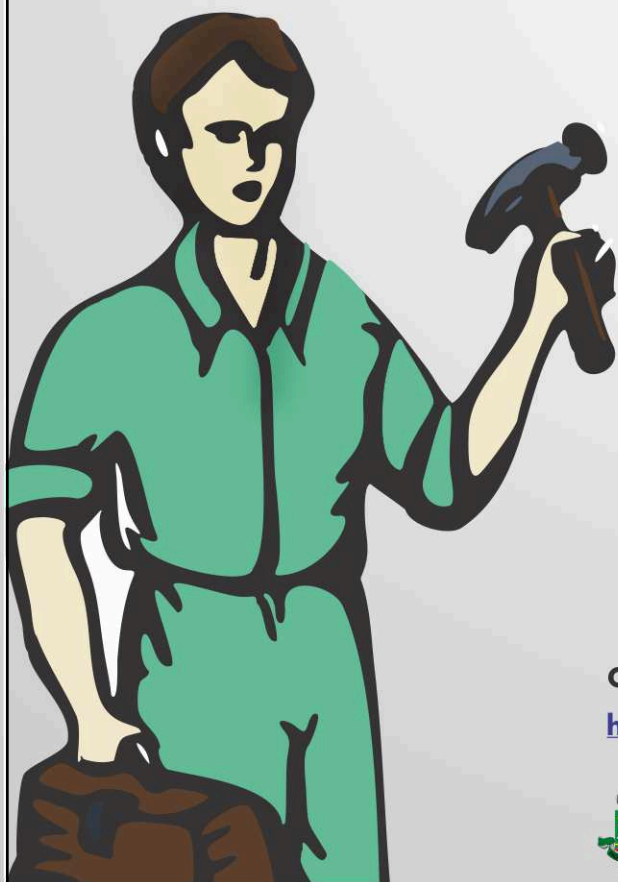
Serviços Gerais e Manutenção Predial

Serviços:

- ♦ Ar-condicionados
- ♦ Troca de Lâmpadas
- ♦ Telefonia
- ♦ Serviço de Pedreiro
- ♦ Água
- ♦ Chaveiro
- ♦ Serviço Hidráulico
- ♦ Persianas e Cortinas
- ♦ Outros serviços

Confira o catálogo de serviços e outras informações:

<http://intranet.tjrr.jus.br/index.php/central-de-atendimento-sil>



GABINETE DA PRESIDÊNCIA**NÚCLEO DE PRECATÓRIOS****Requisição de Pequeno Valor n.º 245/2014****Requerente: Raimundo Nonato Costa da Cunha****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 31/32v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 30, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 8.050,33 (oito mil, cinquenta reais e trinta e três centavos) em favor do requerente Raimundo Nonato Costa da Cunha, com retenção de imposto de renda e contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 33.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento do imposto de renda e contribuição previdenciária no valor total de R\$ 309,01 (trezentos e nove reais e um centavo).

Após a juntada da guia recolhida nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 7.741,32 (sete mil, setecentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos) e seus acréscimos legais e intime-se o requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 251/2014**Requerente: Maria de Lourdes Rodrigues****Advogado: Valdenor Alves Gomes – OAB/RR n.º 618****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 42/43v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 41, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 11.264,79 (onze mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos) em favor da requerente Maria de Lourdes Rodrigues, com retenção de imposto de renda e contribuição previdenciária, nos termos dos demonstrativos às folhas 44/45.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento do imposto de renda e da contribuição previdenciária no valor total de R\$ 364,45 (trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Após a juntada das guias recolhidas nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 10.900,34 (dez mil, novecentos reais e trinta e quatro centavos) e seus acréscimos legais e intime-se a requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 252/2014

Requerente: Katiane Rodrigues da Silva

Advogado: Vilmar Lana – OAB/RR n.º 509

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 33/34v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 32, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 9.467,74 (nove mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos) em favor da requerente Katiane Rodrigues da Silva, com retenção de imposto de renda e contribuição previdenciária, nos termos dos demonstrativos às folhas 35/36.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento do imposto de renda e da contribuição previdenciária no valor total de R\$ 360,38 (trezentos e sessenta e reais e trinta e oito centavos).

Após a juntada das guias recolhidas nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 9.107,36 (nove mil, cento e sete reais e trinta e seis centavos) e seus acréscimos legais e intime-se a requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 253/2014

Requerente: Maria Cleide Ribeiro de Oliveira

Advogados: Winston Regis Valois Junior – OAB/RR n.º 482 e Renata Borici Nardi – OAB/RR n.º 830

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 31/32v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 30, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 8.561,15 (oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e quinze centavos) em favor da requerente Maria Cleide Ribeiro de Oliveira, com retenção de contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 33.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento da contribuição previdenciária no valor de R\$ 311,61 (trezentos e onze reais e sessenta um centavos).

Após a juntada das guias recolhidas nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 8.249,54 (oito mil, duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e seus acréscimos legais e intime-se a requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 254/2014

Requerente: Osvaldo Rodrigues Mendes Junior

Advogado: Tássio Moreira Silva – OAB/RR n.º 709 e Márcio Patrick Martins Alencar – OAB-RR n.º 708

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 30/31v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 29, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 5.475,78 (cinco mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos) em favor do requerente Osvaldo Rodrigues Mendes Junior, com retenção de contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 32.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento da contribuição previdenciária no valor de R\$ 25,43 (vinte e cinco reais e quarenta e três centavos).

Após a juntada da guia recolhida nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 5.450,35 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos) e seus acréscimos legais e intime-se o requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.
Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 257/2014

Requerente: Priscila Uchoa de Sousa

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 32/33v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 31, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 8.081,95 (oito mil, oitenta e um reais e noventa e cinco centavos) em favor da requerente Priscila Uchoa de Sousa, com retenção de contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 34.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento da contribuição previdenciária no valor de R\$ 60,41 (sessenta reais e quarenta e um centavos).

Após a juntada da guia recolhida nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 8.021,54 (oito mil, vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos) e seus acréscimos legais e intime-se a requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.
Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 258/2014**Requerente: Joana Darc Oliveira****Advogado: Cleber Bezerra Martins – OAB/RR n.º 585****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 34/35v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 33, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 5.069,71 (cinco mil, sessenta e nove reais e setenta e um centavos) em favor da requerente Joana Darc Oliveira, com retenção de contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 36.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento da contribuição previdenciária no valor de R\$ 70,13 (setenta reais e treze centavos).

Após a juntada da guia recolhida nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 4.999,58 (quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e oito centavos) e seus acréscimos legais e intime-se a requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 259/2014**Requerente: Halan Maciel Brandão Magalhães****Advogado: Clovis Melo de Araújo – OAB-RR n.º 647****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Acolho a manifestação do Núcleo de Precatórios às folhas 34/35v.

Considerando o depósito efetuado para liquidação da presente requisição, conforme comprovante à folha 33, bem como a norma tributária aplicável ao caso, autorizo a liberação do valor de R\$ 11.140,06 (onze mil, cento e quarenta reais e seis centavos) em favor do requerente Halan Maciel Brandão Magalhães, com retenção de contribuição previdenciária, nos termos do demonstrativo à folha 36.

Oficie-se ao Banco do Brasil para recolhimento da contribuição previdenciária no valor de R\$ 84,57 (oitenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

Após a juntada da guia recolhida nos autos da presente RPV, expeça-se o alvará de levantamento de valores na quantia de R\$ 11.055,49 (onze mil, cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) e seus acréscimos legais e intime-se o requerente, via Diário da Justiça Eletrônico – DJE, para retirar o alvará.

Ao Núcleo de Precatórios.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 73/2015**Requerente: Edenilsa Ventura de Oliveira****Advogado: Clóvis Melo de Araújo – OAB/RR 647****Requerido: Estado de Roraima****Procurador: Procuradoria-Geral do Estado de Roraima****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de Edenilsa Ventura de Oliveira, referente ao processo n.º 0400046-87.2014.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/25.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 26, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e art.5º da Resolução n.º 09/2011.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 28/29, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 7.693,92 (sete mil, seiscentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), em favor do (a) requerente, Edenilsa Ventura de Oliveira, nos termos do art. 100, § 3.º da Constituição Federal e do art. 3.º, da Lei Estadual n.º 862/2012, que fixa o valor da RPV.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado de Roraima, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, por analogia ao disposto no art. 13, I, da Lei n.º 12.153/2009.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 74/2015**Requerente: Clovismar Pereira da Costa****Advogado: João Gutemberg Weil Pessoa – OAB/RR 704****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de Clovismar Pereira da Costa, referente ao processo n.º 0401326-30.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/16.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 17, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 19/20, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 10.076,37 (dez mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), em favor do (a) requerente, Clovismar Pereira da Costa, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 75/2015

Requerente: José Sousa Nepomucena

Advogado: João Gutemberg Weil Pessoa – OAB/RR 704

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de José Sousa Nepomucena, referente ao processo n.º 0400631-76.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/15.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 16, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 18/19, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 10.822,08 (dez mil, oitocentos e vinte e dois reais e oito centavos), em favor do (a) requerente, José Sousa Nepomucena, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 76/2015**Requerente: Maria Luede Jane Ferreira Rocha****Advogado: Tanner Pinheiro Garcia – OAB/RR 478****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de Maria Luede Jane Ferreira Rocha, referente ao processo n.º 0400199-23.2014.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 06/21.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 22, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 24/25, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 4.000,11 (quatro mil reais, e onze centavos), em favor do (a) requerente, Maria Luede Jane Ferreira Rocha, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 77/2015**Requerente: José Gomes de Bandeira****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de José Gomes de Bandeira, referente ao processo n.º 0400121-63.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/16.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 17, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 19/20, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 9.146,47 (nove mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos), em favor do (a) requerente, José Gomes de Bandeira, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 78/2015

Requerente: Gessy Lopes de Castro

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador: Procuradoria-Geral do Município de Boa Vista

Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima

DECISÃO

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de Gessy Lopes de Castro, referente ao processo n.º 0400646-11.2014.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/16.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 17, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 19/20, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 10.630,33 (dez mil, seiscentos e trinta reais e trinta e três centavos), em favor do (a) requerente, Gessy Lopes de Castro, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 79/2015**Requerente: Veronica Rodrigues da Silva****Advogado: João Gutemberg Weil Pessoa – OAB/RR 704****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de Veronica Rodrigues da Silva, referente ao processo n.º 0400152-83.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/17.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 18, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 20/21, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 11.820,00 (onze mil, oitocentos e vinte reais), em favor do (a) requerente, Veronica Rodrigues da Silva, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Requisição de Pequeno Valor n.º 80/2015**Requerente: José Ribamar dos Santos****Advogado: Paulo Sérgio de Souza – OAB/RR 317-B****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador: Procuradoria do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima****DECISÃO**

Cuida-se de requisição de pequeno valor – RPV expedida em favor de José Ribamar dos Santos, referente ao processo n.º 0400619-62.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública do Estado de Roraima, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/18.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 19, que o feito se encontra devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas 21/22, opinou pelo deferimento da presente RPV, para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruída, a presente RPV deve ser paga pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 5.324,44 (cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais e quarenta e quatro centavos), em favor do (a) requerente, José Ribamar dos Santos, nos termos do art. 100, § 3.º, da Constituição Federal e do art. 1.º da Lei Municipal n.º 1.249, de 18 de maio de 2010, que dispõe sobre a fixação do valor da RPV, no âmbito do Município de Boa Vista.

Oficie-se à Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, para que proceda ao repasse do mencionado valor ao Tribunal, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme disposição contida no art. 3.º da Lei Municipal n.º 1.249/10.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Publique-se.

Após, ao Núcleo de Precatórios, para acompanhamento.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 007/2015

Requerente: Gertânia dos Prazeres Lima

Advogado (a): Carlos Ney Oliveira Amaral e Clovis Melo de Araujo – OAB/RR 200-A e OAB/RR 647

Requerido: Município de Boa Vista

Procurador (a): Procuradoria do Município de Boa Vista

Requisitante: Juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista

DECISÃO

Cuida-se de precatório expedido em favor de Gertânia dos Prazeres Lima, referente ao processo nº. 0401208-54.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 05/24.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 29, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas nº 31/32, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 23.358,44 (vinte e três mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Gertânia dos Prazeres Lima, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 05 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 009/2015**Requerente: Rychael Vasconcelos do Nascimento****Advogado (a): Tássyo Moreira Silva e Márcio Patrick Martins Alencar – OAB/RR 709 e OAB/RR 708****Requerido: Município de Boa Vista****Procurador (a): Procuradoria do Município de Boa Vista****Requisitante: Juiz do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista****DECISÃO**

Cuida-se de precatório expedido em favor de Rychael Vasconcelos do Nascimento, referente ao processo n.º 0401115-91.2013.8.23.0010, movido contra o Município de Boa Vista.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito do Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 06/30.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 32, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas n.º 33/34, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 12.503,84 (doze mil, quinhentos e três reais e oitenta e quatro centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Rychael Vasconcelos do Nascimento, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se a Excelentíssima Senhora Prefeita do Município de Boa Vista, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente

Precatório n.º 17/2015**Requerente: Edson Roberto Oaigen****Advogado (a): Warner Velasque Ribeiro – OAB/RR 288-A****Requerido: Universidade Estadual de Roraima -UERR****Procurador (a): Procuradoria Jurídica da Universidade Estadual de Roraima****Requisitante: Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista****DECISÃO**

Cuida-se de precatório expedido em favor de Edson Roberto Oaigen, referente ao processo n.º 0713-831-77.2013.8.23.0010, movido contra o Estado de Roraima.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista, veio acompanhado da documentação que se encontra acostada às folhas 06/28.

O Núcleo de Precatórios certificou, à folha 38, que o feito encontra-se devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 5.º, da Resolução n.º 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça e a Resolução n.º 09/2011 do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

A Procuradoria-Geral de Justiça, às folhas n.º 40/41, manifestou-se pelo deferimento do presente precatório para fins de ulterior pagamento da quantia requisitada em favor da pessoa física beneficiária.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório.

DECIDO.

Estando devidamente instruído, o presente precatório deve ser pago pelo montante atualizado.

Isso posto, DEFIRO a solicitação da importância de R\$ 34.871,33 (trinta e quatro mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), em favor da pessoa física beneficiária, Edson Roberto Oaigen, para posterior pagamento, observada a ordem cronológica de preferência dos créditos de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, parágrafos 1º e 5.º da Constituição Federal, com as alterações conferidas pela Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Oficie-se ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Roraima, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2016 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

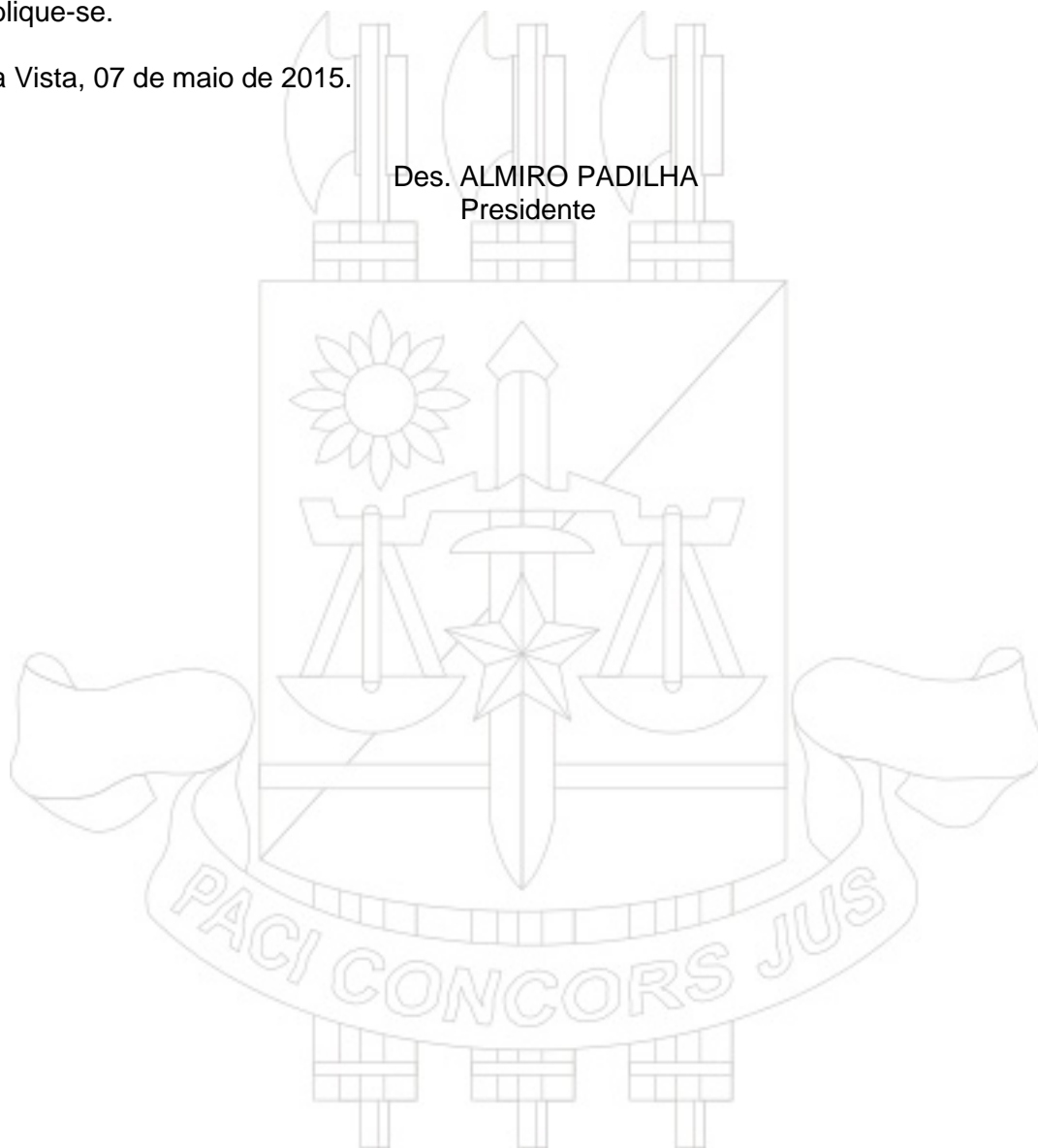
Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, ao Núcleo de Precatórios para acompanhamento.

Publique-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Des. ALMIRO PADILHA
Presidente



CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Expediente de 07/05/2015

PORTARIA/CGJ Nº. 18, DE 07 DE MAIO DE 2015.

A **Des^a. TÂNIA VASCONCELOS DIAS**, Corregedora-Geral de Justiça, no uso das suas atribuições legais e regulamentares,

Considerando os documentos digitais AGIS: EXP – 5177/2015, oriundo da Vara da Justiça Itinerante, da Comarca de Boa Vista/RR,

RESOLVE:

Art. 1.º Tornar sem efeito o selo holográfico de autenticidade nº. 50641, da Vara da Justiça Itinerante da Comarca de Boa Vista/RR.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, comunique-se e cumpra-se.

Boa Vista/RR, 07 de maio de 2015.

Des^a. TÂNIA VASCONCELOS DIAS
CORREGEDORA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA, BOA VISTA/RR, 07 DE MAIO DE 2015

SECRETARIA GERAL**Procedimento Administrativo n.º 2122/2011 - FUNDEJURR****Origem: Secretaria de Infraestrutura e Logística****Assunto: Contratação de empresa para construção do Fórum Criminal****DECISÃO**

1. Vieram os autos para deliberação acerca de prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 007/2011, firmado em 22.03.2011, com a empresa J C DE ALMEIDA ENGENHARIA, para a construção do Fórum Criminal, e de alteração da data-base para cálculo do reajuste anual e da denominação da empresa.
2. É o breve relato. **Decido.**
3. Depreende-se dos autos que modificações no lay-out realizadas por interesse desta Corte e a necessidade de finalização dos serviços de refrigeração intraforno - objeto de outro contrato firmado pelo TJRR – acarretaram o atraso na conclusão dos serviços dos ambientes internos pela Contrata e a necessidade de dilação dos prazos de vigência e execução do Contrato, conforme justificado pela fiscalização e pelo Secretário de Infraestrutura e Logística, nas manifestações acostadas às fls. 5070/5071 e 5085.
4. Às fls. 5.053/5054 e 5.069, o Secretário de Infraestrutura e Logística e a Assessoria Jurídica da Secretaria de Gestão Administrativa informaram as razões fáticas que ensejaram a alteração da data-base para o reajuste prevista no instrumento contratual, que deverá ser a da apresentação da proposta, conforme previsão legal, e não a da assinatura do contrato. Foi esclarecido que, em que pese a data-base atualmente estabelecida ser a da assinatura do termo contratual, os reajustes já concedidos adotaram como data-base a da apresentação da proposta, em consonância com a previsão legal do art. 40, inciso XI, da Lei 8666/93.
5. Conforme se verifica do documento de alteração contratual colacionado ao feito pela fiscalização (fls.5079/5083) a empresa contratada girará sob a denominação de SBA ENGENHARIA LTDA.
6. A Assessoria Jurídica da Secretaria de Gestão Administrativa manifestou-se, no parecer de fls. 5087, pela ampliação da vigência e execução do contrato, na forma prevista no art. 57, §1º, inciso III, da Lei de Licitações, e pelas alterações aduzidas, com supedâneo no art. 65, II, do mesmo normativo citado, não havendo óbice quanto à prorrogação suscitada e alteração da data base para cálculo, que será a da apresentação da proposta.
7. Para tanto, foi elaborada a minuta do Termo Aditivo, aprovada por Assessoria Jurídica, nos termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 (fls. 5087-v /5088).
8. Constam aos autos as declarações de fls. 4262, 5086 e 5089 que demonstram a regularidade da empresa e a inexistência de prática de nepotismo.
9. **Diante disso**, considerando a presença dos requisitos legais e o princípio do interesse público, acolho o parecer jurídico de fls. 5087, bem como a manifestação do Secretário de Gestão Administrativa de fl. 5088, com fundamento no art. 1º, inciso V, da Portaria GP 738/2012, **autorizo a dilação de prazo** para a conclusão e entrega do objeto para 30 de junho de 2015, bem como **a prorrogação** da vigência do Contrato nº 007/2011 até 30 de janeiro de 2016, e **a alteração contratual** para que se utilize a data de entrega da proposta como data-base para o reajuste e para que a Contratada passe a se chamar SBA Engenharia Ltda., na forma da minuta de Termo Aditivo apresentada (fl. 5087-v /5088), mantendo-se as demais cláusulas do instrumento original, nos termos do art. 57, §1º, inciso III e art. 65, inciso II, ambos da Lei nº 8.666/93.
10. Publique-se.
11. Após, à **SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA** para publicação de extrato do Termo Aditivo e demais medidas pertinentes.
12. Por fim, ao fiscal do contrato para ciência e notificação da empresa quanto ao teor desta decisão.

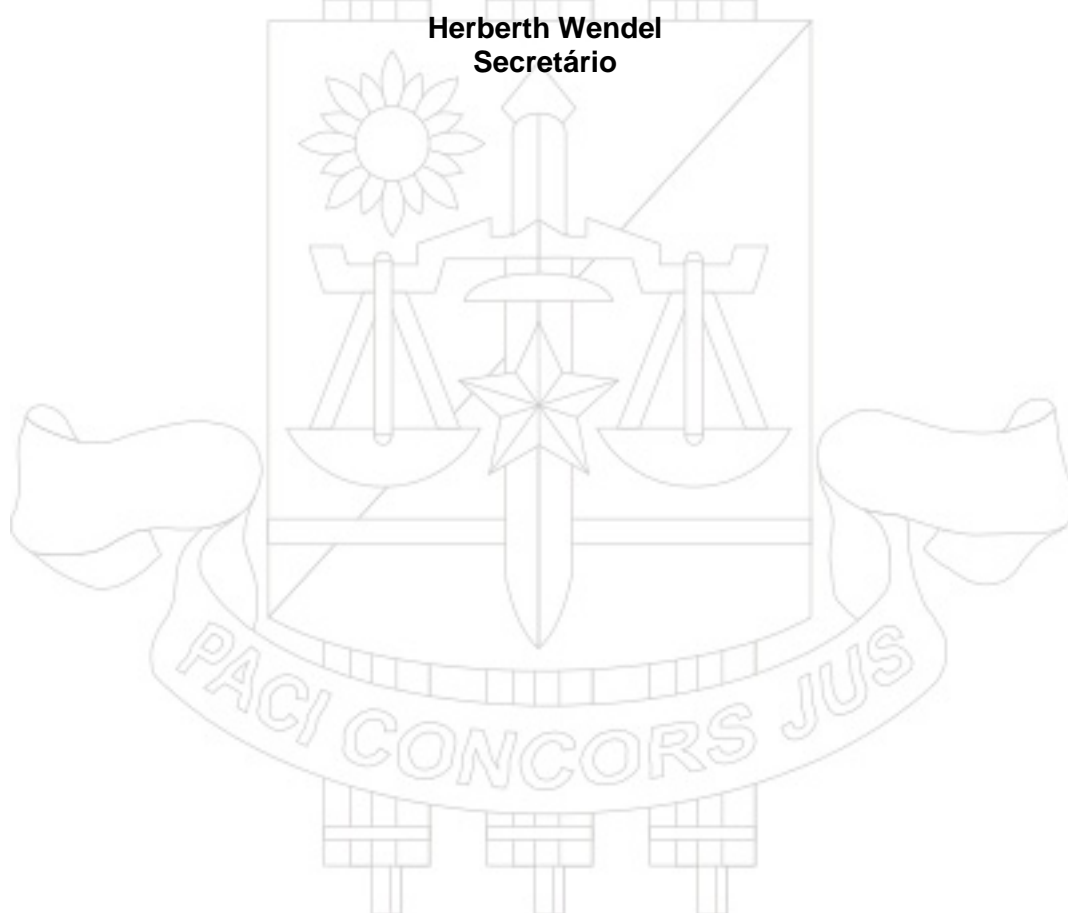
Boa Vista-RR, 06 de maio de 2015.

Elízio Ferreira de Melo
Secretário-Geral

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - GABINETE**Procedimento Administrativo n.º 2015/756****Origem: Seção de Admissão e Desenvolvimento de Pessoal.****Assunto: Progressão Funcional.****DECISÃO**

1. Acolho o Parecer Jurídico;
2. Considerando o disposto no art. 3.º, IV, da Portaria da Presidência n.º 738/2012, homologo as avaliações de desempenho constantes às fls. 03/18, e concedo progressão funcional aos servidores, em suas respectivas carreiras, nos níveis ali elencado, com aplicação a contar da data informada, com fundamento nos arts. 11 e 12, §§ 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual n.º 227/2014.
3. Publique-se.
4. Após, à Seção de Acompanhamento de Movimentação Pessoal, para publicação de Portaria.
5. Em ato contínuo, à Seção de Admissão e Desenvolvimento de Pessoal, para anotações.
6. Por último, à Seção de Registros Funcionais, para demais providências.

Boa Vista-RR, 07 de maio de 2015.

Herberth Wendel
Secretário

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**PORTARIAS DO DIA 07 DE MAIO DE 2015**

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

RESOLVE:

N.º 1178 - Designar a servidora **EDJANE ESCOBAR DA SILVA FONTELES**, Técnica Judiciária, para responder pela Assessoria Jurídica II da Secretaria de Gestão Administrativa, no período de 04 a 27.05.2015, em virtude de licença da servidora Priscila Pires Carneiro Ramos.

N.º 1179 - Designar a servidora **TERCIANE DE SOUZA SILVA**, Técnica Judiciária, para responder pelo cargo de Diretor de Secretaria da 1.ª Vara da Infância e da Juventude, no período de 04 a 08.05.2015, em virtude de folgas compensatórias do titular.

N.º 1180 - Alterar a 2.ª etapa das férias da servidora **ALINE CORREA MACHADO DE AZEVEDO**, Oficiala de Justiça - em extinção, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas no período de 20 a 29.07.2015.

N.º 1181 - Alterar a 1.ª e a 2.ª etapas das férias do servidor **BRUNO HOLANDA DE MELO**, Oficial de Justiça - em extinção, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas nos períodos de 15 a 24.06.2015 e de 28.09 a 07.10.2015.

N.º 1182 - Alterar a 2.ª etapa das férias da servidora **HELEM TALITA LIRA FONTES BEDIN**, Assessora Jurídica II, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas nos períodos de 18 a 27.05.2015 e de 09 a 18.12.2015.

N.º 1183 - Alterar a 2.ª etapa das férias do servidor **HERBERT ANDREWS LUCENA DOS SANTOS**, Técnico Judiciário - Tecnologia da Informação, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas no período de 25.05 a 03.06.2015.

N.º 1184 - Alterar a 1.ª etapa das férias do servidor **JÚLIO CÉSAR CAPPELLARI**, Assessor Jurídico I, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas no período de 13 a 27.07.2015.

N.º 1185 - Alterar a 2.ª etapa das férias do servidor **MANOEL MESSIAS SILVEIRA DANTAS**, Assessor Especial II, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas no período de 07 a 16.07.2015.

N.º 1186 - Alterar as férias da servidora **POLIANA DO RÊGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.04.2016, 16 a 25.05.2016 e de 01 a 10.08.2016.

N.º 1187 - Alterar as férias da servidora **RENATA GUEDES MOZ**, Analista Judiciária - Psicologia, referentes ao exercício de 2015, para serem usufruídas nos períodos de 09 a 18.12.2015, 13 a 22.03.2016 e de 17 a 26.08.2016.

N.º 1188 - Alterar o recesso forense da servidora **POLIANA DO RÊGO MOURA**, Chefe de Gabinete Administrativo, referente a 2014, anteriormente marcado para o período de 08 a 25.09.2015, para ser usufruído nos períodos de 30.06 a 08.07.2015 e de 08 a 16.09.2015.

N.º 1189 - Conceder ao servidor **ROGERIO DE LIMA BENTO**, Técnico Judiciário, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2014, nos períodos de 28.05 a 03.06.2015 e de 08 a 18.06.2015.

N.º 1190 - Prorrogar a licença para tratamento de saúde do servidor **FELIX MATEUS TESKE**, Técnico Judiciário, no dia 04.05.2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Secretário

PORTARIA N.º 1191, DO DIA 07 DE MAIO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 738, de 04 de maio de 2012,

Considerando o disposto no §2.º do art. 16 da Resolução n.º 074/2011,

Considerando o teor do EXP-5058/2015 (Sistema Agis),

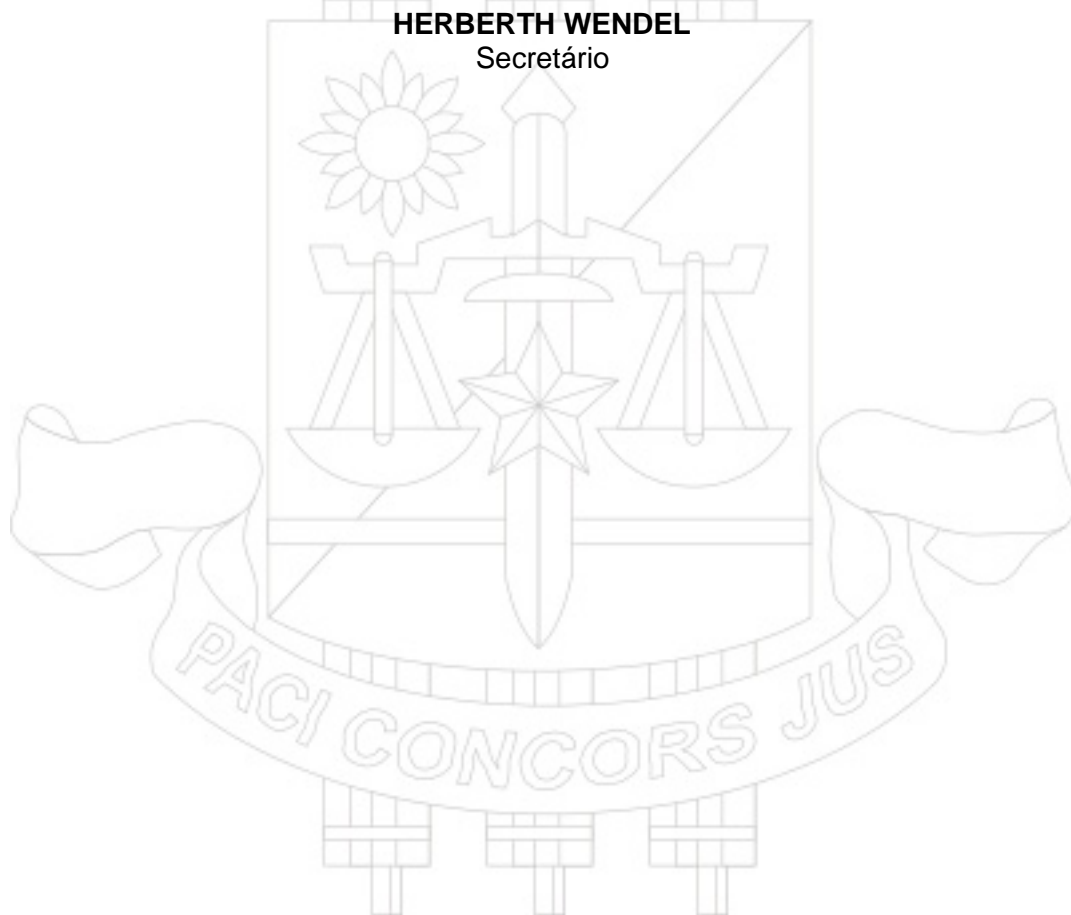
RESOLVE:

Art. 1.º Interromper, por necessidade do serviço, a contar de 11.05.2015, a 1.ª etapa das férias do servidor **EDUARDO ALMEIDA DE ANDRADE**, Técnico Judiciário, referentes ao exercício de 2014, devendo o saldo remanescente de 08 (oito) dias ser usufruído junto com o próximo período programado.

Art. 2.º Alterar a 2.ª etapa das férias do servidor **EDUARDO ALMEIDA DE ANDRADE**, Técnico Judiciário, referentes ao exercício de 2014, anteriormente programada para o período de 08 a 22.06.2015, para ser usufruída de 08 a 30.06.2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Secretário



SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Expediente de 07/05/2015.

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO:	015/2015	Ref. ao PA nº 387/2015
OBJETO:	Este CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço de conexão de dados de acesso dedicado full, com velocidade mínima de 2Mbps, para interligação das comarcas do interior e núcleos de atendimento da capital com o prédio sede do Poder Judiciário do Estado de Roraima, oriundo do Pregão Eletrônico nº 60/2014, lotes 1 a 9.	
CONTRATADA:	RIZOLMAR A. DE OLIVEIRA - EPP	
VALOR GLOBAL:	R\$ 891.899,64	
FUNDAMENTAÇÃO:	Nos preceitos das Leis n.º 8.666/93 e 10520/02	
PRAZO:	O contrato terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.	
DATA:	Boa Vista, 06 de maio de 2015.	

BRUNO FURMAN

SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO**Procedimento Administrativo nº 552/2015****Origem: Seção de Almoxarifado****Assunto: Aquisição de material impresso**

1. Procedimento que tem como objeto a formação de Sistema de Registro de Preços para aquisição de material impresso.
2. Acolho o parecer da Assessoria Jurídica e aprovo o **Termo de Referência nº 25/2015**, acostado às fls. 94-101, nos termos do inciso IX do art. 2º da Portaria nº 738/2012.
3. Devolva-se o feito à **Comissão Permanente de Licitação**, para ciência e continuidade nos trâmites licitatórios.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Bruno Furman

SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Expediente de 07/05/2015

Portaria SIL nº 024, de 07 de maio de 2015.**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO DA NOTA DE EMPENHO Nº 587/2015**

O **SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com a empresa SALOMÃO VEÍCULO LTDA., referente a manutenção de danos materiais ocorridos no veículo de terceiro estacionado nas dependências do Fórum Sobral Pinto - Procedimento Administrativo nº 2015/428 .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor, **Antonio Bonfim da Conceição**, matrícula nº 3011556, Analista Judiciário - Administração, para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar o servidor, **Juliano Bacarim**, matrícula nº 3011721, Assessor Especial, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Reubens Mariz

Secretário de Infraestrutura e Logística

Portaria SIL nº 023, de 07 de maio de 2015.**TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015**

O **SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 67 c/c 116, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como o ajuste realizado com as empresas M.L.P. COSTA - EPP., referente a material de consumo Grupo 01 - água mineral e a empresa ESTRELA COMÉRCIO e SERVIÇOS - LTDA-EPP , referente a material de consumo Grupo 02 - copo descartável - Procedimento Administrativo nº 2015/484 .

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, **ELAINE MAGALHAES ARAÚJO**, matrícula nº 3010162, Chefe da Seção de Almoxarifado, para exercer a função de **fiscal do Contrato** em epígrafe.

Art. 2º - Designar a servidora **ROSYRENE LEAL MARTINS** , matrícula nº 3020252, Seção de Almoxarifado, para exercer a função de **fiscal substituto**, nas ausências e impedimentos do titular designado no artigo anterior.

Publique-se e registre-se.

Boa Vista, 07 de maio de 2015.

Reubens Mariz

Secretário de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - GABINETE

Procedimento Administrativo n.º 462/2015

Origem: Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica**Assunto:** **Suprimento de Fundos - Elaine Assis Melo de Almeida****DECISÃO**

1. Considerando certidão de desistência à fl.9, com fundamento no art. 5º, IX, da Portaria Presidencial n.º 738/2012, autorizo o arquivamento do presente procedimento administrativo, considerando que seu objeto exauriu.
2. Publique-se e certifique-se.
3. Após, à Seção de Arquivo.

Boa Vista, 7 de maio de 2015.

FABIANA COELHOSecretária de Orçamento e Finanças
em exercício

Procedimento Administrativo n.º 751/2015

Origem: **Jefferson Von Randow Rattes Leitão – Comarca de Rorainópolis****Assunto:** **Indenização de diárias****DECISÃO**

1. Trata-se de procedimento administrativo originado pelo servidor **Jefferson Von Randow Rattes Leitão**, por meio do qual solicita o pagamento de diárias.
2. Acostada à fl. 5, tabela com o cálculo das diárias requeridas.
3. Informada a disponibilidade orçamentária à fl. 6.
4. Adoto como razão de decidir o parecer jurídico de fls. 7/7v, e em conformidade com o teor do art. 6º, da Portaria Presidencial nº 134/2014, **autorizo o pagamento da diária calculada à fl. 5**, conforme detalhamento:

Destino:	Boa Vista – RR.	
Motivo:	Lei Maria da Penha: Aspectos Controvertidos.	
Data:	25 a 28 de março de 2015.	
NOME	CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE DE DIÁRIAS
Jefferson Von Randow R. Leitão	Chefe Gab. Juiz	3,5 (três e meia)

5. Publique-se. Certifique-se.
6. Após, encaminhe-se o feito às Divisões de Orçamento, Contabilidade e Finanças, para emissão de nota de empenho, liquidação e pagamento, respectivamente.
7. Por fim, à Chefia de Gabinete.

Boa Vista, 7 de maio de 2015.

FABIANA COELHOSecretária de Orçamento e Finanças
em exercício

DIRETORIA DO FÓRUM

Expediente de 30 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 07/2015, de 30 de abril de 2015 – Diretoria do Fórum.

A MMª. Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Boa Vista/RR, Dra. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e etc.;

CONSIDERANDO os esforços durante as atividades desempenhadas no decorrer do período em que esteve atuando como Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto;

CONSIDERANDO que para a obtenção dos resultados é necessário o empenho e o comprometimento de todos, e que este desempenho alcança tanto ao usuário, quanto ao colaborador da justiça;

RESOLVE:

Art. 1º. **ELOGIAR** os servidores desta Diretoria abaixo relacionados pelo desempenho das atividades desenvolvidas, pela dedicação, zelo, qualidade e eficiência profissional desenvolvida.

- Diretoria do Fórum

Jorge Luís Jaworski – Chefe de Serviços Gerais do Fórum;

Elias Ribeiro dos Santos – Técnico Judiciário;

Ana Lilian Maia Costa – Motorista;

Gicelda Assunção Costa – Técnico Judiciário;

Jeromar Paiva dos Santos – Técnico Judiciário;

José Augusto Rodrigues Nicácio – Técnico Judiciário;

José Silva Ferreira – Auxiliar Administrativo;

Renata Gandra de Almeida - Assessor Especial II;

Ducide das Graças Bezerra Paiva - Requisitada;

Isaias – Estagiário de Nível Superior;

Jhone Queiroz Vieira – Estagiária de Nível Médio;

Eliane de Sousa Ribeiro – Estagiário de Nível Médio;

Luciene Alves Pimentel – Guarda-Mirim;

Allan Ridley de Souza Viana – Guarda-Mirim;

- Cartório Distribuidor

Glaysen Alves da Silva - Diretor de Secretaria;

Francisco Galvão Soares - Escrivão Judiciário;

Gilberto da Silva Carvalho - Assistente Judiciário;

Paulo Sérgio Firmino - Técnico Judiciário;

Odivan da Silva Pereira - Técnico Judiciário;

Alisson Reginatto Capello - Estagiário de Nível Superior;

Márcia Laila da Silva Costa - Estagiário de Nível Superior;

Fabiana Ricils - Estagiário de Nível Superior;

Tasso Gaer da Silva - Guarda-Mirim.

Contadoria

João de Deus Roland Ferreira - Coordenador

Erasmio José Silvestre da Silva - Técnico Judiciário

Celia Veras Braga - Requisitada

Felipe Jimenes dos Anjos - Estagiário nível superior

Alquindar de Souza Pires Pereira Filho - Estagiário nível médio

Israel Ribeiro Bento - Estagiário nível Médio

Art. 2.º Encaminhe-se à Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, para anotação nos respectivos assentamentos funcionais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Diretora do Fórum Adv. Sobral Pinto

PORTARIA Nº 08/2015, de 30 de abril de 2015 – Diretoria do Fórum.

A MMª. Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Boa Vista/RR, Dra. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e etc.;

CONSIDERANDO os esforços durante as atividades desempenhadas no decorrer do período em que esteve atuando como Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto;

CONSIDERANDO que para a obtenção dos resultados é necessário o empenho e o comprometimento de todos, e que este desempenho alcança tanto ao usuário, quanto ao colaborador da justiça;

RESOLVE:

Art. 1º. **ELOGIAR** os servidores desta Diretoria abaixo relacionados pelo desempenho das atividades desenvolvidas, pela dedicação, zelo, qualidade e eficiência profissional desenvolvida..

Ingrid Katiuscia De Souza Pereira - Técnica Judiciária
Jhemenson Santos Ferreira - Técnico Judiciário
Joelson De Assis Salles - Coordenador/Oficial De Justiça
Paloma Lima De Souza Cruz - Técnica Judiciária
Paulo Omar Pereira Diniz - Guarda Mirim
Reginaldo Antonio Csiszer - Técnico Judiciário
Thiago Felipe Rodrigues Leão - Estagiário

- Oficiais de Justiça

Ailton Araújo Da Silva
Ademir De Azevedo Braga
Alessandra Maria Rosa Da Silva
Aline Corrêa Machado De Azevedo
Bruno Holanda De Melo
Carlitos Kurdt Fuchs
Carlos Dos Santos Chaves
Cláudio De Oliveira Ferreira
Cleierissom Tavares E Silva
Dennyson Dahyan Pastana Da Penha
Edisa Kelly Vieira De Mendonça
Eduardo Queiroz Valle
Eva Rodrigues De Souza
Fernando O'grady Cabral Júnior
Francisco Alencar Moreira
Francisco Luiz De Sampaio
Givanildo Moura
Glaud Stone Silva Pereira
Hellen Kellen Matos Lima
Jeane Andréia De Souza Ferreira
Jeckson Luiz Triches
Jeferson Antonio Da Silva
José Félix De Lima Júnior
Jucilene De Lima Ponciano
Leonardo Penna Firme Tortarolo
Luís Cláudio De Jesus Silva
Marcelo Barbosa Dos Santos
Maycon Robert Moraes Tomé
Mauro Alisson Da Silva
Netanias Silvestre De Amorim

Paulo Renato Silva De Azevedo
Reginaldo Gomes De Azevedo
Rocielbert Arnetto Rodrigues Silva
Ronaldo Nogueira Marques
Sandra Cristiane Araújo Souza
Silvan Lira De Castro
Victor Mateus De Oliveira Tobias
Welder Tiago Santos Feitosa
Wenderson Costa De Souza

Art. 2.º Encaminhe-se à Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, para anotação nos respectivos assentamentos funcionais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Diretora do Fórum Adv. Sobral Pinto

PORTARIA Nº 09/2015, de 30 de abril de 2015 – Diretoria do Fórum.

A MMª. Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Boa Vista/RR, Dra. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e etc.;

CONSIDERANDO os esforços durante as atividades desempenhadas no decorrer do período em que esteve atuando como Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto;

CONSIDERANDO o apoio prestado pela Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;

RESOLVE:

Art. 1º. **ELOGIAR** o **Sgt. Fábio Aparecido Costa**, que exerce suas funções na Assessoria Militar deste Egrégio Tribunal, pelo desempenho das atividades, dedicação, zelo, qualidade e eficiência profissional desenvolvida no apoio irrestrito ao monitoramento do Poder Judiciário, em especial, o do Fórum Adv. Sobral Pinto, bem como pelo apoio na organização do Depósito Judicial.

Art. 2.º Encaminhe-se à Assessoria Militar para anotação nos respectivos assentamentos funcionais pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Diretora do Fórum Adv. Sobral Pinto

PORTARIA Nº 10/2015, de 30 de abril de 2015 – Diretoria do Fórum.

A MMª. Juíza de Direito Diretora do Fórum da Comarca de Boa Vista/RR, Dra. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e etc.;

CONSIDERANDO os esforços durante as atividades desempenhadas no decorrer do período em que esteve atuando como Diretora do Fórum Advogado Sobral Pinto;

CONSIDERANDO o apoio prestado pela Assessoria Militar do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima;

RESOLVE:

Art. 1º. **ELOGIAR** o efetivo da Assessoria Militar que concorrem à escala diariamente no Fórum Adv. Sobral Pinto, abaixo relacionados, pelo desempenho das atividades, dedicação, zelo, qualidade e eficiência profissional desenvolvida na segurança deste local.

1º TEN PM VÂNIO DE SOUZA AMORIN
1º TEN PM ANTÔNIO DEINE RODRIGUES DE SOUZA
2º TEN PM RAIMUNDO EDGAR DA ROCHA GUIMARÃES
ST PM CARLOS MAGNO RODRIGUES DE OLIVEIRA
ST PM JOSÉ JURACI RODRIGUES FRERREIRA
1º SGT PM ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA
1º SGT PM EDNELMA RIBEIRO VERAS
1º SGT PM ITELVINO DA SILVA CESÁRIO
1º SGT PM ELISSANDRO GOMES SILVA
2º SGT PM FÁBIO APARECIDO COSTA
2º SGT PM OZIMAR DA SILVA CRUZ
2º SGT PM IRANDÊ MARINHO SARAIVA
2º SGT PM FRANCIEL DE OLIVEIRA LEITE
3º SGT PM FLÁVIA DAYANA SOUZA COELHO
3º SGT PM HÉLIO NASCIMENTO DE ALCÂNTARA
3º SGT PM TANA HALÚ BARROS DA SILVA
3º SGT PM JEAN CARLOS SILVA BASÍLIO
3º Sgt PM JOÃO BATISTA LEITE MUNIZ
3º SGT PM TELMO DE VASCONCELOS TUPINAMBÁ
3º Sgt PM ROBELFRANQUE RIBEIRO DA MOTA
3º SGT PM EURÍDES MAGALHÃES BARRETO
CB PM EMÍLDES PEREIRA DOS SANTOS
CB PM RAFAEL CARVALHO DA SILVA
CB PM GEREMIAS ANJOS AZEVEDO
CB PM ALEX SALES MORENO
SD PM ANASSAILDES DA ROCHA VIANA
SD PM MÁRCIO JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA
SD PM ROGÉRIO DOS SANTOS SIMÕES
SD PM LUÍGIO ALMEIDA PINHEIRO
SD PM SÁIRA ACQUATI CRUZ
SD PM CLÁUDIO NASCIMENTO RODRIGUES
SD PM ERLANA NOGUEIRA BEZERRA

Art. 2.º Encaminhe-se à Assessoria Militar para anotação nos respectivos assentamentos funcionais pelo Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Diretora do Fórum Adv. Sobral Pinto

Comarca de Boa Vista**Índice por Advogado**

004236-AM-N: 084
010422-CE-N: 084
010423-CE-N: 084
006267-MA-N: 082
006921-MA-N: 082
005476-MT-N: 106
018179-MT-N: 106
018420-MT-N: 106
005967-RO-N: 244
006017-RO-N: 244
000005-RR-B: 083
000065-RR-A: 084
000077-RR-E: 084
000098-RR-E: 192
000112-RR-B: 191
000114-RR-A: 085
000114-RR-B: 192
000118-RR-N: 119, 185
000128-RR-B: 182
000141-RR-E: 203
000153-RR-B: 245
000155-RR-B: 094, 165, 206
000164-RR-N: 192
000169-RR-B: 106
000171-RR-B: 112
000172-RR-N: 058, 059, 060, 061, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 246
000184-RR-A: 042, 045
000191-RR-E: 085
000196-RR-B: 233
000210-RR-N: 096
000225-RR-N: 083
000226-RR-N: 086, 098
000235-RR-N: 086
000246-RR-B: 156, 158, 159, 176
000247-RR-B: 086
000247-RR-N: 098
000254-RR-A: 107
000262-RR-N: 086
000263-RR-N: 086
000264-RR-N: 084
000265-RR-B: 204
000269-RR-N: 084
000271-RR-E: 089
000285-RR-A: 094
000288-RR-A: 142
000290-RR-E: 085
000297-RR-A: 006
000299-RR-N: 111, 180, 193, 247
000300-RR-N: 094
000320-RR-N: 236
000321-RR-A: 085
000329-RR-E: 112
000330-RR-B: 054
000338-RR-B: 148, 169
000348-RR-E: 085
000350-RR-B: 172
000355-RR-A: 110
000362-RR-A: 160
000377-RR-N: 188
000379-RR-E: 201
000385-RR-N: 188, 192, 195
000388-RR-N: 194
000392-RR-N: 190
000393-RR-N: 190
000394-RR-N: 086
000397-RR-A: 112
000400-RR-E: 096
000409-RR-N: 097
000411-RR-A: 112
000412-RR-N: 082
000416-RR-E: 085
000421-RR-N: 134
000481-RR-N: 086, 098, 103, 188
000483-RR-N: 115
000493-RR-N: 089
000503-RR-N: 186
000505-RR-N: 187
000514-RR-N: 202
000542-RR-N: 148, 175
000550-RR-N: 099
000551-RR-N: 187, 189
000564-RR-N: 116
000570-RR-N: 192
000602-RR-N: 082
000612-RR-N: 082
000624-RR-N: 097
000633-RR-N: 085
000637-RR-N: 153
000642-RR-N: 194
000686-RR-N: 169, 203
000687-RR-N: 039, 112
000710-RR-N: 175
000716-RR-N: 113, 155, 201
000727-RR-N: 111, 161
000739-RR-N: 154, 203
000766-RR-N: 106
000768-RR-N: 203
000777-RR-N: 194
000782-RR-N: 167
000804-RR-N: 141
000821-RR-N: 192
000824-RR-N: 112
000847-RR-N: 208
000862-RR-N: 206

000874-RR-N: 112
000875-RR-N: 148
000878-RR-N: 112
000911-RR-N: 236
000924-RR-N: 192
000937-RR-N: 085
000939-RR-N: 115
000967-RR-N: 154
000984-RR-N: 184
000986-RR-N: 203
001012-RR-N: 138
001048-RR-N: 201
001056-RR-N: 212
001071-RR-N: 208
001144-RR-N: 142
001193-RR-N: 236
001204-RR-N: 194
001231-RR-N: 024
073304-SP-N: 186
197527-SP-N: 084
311043-SP-N: 106

Cartório Distribuidor

1ª Vara do Júri

Juiz(a): Lana Leitão Martins

Carta Precatória

001 - 0007326-43.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007326-9
Réu: Raimundo Nonato Moreira de Moraes
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

002 - 0007093-46.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007093-5
Réu: Leandro Rodrigues de Brito
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Vara Crimes Trafico

Juiz(a): Luiz Alberto de Moraes Junior

Carta Precatória

003 - 0007348-04.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007348-3
Réu: Deuzanira da Conceição Rodrigues e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Incidente de Falsidade

004 - 0007310-89.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007310-3
Réu: Gabriela Motee Batista
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

005 - 0007095-16.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007095-0
Réu: Marcos Henrique Green da Silva
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Rest. de Coisa Apreendida

006 - 0007344-64.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007344-2
Autor: Jessica Lima de Araujo
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Advogado(a): Alysson Batalha Franco

Juiz(a): Parima Dias Veras

Inquérito Policial

007 - 0007299-60.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007299-8
Indiciado: A.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

1ª Criminal Residual

Juiz(a): Jésus Rodrigues do Nascimento

Carta Precatória

008 - 0007327-28.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007327-7
Réu: Carlos Augusto Barbosa do Nascimento
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

009 - 0007313-44.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007313-7
Indiciado: T.J.C.L.S.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

010 - 0007059-71.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007059-6
Réu: Elton Cesar Moraes Rodrigues
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

011 - 0007064-93.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007064-6
Réu: Cristina Cruz Silva
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

012 - 0007065-78.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007065-3
Réu: Criança/adolescente
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

013 - 0007070-03.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007070-3
Réu: Wanderson Marques Oliveira
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

014 - 0007082-17.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007082-8
Réu: Nilton Pereira da Silva.
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

015 - 0007083-02.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007083-6
Réu: Givanildo Soares Freires
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

016 - 0007091-76.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007091-9
Réu: Gabriel Costa Moraes
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Termo Circunstanciado

017 - 0007294-38.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007294-9
Indiciado: L.N.S.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

018 - 0007295-23.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007295-6

Indiciado: A.S.T.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

2ª Criminal Residual

Juiz(a): Leonardo Pache de Faria Cupello

Inquérito Policial

019 - 0007071-85.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007071-1
Indiciado: E.P.G.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

020 - 0007072-70.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007072-9
Indiciado: R.G.S.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

021 - 0007312-59.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007312-9
Indiciado: W.C.B.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

022 - 0007322-06.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007322-8
Indiciado: F.A.C.N.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

023 - 0007323-88.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007323-6
Indiciado: C.R.S.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

024 - 0007075-25.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007075-2
Réu: Olailson Tavares de Nazaré
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Advogado(a): Thamara Saldanha Jorge

025 - 0007356-78.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007356-6
Réu: Francivalto Fernandes Oliveira
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

026 - 0007060-56.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007060-4
Réu: Francisco Maciel Costa Cardoso
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

027 - 0007345-49.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007345-9
Réu: Francivaldo Cardoso do Nascimento
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

3ª Criminal Residual

Juiz(a): Marcelo Mazur

Inquérito Policial

028 - 0007073-55.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007073-7
Indiciado: N.F.O.F.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

029 - 0007307-37.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007307-9
Indiciado: E.N.A.O.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

030 - 0007308-22.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007308-7
Indiciado: M.R.S. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

031 - 0007309-07.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007309-5
Indiciado: C.B.V.S.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

032 - 0007324-73.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007324-4
Indiciado: F.L.Q.
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

033 - 0007315-14.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007315-2
Réu: Edvan Silva Santos
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

034 - 0007316-96.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007316-0
Réu: João Taffarel dos Reis Brandão
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

035 - 0007066-63.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007066-1
Réu: Teofilo Leal de Souza
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

036 - 0007069-18.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007069-5
Réu: Ana Paula Alves Nascimento
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

037 - 0007089-09.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007089-3
Réu: Lo Ami Pereira Gaia
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

038 - 0007090-91.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007090-1
Réu: Criança/adolescente
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara do Júri

Liberdade Provisória

039 - 0007074-40.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007074-5
Réu: Marcos Welian Silva de Souza
Distribuição por Dependência em: 06/05/2015.
Advogado(a): Thaís Ferreira de Andrade Pereira

Juiz(a): Breno Jorge Portela S. Coutinho

Prisão em Flagrante

040 - 0007088-24.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007088-5
Réu: David de Souza Araujo e outros.
Nova Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

1º jesp.vdf C/mulher

Juiz(a): Maria Aparecida Cury

Carta Precatória

041 - 0009158-14.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.009158-4
Réu: Manoel Cosmo Soares Braga
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

042 - 0007052-79.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007052-1
Réu: Jocélio Araújo da Silva
Transferência Realizada em: 06/05/2015.
Advogado(a): Domingos Sávio Moura Rebelo

043 - 0009150-37.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.009150-1
Réu: Lindolfo de Holanda Bessa
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

044 - 0009151-22.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.009151-9
Réu: Romulo Said Carvalho Rodrigues
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

045 - 0009149-52.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.009149-3
Réu: Jocélio Araújo da Silva
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Advogado(a): Domingos Sávio Moura Rebelo

Vara de Plantão

Juiz(a): Marcelo Mazur

Prisão em Flagrante

046 - 0007357-63.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007357-4
Réu: Valter Fonseca Teixeira
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

047 - 0007358-48.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007358-2
Réu: Alexandre Alves de França
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

1ª Vara da Infância

Juiz(a): Delcio Dias Feu

Apreensão em Flagrante

048 - 0007062-26.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007062-0
Infrator: Criança/adolescente
Transferência Realizada em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

049 - 0007063-11.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007063-8
Infrator: Criança/adolescente
Transferência Realizada em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Parima Dias Veras

050 - 0007061-41.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.007061-2
Infrator: Criança/adolescente
Transferência Realizada em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Apur Infr. Norm. Admin.

051 - 0005259-08.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005259-4
Réu: A.P.R. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Autorização Judicial

052 - 0005264-30.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005264-4
Autor: S.N.M.
Criança/adolescente: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

053 - 0005265-15.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005265-1

Autor: R.Y.
Criança/adolescente: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Exec. Medida Socio-educa

054 - 0005268-67.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005268-5
Executado: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Advogado(a): Jaime Guzzo Junior

055 - 0005272-07.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005272-7
Executado: M.S.S.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

056 - 0005273-89.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005273-5
Executado: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Tutela

057 - 0005267-82.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005267-7
Autor: G.P.S.
Criança/adolescente: Criança/adolescente
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Vara Itinerante

Juiz(a): Erick Cavalcanti Linhares Lima

Alimentos - Lei 5478/68

058 - 0005663-59.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005663-7
Autor: L.F.S.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 654,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

059 - 0005666-14.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005666-0
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

060 - 0005667-96.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005667-8
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 7.512,60.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

061 - 0005670-51.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005670-2
Autor: A.X.S.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Valor da Causa: R\$ 9.456,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

062 - 0005671-36.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005671-0
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

063 - 0005821-17.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005821-1
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

064 - 0005822-02.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005822-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

065 - 0005823-84.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005823-7
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.647,68.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

066 - 0005824-69.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005824-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.200,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

067 - 0005825-54.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005825-2
Autor: E.A.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

068 - 0005828-09.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005828-6
Autor: M.P.C. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 3.600,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

069 - 0005831-61.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005831-0
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

070 - 0005832-46.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005832-8
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.160,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

071 - 0005836-83.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.005836-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.200,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

072 - 0006256-88.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006256-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 6.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

073 - 0006302-77.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006302-1
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 1.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

074 - 0006303-62.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006303-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 3.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

075 - 0006308-84.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006308-8
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

076 - 0006309-69.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006309-6
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 3.000,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

077 - 0006315-76.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006315-3
Autor: K.T.C.S. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 462,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

078 - 0006335-67.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006335-1
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Valor da Causa: R\$ 2.400,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

079 - 0006336-52.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006336-9
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 3.600,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

080 - 0006337-37.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006337-7
Autor: M.B.N. e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 4.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

081 - 0006338-22.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006338-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Distribuição por Sorteio em: 30/04/2015.
Valor da Causa: R\$ 4.800,00.
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Publicação de Matérias

1ª Vara de Família

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Fernando Castanheira Mallet

PROMOTOR(A):

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(A):

Liduína Ricarte Beserra Amâncio

Cumprimento de Sentença

082 - 0140096-15.2006.8.23.0010
Nº antigo: 0010.06.140096-5
Autor: Criança/adolescente e outros.
Réu: A.Q.G.

ATO ORDINATÓRIO PORT008/2010A PARTE AUTORA OU A CAUSÍDICA CAMPARECER NESTE CARTÓRIO PARA RECEBER O ALVARÁ JUDICIAL BOA VISTA-RR, 06/05/2015 LIDUÍNA RICARTE BESERRA AMÂNCIODIRETORA DE SECRETARIAMAT. 3010493 ** AVERBADO **

Advogados: Sâmara Costa Braúna, Armando Serejo, Irene Dias Negreiro, Neide Inácio Cavalcante, Stephanie Carvalho Leão

1ª Vara Civ Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Euclides Calil Filho

PROMOTOR(A):

Luiz Carlos Leitão Lima

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

André Ferreira de Lima

Cumprimento de Sentença

083 - 0191055-19.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.191055-5

Autor: Samuel Moraes da Silva

Réu: Fernando Amorim de Mattos e outros.

Intimação do advogado, inscrito na OAB sob número 000225RR, Dr(a). Samuel Moraes da Silva para devolução dos autos ao Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/RR.

Advogados: Alci da Rocha, Samuel Moraes da Silva

3ª Vara Civ Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Mozarildo Monteiro Cavalcanti
PROMOTOR(A):
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Shyrley Ferraz Meira
Tyanne Messias de Aquino

Cumprimento de Sentença

084 - 0006567-70.2001.8.23.0010

Nº antigo: 0010.01.006567-9

Autor: Banco Itaú S/a

Réu: Maria Edite Araujo Teles de Almeida e outros.

Ato Ordinatório: Intimação da parte EXEQUENTE, para receber em cartório certidão de crédito, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 002/2010/GAB/3ª V. Cível) ** AVERBADO **

Advogados: Fabiola Vasconcelos Mitoso, Hiran Leão Duarte, Eliete Santana Matos, Nelson Mendes Barbosa, Vinícius Aurélio Oliveira de Araújo, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Vilma Oliveira dos Santos

4ª Vara Civ Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Jarbas Lacerda de Miranda
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã):
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Guerra Azevedo

Procedimento Ordinário

085 - 0213878-50.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213878-2

Autor: Companhia Energética de Roraima S/a

Réu: C S Guarenti

Ato Ordinatório: Intimo o nobre advogado para receber em carga, no prazo de 48 horas, os autos desarmados.

Advogados: Francisco das Chagas Batista, Rafael Teodoro Severo Rodrigues, Jorge K. Rocha, Karen Macedo de Castro, Abdon Paulo de Lucena Neto, Fernando Roberto Magalhaes de Albuquerque, Claudio Souza da Silva Júnior, Clayton Silva Albuquerque

086 - 0156175-35.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.156175-6

Autor: M Alves dos Santos Tuman Engenharia

Réu: Diocese de Roraima

Ato Ordinatório: Intimo o Patrono dorequerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir integralmente despacho das fls. 677.

Advogados: Alexander Ladislau Menezes, Ana Marceli Martins Nogueira de Souza, Alexander Sena de Oliveira, Helaine Maise de Moraes França, Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva, Paulo Luis de Moura Holanda

1ª Vara do Juri

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Madson Welligton Batista Carvalho
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(Ã):
Djacir Raimundo de Sousa

Carta Precatória

087 - 0004060-48.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004060-7

Réu: Geovane Laranjeira de Souza

Conflito de competência suscitado. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal Competên. Juri

088 - 0006362-55.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.006362-2

Réu: Sebastiao Carvalho dos Santos

Sessão de júri ADIADA para o dia 10/09/2015 às 08:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

1ª Vara do Juri

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Lana Leitão Martins
PROMOTOR(A):
Madson Welligton Batista Carvalho
Marco Antônio Bordin de Azeredo
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(Ã):
Djacir Raimundo de Sousa

Ação Penal Competên. Juri

089 - 0197894-60.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.197894-1

Réu: Ronaldo Graciano da Silva e outros.

Recebo os Recursos dos Réus.

Remetam-se os autos ao egrégio TJ/RR.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Camila Xavier Cavalcante, Dolane Patrícia Santos Silva Santana

090 - 0213817-92.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213817-0

Réu: Luzinaldo da Conceição

Expeça-se guia de execução da pena.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

091 - 0009063-52.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.009063-1

Réu: Jederson Mtias da Silva

Arquivem-se os autos, com as baixas de estilo.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

092 - 0017339-38.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.017339-3

Réu: Anderson Gomes da Silva

Intime-se o Réu por edital.

A mãe do Réu era esposa da vítima, assim cumprida a exigência de intimação dos familiares da vítima.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

093 - 0007093-46.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007093-5

Réu: Leandro Rodrigues de Brito

Ao MP.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal Competên. Juri

094 - 0032421-32.2002.8.23.0010

Nº antigo: 0010.02.032421-5

Réu: Charles Nascimento Brashe e outros.

Oficie-se requerendo informações da CP.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Ednaldo Gomes Vidal, Marcus Paixão Costa de Oliveira, Maria do Rosário Alves Coelho

095 - 0092560-76.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.092560-3

Réu: Gesse Diomar Mendes Barros

Diga a Defsa, no prazo de 72h, acerca da certidão de fls. 638.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

096 - 0118898-53.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.118898-4

Réu: Jean Alessandro Silva de Andrade

"..."

É o que tinha a ser relatado.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento pelo Tribunal do Júri.

DEFIRO OS PEDIDOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE FLS. 925.

Boa Vista-RR, 28 de abril de 2015.

LANA LEITÃO MARTINS

Titular da 1ª Vara Criminal do Tribunal do Júri e da Justiça Militar

Advogados: Mauro Silva de Castro, Elisa Jacobina de Castro Catarina

Ação Penal

097 - 0008485-89.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008485-7

Réu: Geraldo Rocklanny Pereira Lima

Registre-se no SISCOM os advogados de fls. 233.

Publique-se: "À Defesa, para a fase do art. 422 CPP".

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Advogados: Tarciano Ferreira de Souza, Kleber Paulino de Souza

1ª Vara Militar

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins

PROMOTOR(A):

Carlos Paixão de Oliveira

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(Ã):

Djacir Raimundo de Sousa

Inquérito Policial

098 - 0000229-26.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.000229-5

Réu: Benedito Gomes da Silva

Audiência REDESIGNADA para o dia 07/05/2015 às 09:00 horas.

Advogados: Alexander Ladislau Menezes, José Ale Junior, Paulo Luis de Moura Holanda

Ação Penal

099 - 0005659-90.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.005659-0

Réu: Klinger Pena da Silva

Audiência REDESIGNADA para o dia 07/05/2015 às 10:30 horas.

Advogado(a): Deusdedit Ferreira Araújo

1ª Vara Militar

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins

PROMOTOR(A):

Carlos Paixão de Oliveira

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(Ã):

Djacir Raimundo de Sousa

Ação Penal

100 - 0017405-52.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.017405-4

Réu: Marcelo Marques Padilha

Busque-se no INFOSEG o endereço do Réu.

Em: 07/05/15.

Lana Leitão Martins

Juíza de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

Vara Crimes Trafico

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Luiz Alberto de Moraes Junior

PROMOTOR(A):

André Paulo dos Santos Pereira

Carlos Alberto Melotto

José Rocha Neto

ESCRIVÃO(Ã):

Flávio Dias de Souza Cruz Júnior

Ação Penal

101 - 0023274-79.2002.8.23.0010

Nº antigo: 0010.02.023274-9

Réu: Francisco da Chagas da Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 11/09/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

102 - 0069782-49.2003.8.23.0010

Nº antigo: 0010.03.069782-4

Réu: João da Silva Garcia e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

103 - 0137101-29.2006.8.23.0010

Nº antigo: 0010.06.137101-8

Réu: Samuel Sabino Paiva

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Paulo Luis de Moura Holanda

Med. Protetiva-est.idoso

104 - 0099286-32.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.099286-5

Réu: Jander Ednei Gomes do Nascimento

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

105 - 0100541-25.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.100541-0

Indiciado: M.W.D.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 31/08/2015 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

106 - 0168551-53.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.168551-4

Réu: Mauricio de Oliveira Bento e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Celson Reis de Oliveira, Thiago Stuchi Reis de Oliveirs, Willian Douglas Salles Alves dos Santos, José Rogério de Sales, Carlos Augusto Melo Oliveira Junior, Thiago Stuchi Reis de Oliveirs

107 - 0018051-67.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.018051-1

Réu: R.S.A.

Homologo a desistência de oitiva das testemunhas faltantes, apresentada pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública - lis. 132 e 133 v. Designe-se data para interrogatório. Observe-se o endereço do réu, indicado à 11. 132. Intimações necessárias. Boa Vista/RR. 05 de maio de 2015.

Advogado(a): Elias Bezerra da Silva

Petição

108 - 0017998-18.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.017998-0

Autor: Escrivã de Polícia Civil - Coordenação Central de Flagrantes

DESPACHO; Despacho de mero expediente. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

109 - 0011421-58.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.011421-1

Infrator: G.S.F.

Vistos etc.

Trata-se de ação penal/procedimento apuratório, instaurado para apuração de possível prática de tráfico de drogas - Art. 33, da Lei nº 11.343/06, indigitado coator Gabriel dos Santos Freitas.

Vieram os autos, redistribuídos, da Vara da Infância e da Juventude de Boa Vista/RR, em razão de que, "ao tempo da prática do ato já era maior

de idade o suposto infrator" (11. 21).

Atendendo a pedido do Ministério Público (lis. 23/24. 41), oficiou-se à Justiça Federal, solicitando informações acerca do inquérito policial (fl. 06 e seguintes), com resposta de que o IPL n° 370/2011 SR/DPF/RR, fora arquivado por decisão da la Vara Federal/RR (Processo n° 008089-28.2011.4.01.4200 (fls. 72/73).

Assim, o Ministério Público o arquivamento destes autos, em razão da existência de Inquérito, já arquivado, para apuração dos mesmos fatos a que se referem estes autos.

Assim relatados os fatos, decido.

Acolho integralmente a manifestação Ministerial de fl. 46. no sentido de que sejam arquivados estes autos.

De fato, c inobstante ter sido este procedimento registrado inicialmente como procedimento apuratório ato Infracional, e posteriormente como Ação Penal, esta apuração teve início em boletim de ocorrência circunstanciada (333/2011/DDIJ), originado do IPL n° 370/2011 SR/DPF/RR (11. 04), o qual fora posteriormente remetido à Justiça Federal, e arquivado, conforme relatado.

Destarte, determino o arquivamento destes autos, na forma requerida pelo ilustre Representante do Ministério Público à Il. 46.

P.R.I.

Após. arquivem-se.

Boa Vista/RR, 05 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

110 - 0013989-47.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.013989-5

Réu: Francisco das Chagas Rodrigues de Sa

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Tyrone José Pereira

111 - 0000298-92.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.000298-2

Réu: Lauro Patrício Augusto de Lima e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Marco Antônio da Silva Pinheiro, Wenston Paulino Berto Raposo

112 - 0002248-39.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002248-5

Réu: Heberth Jesse Cunha Rodrigues

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: Denise Abreu Cavalcanti, Zora Fernandes dos Passos, Renata Oliveira de Carvalho, Vivian Santos Witt, Thaís Ferreira de Andrade Pereira, Lilian Claudia Patriota Prado, Norami Rotava Faitão, Thiago Soares Teixeira

113 - 0002408-64.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002408-5

Réu: Danilson Santiago Naranjo e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Jose Vanderi Maia

114 - 0002670-14.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002670-0

Réu: Pedro Henrique de Souza Oliveira e outros.

I - Os acusados SAMUEL BORGES DA SILVA e PEDROHENRIQUE DE SOUZA OLIVEIRA apresentaram respostas à acusação (fls. 85e 87), alegando que os fatos não se deram como narra o Parquet, e que não são verdadeiras as imputações constantes da denúncia.

II - Da análise das argumentações contidas nas mencionadas peças de defesa, vê-se que não há nenhuma das justificativas

para absolvição sumária, previstas nos art. 397 do CPP.

III -Assim, designe-se audiência de instrução e julgamento.

IV- Intimem-se.

V - Expedientes de estilo.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

115 - 0002698-79.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002698-1

Réu: Criança/adolescente

Audiência designada para o dia 09/06/2015 às 09:00.

Advogados: Josinaldo Barboza Bezerra, Claudio Barbosa Bezerra

116 - 0014016-59.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014016-2

Réu: Dione Rodrigues Souza

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 21/08/2015 às 10:00 horas.

Advogado(a): Francisco Salismar Oliveira de Souza

117 - 0002444-72.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002444-8

Réu: Francisco da Silva Rabelo

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

118 - 0002730-50.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002730-0

Réu: Darlensiza de Souza Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 06/10/2015 às 09:30 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

119 - 0005995-60.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005995-6

Réu: Elenilson Alves da Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 21/08/2015 às 09:30 horas.

Advogado(a): José Fábio Martins da Silva

120 - 0020037-17.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.020037-8

Réu: Gumercindo Junio Costa dos Santos

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

121 - 0000006-39.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000006-4

Réu: Valdênio da Silva Henriques

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

122 - 0003928-88.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003928-6

Réu: Evandro Dias Figueredo e outros.

Decisão: Recebido a Denúncia.

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

123 - 0003361-57.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003361-0

Réu: José Valmir da Costa Albuquerque

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

124 - 0003515-75.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003515-1

Réu: Jardel Silva Cardoso

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

125 - 0006979-10.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006979-6

Réu: Franciana de Oliveira e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

126 - 0007099-53.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007099-2

Réu: Luiz Felipe da Luz de Queiroz

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

127 - 0007194-83.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007194-1

Réu: Sizenando Andrade de Lima Neto

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

128 - 0007217-29.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007217-0

Réu: Jamille Costa Carvalho

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

129 - 0007219-96.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007219-6

Réu: Natália Serrão de Souza

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

130 - 0007264-03.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007264-2

Réu: Deuzanira da Conceição Rodrigues e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

Habeas Corpus

131 - 0007058-86.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007058-8

Autor. Coatora: Joe Uelmy Dutra Carvalho

Autor. Coatora: Delegado de Policia Civil - Dre

R. hoje.

Trata-se de habeas corpus preventivo, sem pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade indigitada coatora - Delegado Titular da Delegacia

de Repressão a Entorpecentes - para que apresente as devidas informações, no prazo de cinco (05) dias.

Transcorrido o prazo supra, com ou sem informações, vista ao Ministério Público.

Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

132 - 0017394-23.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.017394-0

Indiciado: L.E.S.M.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 10/09/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

133 - 0005283-70.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005283-7

Indiciado: J.G.M.

Decisão: Recebido a Denúncia.

Nenhum advogado cadastrado.

134 - 0018894-90.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.018894-6

Indiciado: A.V.C.

DECISÃO

Trata-se de pedido da defesa, em fase de apresentação de alegações finais, alegando que a mídia (CD), não contém nenhuma gravação (fls. 159/160). Ouvido o Ministério Público, fora reafirmada a existência de vídeo gravado no mencionado disco digital, podendo ter ocorrido que a sua visualização pela defesa possa ter sido obstada em razão da utilização de programa de computador inadequado para o formato da gravação. Apresenta o Parquet cópia, sem alteração, mas convertida para o formato Windows Media Player (fls. 163/164).

Analisado ambas manifestações, verifico que a mídia mencionada está em ordem, contendo normalmente a gravação, existindo, agora, em dois formatos de gravação, possibilitando que a defesa a visualize na forma que melhor atender as suas capacidades técnicas, não sendo o caso de solicitação de auxílio à Secretaria de Tecnologia da Informação do TJRR. Desta forma, indefiro o pedido de lis. 159/160, e determino nova vista à Defesa Técnica, para apresentação de memoriais finais, no prazo final.

Intime-se, via DJe.

Boa Vista/RR, 05 de maio de 2015.

Advogado(a): Ataliba de Albuquerque Moreira

135 - 0003536-51.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003536-7

Indiciado: E.N.J.G. e outros.

Decisão: Recebido a Denúncia.

Nenhum advogado cadastrado.

136 - 0003938-35.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003938-5

Indiciado: J.G.M. e outros.

Trata-se de Denúncia formulada em desfavor de JAMES GOMES DE MIRANDA e ANDRÉ DA SILVA BRANCHES, em razão de prática, em tese, do tipo penal descrito no art. 157. §2º. I e II (roubo circunstanciado pelo uso de arma de fogo e concurso de pessoas), por duas vezes, sendo, em relação ao segundo denunciado, na forma do art. 29, todos do Código Penal, e art. 244-B, da Lei nº 8.069/90 (corrupção de menores), na forma do art.70, segunda parte, (designios autônomos), do Código Penal.

Narra a denúncia que o primeiro denunciado, na companhia de uma menor infratora, com vontade de roubar, mediante violência e grave ameaça, exercida com emprego de arma, subtraíram uma motocicleta e um capacete, em via pública, além de, em comunhão de ações, os denunciados, e uma menor, com vontade de roubar, mediante violência e grave ameaça, exercida com emprego de arma, subtraíram, um aparelho celular, e, aproximadamente, uma quantia de R1.000,00 (mil reais), em assalto praticado em uma Farmácia, tendo ambos denunciados facilitado a corrupção da menor, com a qual praticaram infrações penais.

Constata-se que há prova, apriori, de materialidade do crime e indícios seguros de autoria em desfavor dos acusados. Ante o exposto, recebo a denúncia. Citem-se os denunciados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Caso não sejam encontrados, citem-se por edital (art. 396 e parágrafo único do CPP);

Não apresentadas respostas no prazo lixado, ou se os acusados, citados. não constituírem Defensor, nomeio-lhes desde já o Defensor Público que atua nesta Comarca, para oferecê-las, concedendo-lhe vista dos autos pelo mesmo prazo (art.396-A, §2º do CPP).

Expedientes necessários. Cumpra-se.

Fórum Advouaclo Sobral Pinto, Praça cio Centro Cívico - BOA VISTA - Roraima - CEP 69.301-380

Telefones/FAX's: (0x.\95) 3621-2763

Boa vista/RR, 05 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

137 - 0006761-79.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006761-8

Indiciado: P.C.R.

DECISÃO

Acolhendo parcialmente a manifestação Ministerial de 11 88. determino que sejam estes autos redistribuídos ao Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, por intermédio do Cartório Distribuidor.

Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 05 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

138 - 0004201-67.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004201-7

Réu: Thiago Rodrigues Garcia

Ante o exposto, em consonância à manifestação ministerial. DEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA em prol de THIAGO RODRIGUES GARCIA, para então APLICAR AS MEDIDAS CAUTELARES supramencionadas, até ulterior manifestação, por conveniência da instrução criminal, e para assegurar a aplicação da lei penal. No caso de descumprimento de qualquer uma cias medidas aplicadas, será decretada, de ofício, a prisão preventiva do réu.

Intime-se pessoalmente o requerente, bem como, expeça-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA. Liberte-se o réu, salvo se por outro motivo ou decisão estiver preso.

Junte-se cópia desta decisão aos autos principais.

Dê ciência desta decisão ao Ministério Público.

Intimações e expedientes de praxe. Após. archive-se.

Boa Vista/RR, 05 de maio de 2015.

Advogado(a): Leonardo Padilha Almeida

139 - 0006747-95.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006747-7

Réu: Oscar Santos Araujo

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

140 - 0006748-80.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006748-5

Réu: Selma da Silva Correa

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

141 - 0007237-20.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007237-8

Réu: Pablina Costa Rodrigues

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Bruno Liandro Praia Martins

Pedido Prisão Preventiva

142 - 0005074-67.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.005074-7

Autor: Ministério Público

Réu: Joelcio Zanardi da Costa e outros.

Trata-se de Denúncia formulada em desfavor de JOELCIO ZANARDI DA COSTA, MAURÍCIO DA SILVA DOS SANTOS e MAICON MATIEUS BARBOSA CHAVES, em razão de prática, em tese. do tipo penal descrito no art. 250, §1º, II. 'b'. art. 147. art. 163. parágrafo único, I e III. todos do Código Penal, e art. 244-B. do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Narra a denúncia que os denunciados, cm cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, em concurso de pessoas com adolescentes, ameaçaram agentes sócio orientadores, bem como deram causa a incêndio em edifício público (CSE). conforme explicitado na Denúncia (fls. 02/02-C).

Constata-se que há prova, apriori, de materialidade do crime e indícios seguros de autoria em desfavor dos acusados. Ante o exposto, recebo a denúncia. Citem-se os denunciados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 dias. Caso não sejam encontrados, citem-se por edital (art. 396 c parágrafo único do CPP);

Não apresentadas respostas no prazo lixado, ou se os acusados, citados. não constituírem Defensor, nomeio-lhes desde já o Defensor Público que atua nesta Comarca. para oferecê-las, concedendo-lhe vista dos autos pelo mesmo prazo (art.396-A, §2º do CPP).

Expedientes necessários. Cumpra-se.

Fórum Advogado Sobral Pinto, Praça do Centro Cívico - BOA VISTA - Roraima - CEP 69.301-380

Telefones/FAX's: (0xx95) 3621-2763

Boa vista/RR, 05 de maio de 2015.

Advogados: Warner Velasque Ribeiro, Fabiana da Silva Nunes

Petição

143 - 0015224-15.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.015224-3

Autor: Delegado de Polícia Civil

DESPACHO; Despacho de mero expediente. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

144 - 0004373-77.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.004373-9

Autor: Delegado de Polícia Civil

Vistos etc.

Trata-se de petição oriunda da Polícia Civil, para que seja autorizado o uso de veículo apreendido, "utilizado para distribuição, no varejo, de entorpecente" (fls. 02/05).

Após os trâmites normais, com deferimento e posterior revogação da autorização de uso (fls. 19/45), restava pendente, apenas, manifestação acerca da alienação do bem.

O Ministério Público manifestou-se no sentido de que somente tratará da alienação do bem em questão, e de outros bens em igual situação, no momento oportuno, pugnando pelo arquivamento destes autos (fl. 54). Assim, diante da manifestação do Parquet, determino o arquivamento destes autos, após a serventia deste Juízo certificar-se do cumprimento dos itens 1 e 2 da decisão de fl. 47.

Cientifique-se o Ministério Público e cumpra-se.

Boa Vista/RR. 06 de maio de 2015

Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

145 - 0003587-62.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003587-0

Réu: Antonia Ramos da Silva e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

Proced. Esp. Lei Antitox.

146 - 0014055-90.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.014055-2

Réu: Adriano Greco

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

147 - 0008058-92.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008058-2

Réu: João Pereira da Silva

Decisão: Recebido o recurso sem efeito suspensivo.

Nenhum advogado cadastrado.

148 - 0000635-47.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.000635-3

Réu: Agenor Lima dos Santos e outros.

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogados: David Souza Maia, Walla Adairalba Bisneto, Wendel Monteles Rodrigues

149 - 0004350-97.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.004350-5

Réu: Alcides Pereira de Aquino

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Nenhum advogado cadastrado.

150 - 0004488-64.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.004488-3

Réu: Claudio de Souza Coelho Filho

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 31/08/2015 às 09:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

151 - 0016109-58.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016109-1

Réu: Heldernorran Correa Matos

Decisão: Recebido a Denúncia.

Nenhum advogado cadastrado.

Representação Criminal

152 - 0002543-76.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.002543-9

Representado: Delegado de Polícia Civil - Dre

Vistos etc.

Trata-se de petição oriunda da Polícia Civil, para que fosse decretada prisão preventiva e realizada busca e apreensão, deferida apenas a realização de busca e apreensão (fls. 36).

Após a juntada de relatório circunstanciado das diligências alusivas à busca e apreensão (fls. 42/47), o Ministério Público manifestou-se no sentido de que sejam arquivados estes autos (il. 49).

Assim, diante da manifestação do Parquet, determino o arquivamento

destes autos.

Cientifique-se o Ministério Público.

Publique-se. Registre-se e cumpra-se.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Rest. de Coisa Apreendida

153 - 0020343-20.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.020343-2

Autor: Eugênio da Silva Costa

DESPACHO; Despacho de mero expediente.

Advogado(a): Ben-hur Souza da Silva

154 - 0006776-48.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006776-6

Autor: Camila Gomes Mendes de Souza

Vistos etc.

CAMILA GOMES MENDES DE SOUZA, por intermédio de Advogado regularmente constituída (fls. 02/05), requereu RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA, em relação a um veículo "que está em seu nome", "por ter infringido disposto nos art. 33, caput. 34 e 35, todos da Lei nº. 11.343/06".

Assevera a requerente, que o veículo pertence aos seus pais, que são pessoas de idade, com necessidade de deslocamentos diários para consultas e farmácias. Além do mais, diz a requerente, o veículo é financiado, faltando vinte e oito (28) parcelas a serem pagas.

Ouvido o Ministério Público Estadual, manifestou-se no sentido de ser indeferido o pedido de restituição de bem, tendo vista que "contrariamente ao que sustenta a requerente, o bem requerido interessa ao feito, denúncia fora oferecida, a ação está em sua fase inicial e há indícios suficientes de que o bem fora utilizado na prática criminosa -tráfico de drogas, e, por isso, deverá permanecer apreendido."

E o relatório, no essencial. Decido.

Assiste razão ao Ministério Público, em sua manifestação de fls. 22/23, com esteio no artigo 118, do Código de Processo Penal, in verbis: "Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo", para que seja indeferido o pleito inicial, vez que não se demonstrou que os bens não mais interessam ao processo penal.

E, ainda assim, consta destes autos que o veículo fora apreendido no momento da abordagem feita pela Polícia ao preso, em flagrante, Elias Nascimento Magalhães, por tráfico de drogas (fls. 32/50).

Destarte, tendo em vista a ausência de comprovação de propriedade dos bens, assim como pelo fato de que os objetos/equipamentos apreendidos ainda não foram periciados, estando o fato ainda em fase de apuração em inquérito policial, e aplicando o artigo já mencionado, adotando na íntegra, como razão para decidir, o parecer do Ministério Público, INDEFIRO o pedido tecido pelo ora requerente.

Intimem-se.

Decorrido o prazo de recurso, archive-se.

Sem custas.

P. R. C.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Advogados: Edson Gentil Ribeiro de Andrade, João Junho Lucena Amorim

Ação Penal

155 - 0020433-28.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.020433-1

Autor: o Ministerio Publico do Estado de Roraima

Réu: Almir Laurence de Souza Cruz Casarin

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 24/08/2015 às 10:30 horas.

Advogado(a): Jose Vanderi Maia

Vara Execução Penal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

PROMOTOR(A):

Anedilson Nunes Moreira

Carlos Paixão de Oliveira

ESCRIVÃO(A):

Glener dos Santos Oliva

Execução da Pena

156 - 0213285-21.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.213285-0

Sentenciado: Gleiston Silva Pereira

Vistos etc.

Trata-se de análise de pedido de progressão de regime, do fechado para o semiaberto, c/c saída temporária para o ano de 2015 interposto pelo Ministério Público do Estado de Roraima (MPE/RR) em favor do reeducando acima, fls. 202, atualmente em regime fechado, condenado à pena de 16 anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, I, III e IV, do Código Penal 0010 07 164991-6, fls. 03.

Calculadora de execução penal de fls. 198/201.

A Defesa requereu progressão e saída, fls. 206/206v.

Certidão carcerária, fls. 207/208.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando faz jus ao benefício de progressão de regime, do fechado para o semiaberto, e saída temporária para o ano de 2015, já que cumpriu o lapso temporal, ver fls. 198/201, possui um bom comportamento carcerário, fls. 207/208, e os benefícios se mostram compatíveis com os objetivos da pena.

Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável as saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO o benefício de PROGRESSÃO DE REGIME em favor do reeducando Gleiston Silva Pereira, do FECHADO para o SEMIABERTO, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal e art. 2º, § 2º, da Lei de Crimes Hediondos, e, por fim, DEFIRO a benesse de SAÍDA TEMPORÁRIA para o ano de 2015 em seu favor, para ser usufruída no período de 9 a 15.5.2015, 8 a 14.8.2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do art. 122 e segs., da Lei de Execução Penal.

O reeducando deverá, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) recolher-se à habitação até as 20h; e) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e f) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do reeducando deverá ser registrada na certidão carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal.

Elabore-se nova calculadora de execução penal e dê-se cópia ao reeducando.

Inutilizem-se os espaços em branco.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 16:20.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

157 - 0222539-18.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.222539-9

Sentenciado: Jonas Carlos Oliveira Silva

Vistos em inspeção.

Cuida-se de remição de pena do (a) reeducando (a) acima indicado.

Declaração do estudo, fl. 368.

A Certidão Cartorária de fl. 369, atesta que o(a) reeducando(a) faz jus à remição de 3 dias.

Certidão carcerária, fls. 372/373.

Com vista, o "Parquet" manifestou-se favorável ao pedido, fl. 373v.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o(a) reeducando(a) faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 126, da Lei de Execução Penal (LEP), pois conta com 40 horas de estudo.

Posto isso, DECLARO remidos 3 dias, da pena privativa de liberdade do (a) reeducando (a) JONAS CARLOS OLIVEIRA SILVA, nos termos do art. 126, § 1º, I, da Lei de Execução Penal.

Ciência ao(a) reeducando(a) e à unidade prisional.

Inclua-se a presente remição no Siscom Windows.

Elaborem-se novos cálculos, outrossim, ressalte-se que a elaboração do referido cálculo terá preferência sobre qualquer outro expediente.

Expeça-se atestado de pena.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

158 - 0000985-40.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.000985-8

Sentenciado: Wellington da Silva Oliveira

Vistos etc.

Trata-se de análise de agravo em execução penal interposto pelo Ministério Público do Estado de Roraima do Estado de Roraima (MPE/RR), ora agravante, fls. 02/09, contra a decisão de fls. 389 dos autos de Execução Penal nº 0010 11 00985-8, que deferiu pedido de prorrogação de prisão domiciliar em favor do reeducando Wellington da Silva Oliveira, ora agravado.

Em síntese, o agravante requer o conhecimento e provimento do recurso de agravo em execução, porquanto afirma que o reeducando não preenche os requisitos necessários para usufruir prisão domiciliar, ver fls. 02/09.

Documentos juntados, fls. 10/16.

Por sua vez, a Defesa requereu a manutenção da decisão guerreada, ver fls. 18/23.

Documento juntado, fls. 24.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

É cediço que o Supremo Tribunal Federal fixou orientação de que deve ser seguido o procedimento do recurso em sentido estrito para o agravo em execução penal, posição também assumida pelo Superior Tribunal de Justiça. Assim, deve o agravante apresentar o agravo no prazo do recurso em sentido estrito, isto é, 5 dias, conforme previsto no art. 586 do Código de Processo Penal, art. 197 da Lei de Execução Penal e Súmula 700/STF.

"In casu", verifico que as razões são tempestivas, fls. 02/09. Todavia, as contrarrazões são intempestivas, fls. 18/23, o que não prejudica a análise do agravo tampouco fundamenta o juízo de retratação favorável ao pugnado pelo agravante, nos termos do art. 589 do Código de Processo Penal.

Pois bem.

Quanto ao mérito, mantenho os argumentos esposados na decisão ora combatida.

Posto isso, MANTENHO a decisão combatida de fls. 389, em todos os seus termos.

Remetam-se o agravo ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR).

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 10:49.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal

Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

159 - 0001037-36.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.001037-7

Sentenciado: Wilson Pereira Aleixos

Vistos etc.

Trata-se de pedido de autorização de viagem interposto em favor do reeducando acima, atualmente em regime aberto, condenado à pena de 13 anos, 1 mês e 6 dias de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, e ao pagamento de 1.600 dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 33, "caput", c/c o art. 35, "caput", ambos da Lei de Tóxicos, na forma do art. 69 do Código Penal 0010 11 002671-2, fls. 105.

Certidão carcerária, fls. 392/396.

Em síntese, o reeducando deseja se deslocar a Cidade de Manaus/AM, no período de 8 a 14.5.2015, período correspondente a saída temporária, com o fito de revalidar seu certificado de capacitação física, ver petição de fls. 398.

Com vista, o "Parquet" exarou apenas o ciente, fls. 399.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando conta com saída temporária para a data na qual requer o pedido de autorização de viagem, ver fls. 390, sendo assim, o pedido deve ser deferido. Todavia, bem como que não juntou cópia das passagens de ida e volta, , tenho que o pedido deve ser deferido, sendo que após o retorno seja juntado comprovante de embarque de ida e volta, bem como indique, antes da viagem, o endereço no qual poderá ser encontrado.

Posto isso, em consonância com a Defesa e com o "Parquet", DEFIRO o pedido AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM interposto em favor do reeducando Wilson Pereira Aleixos de fls. 398, a fim de que possa ir à Cidade de Manaus/AM, no dia 8 a 14.5.2015, outrossim, antes de viajar, que indique o endereço onde poderá ser localizado.

Por fim, DETERMINO que, após o retorno, o reeducando junte o comprovante de embarque das passagens de ida e volta, sob pena de provável reconhecimento de falta grave e suas consequências legais, mediante o crivo do contraditório judicial (devido processo legal). Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado. Boa Vista/RR, 5.5.2015 13:43.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal
Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

160 - 0001064-19.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.001064-1

Sentenciado: Alexandre de Sousa Tavares

Vistos em inspeção.

Trata-se de pedido de saída temporária para 2015, em favor do reeducando acima, já qualificado nestes autos, fls. 157/157v.

Certidão carcerária, fls. 158/158v.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável ao pedido, fl. 160.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

Assiste razão às partes.

Compulsando os autos, verifica-se que o reeducando merece o benefício pleiteado, uma vez que preenche os requisitos legais para a obtenção do benefício, nos termos do art. 122 e seguintes, da LEP.

Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável às saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA ANUAL, para o (a) reeducando (a) ALEXANDRE DE SOUSA TAVARES, nos períodos de 9 a 15/5/2015, 8 a 14/8/2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do art. 122, I, art. 123 e art. 124, todos da Lei de Execução Penal, desde que a conduta ainda esteja "BOA" e a direção do estabelecimento prisional emita parecer favorável à concessão deste benefício.

Caso positivo, cientifique-se o reeducando que, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal, deverá: a) fornecer à Direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na Certidão Carcerária e será informado a este Juízo; b) recolher-se no período noturno; e c) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do reeducando deverá ser registrada na Certidão Carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal. Mas, caso o parecer seja desfavorável, comunique-se este Juízo, imediatamente.

Dê-se ciência ao estabelecimento prisional e ao reeducando..

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Advogado(a): João Ricardo Marçon Milani

161 - 0001020-63.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.001020-1

Sentenciado: Érico Murilo Saldanha Silva

Vistos em inspeção.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Determino que o senhor Diretor de Secretaria providencie a assentada da audiência realizada no dia 19/03/15, uma vez que o expediente de fls. 259 denota que a assentada estava nos autos e não juntada pelo servidor

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal
Advogado(a): Wenston Paulino Berto Raposo

162 - 0000332-67.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.000332-9

Sentenciado: Braz Menezes de Almeida

Vistos em inspeção.

1. Solicite-se a guia referente a ação penal nº 0010 08 197860-2;

2. Após, ao MP e à Defesa.

Boa Vista/RR, 5.5.2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

163 - 0001814-50.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.001814-5

Sentenciado: Erick Carneiro de Araujo

Vistos em inspeção.

Trata-se de análise de progressão de regime, c/c saída temporária, em favor do reeducando acima, já qualificado nestes autos, interposto pelo Ministério Público, fl. 114.

Certidão carcerária, fls. 115/117.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o reeducando preenche os requisitos denominados objetivos e subjetivos para obtenção dos benefícios pleiteados, porquanto cumpriu o lapso temporal, vide cálculos de fls. 87/88, possui bom comportamento carcerário, fls. 115/117, e há compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, conforme o Art. 112 e Art. 122 I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei nº 7.210, de 11.7.1984. Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável às saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO os pedidos de PROGRESSÃO DE REGIME, do FECHADO para o SEMIABERTO, e de SAÍDA TEMPORÁRIA ANUAL para o reeducando ERICK CARNEIRO DE ARAÚJO, nos períodos de 9 a 15/5/2015, 8 a 14/8/2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do Art. 112, art. 122, I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei de Execução Penal, desde que a conduta ainda esteja BOA e o estabelecimento prisional em que o(a) reeducando(a) se encontra custodiado emita parecer favorável à concessão deste último benefício. Caso positivo, cientifique-se o(a) reeducando(a) que, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal, deverá: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) recolher-se à habitação até as 20h; e) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e f) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do(a) reeducando(a) deverá ser registrada na Certidão Carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal. Mas, caso o parecer seja desfavorável, comunique-se este Juízo, imediatamente.

Dê-se ciência aos respectivos estabelecimentos prisionais e ao(à) reeducando(a).

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Atualize-se o regime de cumprimento de pena.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(à) reeducando(a).

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

164 - 0001871-68.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.001871-5

Sentenciado: Gerson Mariano de Queiroz

Vistos em inspeção.

Trata-se de análise de progressão de regime, c/c saída temporária, em favor do reeducando acima, já qualificado nestes autos, interposto pelo Ministério Público, fl. 103.

Certidão carcerária, fls. 104/105.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o reeducando preenche os requisitos denominados objetivos e subjetivos para obtenção dos benefícios pleiteados, porquanto cumpriu o lapso temporal, vide cálculos de fls. 99/100, possui bom comportamento carcerário, fls. 104/105, e há compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, conforme o Art. 112 e Art. 122 I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei nº 7.210, de 11.7.1984. Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável às saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO os pedidos de PROGRESSÃO DE REGIME, do FECHADO para o SEMIABERTO, e de SAÍDA TEMPORÁRIA ANUAL para o reeducando GERSON MARIANO DE

QUEIROZ, nos períodos de 9 a 15/5/2015, 8 a 14/8/2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do Art. 112, art. 122, I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei de Execução Penal, desde que a conduta ainda esteja BOA e o estabelecimento prisional em que o(a) reeducando(a) se encontra custodiado emita parecer favorável à concessão deste último benefício.

Caso positivo, cientifique-se o(a) reeducando(a) que, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal, deverá: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) recolher-se à habitação até as 20h; e) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e f) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do(a) reeducando(a) deverá ser registrada na Certidão Carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal. Mas, caso o parecer seja desfavorável, comunique-se este Juízo, imediatamente.

Dê-se ciência aos respectivos estabelecimentos prisionais e ao(a) reeducando(a).

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Atualize-se o regime de cumprimento de pena.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(a) reeducando(a).

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

165 - 0008140-26.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008140-8

Sentenciado: Daniel de Sousa Rodrigues

Vistos em inspeção.

Cuida-se de remição de pena do (a) reeducando (a) acima indicado.

Frequências do trabalho, de junho/2014, fl. 105.

A Certidão Cartorária de fl. 107, atesta que o(a) reeducando(a) faz jus à remição de 8 dias.

Certidão carcerária, fls. 108/111.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável à remição, fl. 113.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o(a) reeducando(a) faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 126, da Lei de Execução Penal (LEP).

Posto isso, em consonância com o "Parquet", DECLARO remidos 8 dias, da pena privativa de liberdade do (a) reeducando (a) DANIEL DE SOUSA RODRIGUES, nos termos do art. 126, § 1º, II, da Lei de Execução Penal.

Defiro o último parágrafo do parecer ministerial de fl. 113. Proceda-se como requerido.

Ciência ao(a) reeducando(a) e à unidade prisional.

Inclua-se a presente remição no Siscom Windows.

Elaborem-se novos cálculos, outrossim, ressalte-se que a elaboração do referido cálculo terá preferência sobre qualquer outro expediente.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Advogado(a): Ednaldo Gomes Vidal

166 - 0008167-09.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008167-1

Sentenciado: Andre dos Reis Santiago Silva

Vistos em inspeção.

Vistas ao "Parquet".

Vistas à Defesa/Defensoria Pública.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

167 - 0008222-57.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008222-4

Sentenciado: Percival Lima Siqueira

Vistos etc.

Trata-se de análise de remição de pena interposto em favor do reeducando, condenado à pena de 7 anos de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime fechado, e ao pagamento de 700 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, "caput", do Código Penal 0010 08 188700-1, fls. 03.

Folhas de frequências de trabalho, fls. 169/175.

Certidão atesta que o reeducando faz jus à remição de 54 dias, fls. 180.

O "Parquet" opinou pela remição acima certificada, fls. 181.

Certidão carcerária, fls. 182/185.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando faz jus apenas à remição de 54 dias de sua pena privativa de liberdade, porquanto, durante o trabalho de fls. 169/175 (jul/2014 a jan/2015), estava no regime semiaberto, não cometeu falta grave e conta com 163 dias laborados.

Posto isso, em consonância parcial com o "Parquet", DECLARO remidos 54 dias da pena privativa de liberdade do reeducando Percival Lima Siqueira, nos termos do art. 126, § 1º, II, da Lei de Execução Penal. Elabore-se nova calculadora de execução penal, após, dê-se cópia ao reeducando.

Inutilizem-se os espaços em branco.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 14:44.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal
Advogado(a): Jules Rimet Grangeiro das Neves

168 - 0014060-78.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014060-0

Sentenciado: Elielton Oliveira de Sousa

Vistos etc.

Trata-se de análise de pedido de progressão de regime, do semiaberto para o aberto, e saída temporária para o ano de 2015 em favor do reeducando acima, fls. 122/123, atualmente em regime semiaberto, condenado à pena de 6 anos e 11 meses de reclusão (pena comutada: 6 anos, 4 meses e 22 dias de reclusão), a ser cumprida, inicialmente, em regime semiaberto, e ao pagamento de 98 dias-multa, pela prática dos crimes previstos no art. 155, § 4º, IV, do Código Penal 0010 13 002677-5, fls. 15, e art. 157, "caput", também do Código Penal 0010 09 205542-4, fls. 84.

Certidão carcerária, fls. 124/127 e fls. 129/130v.

O "Parquet" opinou pelo deferimento dos pedidos, fls. 128.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando faz jus ao benefício de progressão de regime, do semiaberto para o aberto, e saída temporária para o ano de 2015, já que cumpriu o lapso temporal, ver calculadora elabora no gabinete deste Juízo, possui um bom comportamento carcerário, fls. 124/127 e fls. 129/130v, e os benefícios se mostram compatíveis com os objetivos da pena.

Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável as saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO o benefício de PROGRESSÃO DE REGIME, do SEMIABERTO para o ABERTO, em favor do reeducando Elielton Oliveira de Souza, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e, por fim, DEFIRO a benesse de SAÍDA TEMPORÁRIA para o ano de 2015 em seu favor, para ser usufruída no período de 9 a 15.5.2015, 8 a 14.8.2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do art. 122 e segs., da Lei de Execução Penal.

O reeducando deverá, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) recolher-se à habitação até as 20h; e) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e f) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do reeducando deverá ser registrada na certidão carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de

Execução Penal.

Por fim, REVOGO a calculadora de execução penal de fls. 115/116, já que a aplicação da comutação deferida na decisão de fls. 79 não foi aplicada corretamente e não consta as interrupções constantes na certidão carcerária de fls. 129/130v, após, juntem-se as novas calculadoras de execução penal elaborada no gabinete deste Juízo e dê-se cópias ao reeducando, servindo como atestado de pena para o ano de 2015.

Inutilizem-se os espaços em branco.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 16:28.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

169 - 0014081-54.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014081-6

Sentenciado: João Claudio Ferreira Cipriano

Vistos em inspeção.

Trata-se de pedido de saída temporária para 2015, em favor do reeducando acima, já qualificado nestes autos, fl. 133.

Certidão carcerária, fls. 134/135.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável ao pedido, fl. 136.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

Assiste razão às partes.

Compulsando os autos, verifica-se que o reeducando merece o benefício pleiteado, uma vez que preenche os requisitos legais para a obtenção do benefício, nos termos do art. 122 e seguintes, da LEP.

Posto isso, considerando a manifestação ministerial favorável às saídas temporárias automatizadas, relativizando a Súmula nº 520 do Superior Tribunal de Justiça, DEFIRO o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA ANUAL, para o (a) reeducando (a) JOÃO CLÁUDIO FERREIRA CIPRIANO, nos períodos de 9 a 15/5/2015, 8 a 14/8/2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do art. 122, I, art. 123 e art. 124, todos da Lei de Execução Penal, desde que a conduta ainda esteja "BOA" e a direção do estabelecimento prisional emita parecer favorável à concessão deste benefício.

Caso positivo, cientifique-se o reeducando que, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal, deverá: a) fornecer à Direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na Certidão Carcerária e será informado a este Juízo; b) recolher-se no período noturno; e c) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do reeducando deverá ser registrada na Certidão Carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal. Mas, caso o parecer seja desfavorável, comunique-se este Juízo, imediatamente.

Dê-se ciência ao causídico, fl. 132, do documento de fl. 137.

Expedientes necessários.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Advogados: David Souza Maia, João Alberto Sousa Freitas

170 - 0002839-64.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.002839-9

Sentenciado: Márcio Cândido Vieira

Vistos etc.

Trata-se de pedido de indulto natalino interposto em favor do reeducando acima, fls. 71/72, atualmente em livramento condicional, condenado à pena de 1 ano, 9 meses e 10 dias de reclusão, a ser cumprida, inicialmente, em regime aberto, e ao pagamento de 17 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I, c/c o art. 14, II, do Código Penal 0010 11 009054-4, fls. 03.

Parecer favorável do Conselho Penitenciário, fls. 75/77.

O "Parquet" opinou pelo deferimento, fls. 78.

Certidão carcerária, fls. 72/74 e fls. 79/80.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando faz jus ao benefício de indulto natalino referente ao Decreto nº 8.380, de 24.12.2014, pois cumpriu o prazo estabelecido pelo art. 1º, I, do referido Decreto, isto é,

mais 1/3 da pena, quantum necessário para o réu primário, ver calculadora de execução penal elaborada no gabinete deste Juízo. Outrossim, conforme o art. 5º, "caput", do Decreto em análise, verifico que não foi cometida e reconhecida falta grave em desfavor do reeducando nos doze meses de cumprimento da pena contados retroativamente à publicação do Decreto em análise, isto é, no ano de 2014, ver fls. 72/74 e fls. 79/80.

Posto isso, em consonância com a Defesa, com o "Parquet" e com o Conselho Penitenciário, DEFIRO o pedido de INDULTO NATALINO em favor do reeducando Márcio Cândido Vieira, nos termos do art. 1º, I, art. 5º, "caput", e art. 7º, "caput", todos do Decreto nº 8.380, de 24.12.2014, por consequência, DECLARO EXTINTA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E A PENA DE MULTA do reeducando referente à ação penal nº 0010 11 009054-4, fls. 03.

Deixo de expedir alvará de soltura, já que o reeducando está em livramento condicional.

Remeta-se cópia desta Sentença ao Departamento do Sistema Penitenciário do Estado de Roraima (DESIPE/RR), e à Superintendência da Polícia Federal do Estado de Roraima (PF/RR), para fins de baixa em seus cadastros.

Caso o reeducando esteja inserido no Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINP), solicite-se a exclusão.

Publique-se. Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, retifique-se a guia de recolhimento, nos termos do art. 106, § 2º, da Lei de Execução Penal, comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima (TRE/RR), conforme art. 15, III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), e providencie-se o recolhimento dos mandados de prisão eventualmente expedidos relativos a esta pena, certificando-se.

Certifique-se o cartório se todas as formalidades legais foram cumpridas e, em caso positivo, arquivem-se estes autos, observando as normas da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Roraima (CGJ/RR).

Junte-se a calculadora de execução penal elaborada neste gabinete.

Boa Vista/RR, 30.4.2015 11:49.

Joana Sarmento de Matos

Juiza de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

171 - 0011091-56.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011091-6

Sentenciado: Alan Barbosa Castro

Vistos em inspeção.

Trata-se de progressão de regime, c/c saída temporária, em favor do reeducando acima, já qualificado nestes autos, fls. 30/30v.

Certidão carcerária, fl. 34/34v.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável ao pedido, fl. 36.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o reeducando preenche os requisitos denominados objetivos e subjetivos para obtenção dos benefícios pleiteados, porquanto cumpriu o lapso temporal, vide cálculos de fls. 28/29, possui bom comportamento carcerário, fls. 38/38v, e há compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, conforme o Art. 112 e Art. 122 I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei nº 7.210, de 11.7.1984. Posto isso, DEFIRO os pedidos de PROGRESSÃO DE REGIME, do SEMIABERTO para o ABERTO, e de SAÍDA TEMPORÁRIA ANUAL para o reeducando ALAN BARBOSA DE CASTRO, nos períodos de 9 a 15/5/2015, 8 a 14/8/2015, 9 a 15.10.2015 e 24 a 30.12.2015, nos termos do Art. 112, art. 122, I, Art. 123 e Art. 124, todos da Lei de Execução Penal, desde que a conduta ainda esteja BOA e o estabelecimento prisional em que o(a) reeducando(a) se encontra custodiado emita parecer favorável à concessão deste último benefício.

Caso positivo, cientifique-se o(a) reeducando(a) que, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei de Execução Penal, deverá: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) recolher-se à habitação até as 20h; e) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e f) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma.

Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do(a) reeducando(a) deverá ser registrada na Certidão Carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado caso satisfeito os requisitos do parágrafo único do art. 125 da Lei de Execução Penal. Mas, caso o parecer seja desfavorável, comunique-se este Juízo, imediatamente.

Dê-se ciência aos respectivos estabelecimentos prisionais e ao(a) reeducando(a).

Solicite-se à DPE, o documento mencionado à fl. 37.
Inutilize-se os espaços em branco dos autos.
Atualize-se o regime de cumprimento de pena.
Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(a) reeducando(a).
Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.
Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.
Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

172 - 0013004-73.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.013004-7

Sentenciado: Angelica Uchoa Freire de Carvalho
Vistos em inspeção.

Cuida-se de remição de pena do (a) reeducando (a) acima indicado.

Declaração do estudo, fl. 89.

Frequências do trabalho, de março a junho/2012, setembro/2014 a fevereiro/2015, fls. 90/99.

A Certidão Cartorária de fl. 100, atesta que a reeducanda faz jus à remição de 79 dias pelo trabalho e 28 dias pelo estudo.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável à remição de 79 dias pelo trabalho e 31 dias pelo estudo, fl. 101.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que a reeducanda faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 126, da Lei de Execução Penal (LEP), porquanto conta com 239 dias trabalhados e 377 horas de estudo.

Posto isso, DECLARO remidos 79 dias pelo trabalho e 31 dias pelo estudo, da pena privativa de liberdade do (a) reeducando (a) ANGELICA UCHOA FREIRE DA SILVA, nos termos do art. 126, § 1º, I e II da Lei de Execução Penal.

Ciência à reeducanda e à unidade prisional.

Inclua-se a presente remição no Siscom Windows.

Elaborem-se novos cálculos, outrossim, ressalte-se que a elaboração do referido cálculo terá preferência sobre qualquer outro expediente.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) à reeducanda.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Advogado(a): Layla Hamid Fontinhas

173 - 0006831-96.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006831-9

Sentenciado: Edvaldo da Silva Firmino

Vistos em inspeção.

Cumpra-se o procedimento contido na certidão de fls. 39.

Boa Vista/RR, 5.5.2015

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito auxiliar - Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

174 - 0003159-80.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003159-8

Sentenciado: Sergio Moraes Nunes

Vistos etc.

Trata-se de análise de extinção dos autos de execução penal do reeducando acima, condenado à pena de 1 ano e 3 meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e ao pagamento de 12 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 168 do Código Penal 0010 07 160060-4, fls. 06/09.

Certidão informa que o reeducando não se encontra recolhido, fls. 48.

O "Parquet" opinou pela extinção sem resolução de mérito, fls. 49/50.

Certidão carcerária, fls. 51/52.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que o reeducando não se encontra recolhido nesta Comarca de Boa Vista/RR, fls. 48 e fls. 51/52. Logo, a extinção do feito, sem resolução do mérito, é medida que se impõe, nos termos do art. 674 do Código de Processo Penal, e art. 105 c/c o art. 107, ambos da Lei de Execução Penal.

Posto isso, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO PENAL do reeducando Sergio Moraes Nunes, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 674 do Código de Processo Penal, art. 105 c/c o art. 107, ambos da Lei de Execução Penal, pelas razões supramencionadas.

Devolvam-se as peças ao Juízo de Origem.

Por fim, cumpridas as formalidades, cancelem-se estes autos.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 13:48.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal

Nenhum advogado cadastrado.

Petição

175 - 0003375-41.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003375-0

Réu: Jose Raimundo Penha Nunes

Vistos etc.

Trata-se de análise de pedido de permanência na ala de segurança (antiga "ala da cozinha") da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC) interposto em favor do reeducando acima, fls. 02/03.

Documentos juntados, fls. 04/10.

Certidão de antecedentes de criminais, fls. 11/12.

O reeducando informa que tem vínculo de parentesco com policial militar, fls. 18.

O "Parquet" não se opôs ao pedido e, tendo em vista a informação de condenação na certidão de antecedentes criminais de fls. 11/12, requereu as peças necessárias para formação dos autos de execução penal do reeducando, fls. 19.

Vieram os autos conclusos.

É o relatório. DECIDO.

Compulsando os autos, tendo em vista que o reeducando já se encontra na ala de segurança (antiga "ala da cozinha"), ver fls. 17, a sua declaração, fls. 18, e a cota ministerial, vide fls. 42, tenho que deve ser mantido na ala de segurança (antiga "ala da cozinha").

Posto isso, em consonância com a Defesa e com o "Parquet", DETERMINO que o reeducando Jose Raimundo Penha Nunes PERMANEÇA na ala de segurança (antiga "ala da cozinha") da PAMC, pelas razões supramencionadas, devendo a unidade prisional tomar as providências necessárias para assegurar a integridade física do reeducando.

Publique-se. Intimem-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 30.4.2015 14:37.

Eduardo Messaggi Dias

Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal

Advogados: Walla Adairalba Bisneto, Jacilene Leite de Araújo

Vara Execução Penal

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Graciete Sotto Mayor Ribeiro

PROMOTOR(A):

Anedilson Nunes Moreira

Carlos Paixão de Oliveira

ESCRIVÃO(A):

Glener dos Santos Oliva

Execução da Pena

176 - 0001994-71.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.001994-1

Sentenciado: Henwildo da Silva Mesquita

Vistos em inspeção.

Cuida-se de remição de pena do (a) reeducando (a) acima indicado.

Frequências do trabalho, de setembro/2013 a junho/2014, fls. 381/390.

A Certidão Cartorária de fl. 398, atesta que o(a) reeducando(a) faz jus à remição de 83 dias.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável ao deferimento da remição, devendo ser declarado a perda de 1/3 desses dias, fl. 399.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que o(a) reeducando(a) faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 126, da Lei de Execução Penal (LEP).

Contudo, teve falta grave reconhecida, ver fl. 349. Sendo assim, necessário se faz descontar 1/3 (um terço) do período a ser remido. Posto isso, em consonância com o "Parquet", DECLARO remidos 55 dias, da pena privativa de liberdade do (a) reeducando (a) HENWILDO DA SILVA MESQUITA, nos termos do art. 126, § 1º, II, e art. 127, todos da Lei de Execução Penal.

Defiro o último parágrafo do parecer ministerial de fl. 399. Proceda-se como requerido.
Ciência ao(a) reeducando(a) e à unidade prisional.
Inclua-se a presente remição no Siscom Windows.
Elaborem-se novos cálculos, outrossim, ressalte-se que a elaboração do referido cálculo terá preferência sobre qualquer outro expediente.
Inutilize-se os espaços em branco dos autos.
Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) ao(a) reeducando(a).
Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.
Por fim, aguarde-se o cumprimento da pena.
Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Advogado(a): Vera Lúcia Pereira Silva

177 - 0000386-33.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.000386-5

Sentenciado: Tânia Maria Brito Silva

Vistos em inspeção.

Cuida-se de remição de pena do (a) reeducando (a) acima indicado.

Declaração do estudo, fls. 151 e 153.

Frequências do trabalho, de abril/2014 a fevereiro/2015, fls. 154/164.

A Certidão Cartorária de fl. 165, atesta que a reeducanda faz jus à remição de 92 dias pelo trabalho e 53 dias pelo estudo.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se favorável à remição, fl. 166.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Compulsando os autos, verifica-se que a reeducanda faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 126, da Lei de Execução Penal (LEP), porquanto conta com 278 dias trabalhados e 640 horas de estudo.

Posto isso, DECLARO remidos 92 dias pelo trabalho e 53 dias pelo estudo, da pena privativa de liberdade do (a) reeducando (a) TANIA MARIA BRITO SILVA, nos termos do art. 126, § 1º, I e II da Lei de Execução Penal.

Ciência à reeducanda e à unidade prisional.

Inclua-se a presente remição no Siscom Windows.

Elaborem-se novos cálculos, outrossim, ressalte-se que a elaboração do referido cálculo terá preferência sobre qualquer outro expediente.

Inutilize-se os espaços em branco dos autos.

Expeça-se atestado de pena (calculadora do CNJ atualizada) à reeducanda.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Aguarde-se o cumprimento da pena.

Boa Vista/RR, 6 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

178 - 0014069-40.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.014069-1

Sentenciado: Rosenildo Silva de Freitas

Vistos em inspeção, etc.

Em síntese, consta por meio do documento de fl. 274, que o reeducando acima indicado não retornou da saída temporária na data prevista.

Com vistas, o "Parquet" manifestou-se pela regressão cautelar de regime, bem como pela designação de audiência de justificação, fls. 280/281.

É o breve relatório. DECIDO.

Assiste razão ao "Parquet".

Com efeito, verifica-se que os fatos noticiados revela um possível comprometimento à execução da pena, o que justifica a regressão cautelar ao regime mais gravoso.

Vale ressaltar, que este procedimento não ofende ao disposto no art. 118, § 2º, da Lei de Execução Penal (LEP), bem como, igualmente, ao princípio da presunção da inocência, contraditório e ampla defesa, porquanto a prévia oitiva do reeducando, para efeito de regularidade da regressão prisional, somente é exigida quando se trate de medida definitiva, sendo dispensável em caso de regressão cautelar.

Acrescente-se que este posicionamento está pacificado no Supremo Tribunal Federal (STF), no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, ainda, no Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), ou seja, em benefício da disciplina, pode o Estado-juiz, cautelarmente, determinar o recolhimento provisório do reeducando, a quem se atribua infração disciplinar, em regime mais severo, sem prejuízo do direito de ser ouvido posteriormente, antes de decisão final em relação ao reconhecimento ou não de falta grave.

Posto isso, DETERMINO a REGRESSÃO CAUTELAR do regime de cumprimento de pena do reeducando ROSENILDO SILVA DE FREITAS, do SEMIABERTO para o FECHADO, em conformidade com a

inteligência do art. 118, I, da LEP.

Designo o dia 15/09/2015, às 9h15min para audiência de justificação.

Dê-se ciência desta decisão ao estabelecimento prisional e ao reeducando.

Publique-se. Intime-se. Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 7 de maio de 2015.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito auxiliar da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

179 - 0006827-59.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.006827-7

Sentenciado: Marcilane Gonçalves da Silva

Vistos etc.

Trata-se de análise de prisão albergue domiciliar em favor da reeducanda acima, atualmente recolhida na Cadeia Pública Feminina de Boa Vista (CPFVB), condenada à pena de 2 anos, 9 meses e 18 dias de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e ao pagamento de 28 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, I e II, da Lei de Tóxicos 0010 13 005704-4, fls. 03.

Calculadora de execução penal, fls. 34.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. DECIDO.

Postergo a análise do Ministério Público, tendo em vista a urgência do caso.

Compulsando os autos, observo que a reeducanda faz jus ao benefício de prisão albergue domiciliar, assim como todas as outras do regime aberto, haja vista a ausência de casa de albergue feminino nesta Comarca, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Posto isso, DETERMINO que a reeducanda Marcilane Gonçalves da Silva passe a cumprir sua pena em PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR, pelas razões acima mencionadas, devendo cumprir as determinações impostas por este Juízo abaixo.

A reeducanda deverá: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrada durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) deverá comparecer pessoal e mensalmente neste Juízo, para comprovar a continuidade de residência fixa e ocupação ilícita; c) não mudar de residência sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; e) recolher-se à habitação até as 20h e finais de semana; f) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e g) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma. Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento da reeducanda deverá ser registrada na certidão carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado após o exame deste Juízo mediante o contraditório judicial.

Publique-se. Intime-se.

Certifique-se o trânsito em julgado.

Boa Vista/RR, 6.5.2015 16:52.

Eduardo Messaggi Dias
Juiz de Direito substituto da Vara de Execução Penal
Nenhum advogado cadastrado.

1ª Criminal Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A):
Adriano Ávila Pereira
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(A):
Rozeneide Oliveira dos Santos

Ação Penal

180 - 0112085-10.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.112085-4

Réu: Nelcione Falcão de Oliveira

Audiência REDESIGNADA para o dia 14/08/2015 às 09:00 horas.

Advogado(a): Marco Antônio da Silva Pinheiro

181 - 0004851-56.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.004851-8

Réu: Waldir Flausino

Decisão: "Homologo a presente proposta de suspensão processual, ficando o acusado ciente do disposto nos §§ 3.º e 4.º do art. 89 da Lei

9.099/95. Fica o réu ciente de que o não cumprimento integral do acordo acarretará o seguimento do feito, nos termos da referida Lei. Expeça-se a guia devida para a VEPEMA e arquivem-se este feito, conforme disposto no art. 96, I da Lei Complementar n.º 221, de 09/01/2014. Partes intimadas em audiência." Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz de Direito encerrar o presente termo. Eu, K.L.P., escrevente designada, digitei.

Nenhum advogado cadastrado.

182 - 0018583-36.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.018583-7

Réu: Nelson Silva Martins

PUBLICAÇÃO: Intimar a defesa para audiência designada para o dia 27/05/2015 às 9:30.

Advogado(a): José Demontiê Soares Leite

183 - 0003988-95.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.003988-3

Réu: Adrian Sheldon da Silva Coelho

Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 19/06/2015 às 08:50 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

184 - 0005133-89.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005133-4

Réu: Pablo Romário Soares da Silva Mourão

Decisão: "Homologo a presente proposta de suspensão processual, ficando o acusado ciente do disposto nos §§ 3.º e 4.º do art. 89 da Lei 9.099/95. Fica o réu ciente de que o não cumprimento integral do acordo acarretará o seguimento do feito, nos termos da referida Lei. Expeça-se a guia devida para a VEPEMA e arquivem-se este feito, conforme disposto no art. 96, I da Lei Complementar n.º 221, de 09/01/2014. Partes intimadas em audiência." Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz de Direito encerrar o presente termo. Eu, K.L.P., escrevente designada, digitei.

Advogado(a): Alexander Antunes

185 - 0002208-86.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.002208-4

Réu: Pablo Marques de Souza

PUBLICAÇÃO: Intime-se o advogado do réu a apresentar alegações finais no prazo legal

Advogado(a): José Fábio Martins da Silva

1ª Criminal Residual

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A):
Adriano Ávila Pereira
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(Ã):
Rozeneide Oliveira dos Santos

Ação Penal

186 - 0094702-53.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.094702-9

Indiciado: C.E.L.L. e outros.

Ciente.

Informe-se o advogado subscrito da peça de fls. 323 para que informe o endereço de sua testemunha para possibilitar a expedição da carta precatória.

Advogados: Timóteo Martins Nunes, Antônio Basílio Filho

187 - 0155909-48.2007.8.23.0010

Nº antigo: 0010.07.155909-9

Réu: Alexandre Cabral Moreira Pinto

Corrija-se a numeração deste feito a partir da folha 673.

Boa Vista-RR, 07/05/15.

JÉSUM RODRIGUES DO NASCIMENTO

Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal Residual.

Advogados: Claybson César Baia Alcântara, Alexandre Cabral Moreira Pinto

188 - 0190200-40.2008.8.23.0010

Nº antigo: 0010.08.190200-8

Réu: Criança/adolescente e outros.

A sentença de fls. 521/529 foi mandada pelo TJ/RR e pelo STJ, tendo havido o trânsito em julgado conforme fl. 853.

Assim, expeçam-se os mandados de prisão para cumprimento da

sentença.

Comunicações devidas (BDJ, CDJ e TRE).

Advogados: Luiz Travassos Duarte Neto, Almir Rocha de Castro Júnior, Paulo Luis de Moura Holanda

189 - 0002543-47.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.002543-3

Indiciado: A. e outros.

Ciente.

Subam os autos ao TJ/RR para análise de recurso de fls. 120/121.

Advogado(a): Alexandre Cabral Moreira Pinto

190 - 0006139-05.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.006139-4

Réu: Islandia Figueiredo de Amorim

Ciente.

Solicite-se cópias das peças e da mídia junto à secretaria da câmara única, a fim de atender o pedido do Ministério Público.

Advogados: Sandra Suely Raiol de Queiroz, Nádia Leandra Pereira

191 - 0013711-75.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.013711-9

Réu: Francisco Gonçalves de Almeida

Ciente.

Expeça-se carta precatória para realização da audiência de Sursis e fiscalização das condições.

Advogado(a): Antônio Cláudio Carvalho Theotônio

Crimes Ambientais

192 - 0118934-95.2005.8.23.0010

Nº antigo: 0010.05.118934-7

Réu: Rui Guilherme Pastana Bastos e outros.

Ciente.

À DPE nos termos da ata de fl. 895.

Advogados: Érico Lopes Pessoa Magalhães, Antônio O.f.cid, Mário Junior Tavares da Silva, Almir Rocha de Castro Júnior, Alessandra Moreira Souza, Fábio Luiz de Araújo Silva, Igor Rafael de Araujo Silva

Ação Penal

193 - 0093312-48.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.093312-8

Réu: Raimundo Nonato Taveira e outros.

Certifique-se se o réu Evangelista da Silva apresentou resposta à acusação.

Caso negativo, à DPE para tal fim.

Advogado(a): Marco Antônio da Silva Pinheiro

2ª Criminal Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Leonardo Pache de Faria Cupello
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
ESCRIVÃO(Ã):
Elton Pacheco Rosa

Ação Penal

194 - 0004991-85.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.004991-6

Réu: Elivelthon dos Santos Vieira e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 15/05/2015 às 09:00 horas.

Advogados: Luis Gustavo Marçal da Costa, Bruno Barbosa Guimaraes Seabra, Francisco Carlos Nobre, Pamela Suellen de Oliveira Alves

195 - 0019199-74.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019199-9

Réu: Miguel Teixeira de Souza e outros.

Processo nº 010.14.019199-9

Réus: Miguel Teixeira de Souza, Azuil Castro de Queiroz e Renato Augusto de Souza Amurim.

Decisão

Vistos etc,

Trata-se de pedido de relaxamento de prisão apresentado por Miguel Teixeira de Souza, Azuil Castro de Queiroz e Renato Augusto de Souza Amurim, sob o fundamento de ter ocorrido excesso de prazo para o término da instrução do feito, bem como em virtude de os denunciados preencherem os requisitos do art. 310, do CPP, às fls. 143/144.

Instada a se manifestar, a d. Presentante do Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido, argumentando que a

demora na conclusão da instrução criminal não ocorreu por desídia do Judiciário ou do Parquet e sim por peculiaridades do processo, bem como pela Defesa, às fls. 143/144.

É o breve relatório.

Vieram os autos conclusos para decisão.

Verifica-se que os acusados foram presos em flagrante no dia 30 de novembro de 2014, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 157, § 2º, incisos I e II, do CPB, tendo as suas prisões sido convertidas em prisões preventivas.

É cediço que os prazos assinalados para a prática de atos processuais não são fatais, de modo que a sua inobservância não gera, inexoravelmente, a certeza da ocorrência de constrangimento ilegal, reparável por esta via processual. Assim, imperioso observar se o eventual excesso de prazo, sob a perspectiva do caso concreto, é imputável à inadequada atuação do aparelho jurisdicional.

Ressalte-se que os Tribunais Superiores há muito sedimentaram que os prazos processuais não devem ser entendidos como intangíveis, existindo circunstâncias que os relativizam, desde que adequadamente justificadas à luz do princípio da razoabilidade.

Nessa perspectiva, não se vislumbra, nos autos, que a ocorrência do excesso de prazo alegado tenha sido ocasionada por desídia do julgador monocrático, ou por incidentes requeridos pela presentante do Ministério Público.

Na realidade, verifica-se que as circunstâncias do processo naturalmente revelaram a necessidade de um maior lapso temporal para a sua conclusão, pois se trata de processo com três réus, sendo dois (Miguel e Renato) assistidos pela Defensoria Pública e um (Azuil) assistido por Patrono Particular. Ademais, os réus Miguel e Renato, após serem citados no prazo legal (23.12.14 fls.50, 52 e 54), somente apresentaram as suas respostas à acusação no dia 14 de janeiro de 2015 (fl.55), ou seja, após 22 (vinte e dois) dias, vindo o acusado Azuil, por meio de patrono particular, oferecer resposta à acusação somente no dia 02 de fevereiro de 2015, ou seja, 32 (trinta e dois) dias após, ultrapassando, assim, o prazo legal, o que contribuiu para a demora na instrução do presente feito.

Por outro lado, o Parquet ofereceu a Denúncia no prazo legal, a citação foi feita no prazo legal, tendo sido designada AIJ para o dia 12 de fevereiro de 2015, sendo que a referida audiência somente não ocorreu a porque a vítima não foi localizada, não sendo tal motivo suficiente para ensejar o excesso de prazo alegado pela Defesa.

Mutatis mutandis, incindíveis à espécie os seguintes entendimentos jurisprudenciais.

HC 156980/SP - Ministro GILSON DIPP (1111) DJE 03/11/2010 - PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICAÇÃO. PLURALIDADE DE RÉUS. FEITO COMPLEXO. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. PREJUDICADO. INÉPCIA DA DENÚNCIA. FALTA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA. DESCRIÇÃO DE FATO, EM TESE, CRIMINOSO. ORDEM DENEGADA.

I. Hipótese de processo que tramita regularmente, tendo sido retardado apenas em parte, em virtude da pluralidade de réus, complexidade do feito e inúmeras imputações. Justifica-se o breve atraso no andamento do processo-crime, quando a demora não é provocada pelo Juízo ou pelo Ministério Público. Alegação de excesso de prazo que não se acolhe (sem grifo no original).

Assim sendo, em harmonia com o parecer da douta presentante do MPE indefiro o pleito liberatório em epígrafe, mantendo a segregação cautelar dos acusados em todos os seus termos.

Designo o dia ____ de ____ de 2015, às ____h ____min, para audiência de instrução e julgamento.

Requisite-se os réus Miguel, Azuil e Renato (presos).

Intimem-se as testemunhas Cícero Barroso e José Rodrigo nos endereços informados no verso da OS nº 007/2015, devendo ser anexada aos mandados cópia da OS.

Requisite-se a testemunha Reinaldo de Lima (PM).

Intime-se o Advogado.

Ciência ao MP e à DPE.

Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015.

Juíza BRUNA GUIMARÃES FIALHO ZAGALLO

Respondendo pelo Juízo Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 20/05/2015 às 09:00 horas.

Advogado(a): Almir Rocha de Castro Júnior

196 - 0007178-32.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007178-4

Réu: Renan de Lima e Silva

Autos nº: 0010.15.007178-4

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

(recebimento da denúncia)

Diante da presença dos requisitos do art. 41 e ausência das hipóteses

do art. 395, ambos do CPP, bem como, diante da prova da materialidade e dos indícios de autoria que recaem sobre o denunciado Renan de Lima e Silva, recebo a denúncia.

Proceda-se à citação e intimação do(a) acusado(a), na forma do art. 396 e seguintes do CPP, para responder, por escrito e por intermédio de Advogado devidamente constituído, no prazo de 10 (dez) dias, a presente acusação, podendo, para tanto - e se quiser - argüir preliminares, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e motivar eventual requerimento de intimação judicial.

Conste no mandado a advertência de que, citado(a) e certificado o decurso do prazo sem apresentação de defesa escrita pelo defensor constituído, será intimada a Defensoria Pública ou nomeado defensor dativo (identificar, com nome, telefone e correio eletrônico) para apresentá-la.

O oficial de justiça, ao lavrar a certidão, além de certificar sobre a citação do/a(s) ré/u(s), deve mencionar se este(s) informou(aram) se pretende(m) ou não constituir advogado. Certificada a não constituição de advogado e decorrido o prazo, desde já, nomeio como defensor o Defensor Público que atua nesta Vara para oferecê-la e patrocinar a defesa do réu no decorrer do processo (CPP, art. 396-A, § 2º), devendo ser intimado com carga dos autos.

Advirto o(a) ré(u) de que se forem arroladas testemunhas residentes em comarcas contíguas ou regiões metropolitanas, elas serão ouvidas na comarca de sua residência se, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e a recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo.

Determino à serventia o processamento em apartado de eventuais exceções apresentadas no prazo de resposta escrita. Advirto o acusado de que: 1) em caso de procedência da acusação, a sentença poderá fixar valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido (artigo 387, IV, CP), cabendo a(o) acusado(a) apresentar sua manifestação a respeito; e 2) se solto, a partir do recebimento da denúncia, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo, para fins de adequada intimação e comunicação oficial, sob pena de ser considerado revel. Determino, ainda, a Serventia que: 1) alimente os serviços de estatística e bancos de dados (SINIC e INFOSEG) com os dados relativos ao denunciado e respectivo processo; 2) insira o caso no sistema de controle de presos provisórios, se for caso de réu preso; 3) a mudança de característica da atuação (de inquérito policial para ação penal), a ser solicitada ao Cartório Distribuidor; 4) certifique se houve encaminhamento de laudos periciais eventualmente necessários (ex. falsidade, merceológico, tóxicos, necroscópico, cadavérico etc.) e, em caso de não atendimento, reiterar imediatamente com prazo de cinco dias; 5) a aposição de tarja ou identificação nos processos em que haja réu preso, réu com prazo prescricional reduzido (menores de 21 ou maiores de 70 anos) e regime de publicidade restrita (sigilosos); 6) certificar se o Ministério Público promoveu a juntada das folhas de antecedentes da Justiça Federal, Estadual, Institutos de Identificação, INTERPOL, consulta ao SINIC, INFOSEG e INFOPEN, solicitando tal providência.

Atente a Secretaria deste Juízo de que eventuais ofendidos deverão ser comunicados dos atos processuais relativos ao ingresso e à saída do(a) acusado(a) da prisão, da designação de data para audiência e da sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou a modifiquem, tudo em cumprimento à determinação constante no § 2º do artigo 201 do CPP, exceto se o(a) mesmo(a) - quando de sua oitiva em Juízo - declarar, expressamente, seu desinteresse em obter referidas informações processuais.

Oficie-se ao INI a fim de ser expedida e consequentemente juntada aos autos a Folha de Antecedentes Criminais do(a) denunciado(a), bem como a competente certidão cartorária.

O Cartório retire a tarja identificadora de réu preso, pois esta Magistrada, na data de hoje, revogou a prisão do acusado.

Procedam-se às diligências necessárias, observadas as cautelas legais.

Intimem-se todos. Cumpra-se.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

Bruna Guimarães Fialho Zagallo

Respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

197 - 0017790-63.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.017790-7

Réu: Leonardo Vitor da Costa Andrade

Despacho: Devolva-se a Carta Precatória com as nossas homenagens.

Boa vista, 06.05.2015. Bruna Guimarães Fialho Zagallo - Juíza

Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal de Competência Residual.

** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Criminal Residual

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Leonardo Pacheco de Faria Cupello
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
ESCRIVÃO(A):
Elton Pacheco Rosa

Prisão em Flagrante

198 - 0001052-63.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.001052-7

Réu: Diego Alencar Rodrigues

FINAL DE SENTENÇA()Ante o exposto, julgo extinto o processo. Arquivem-se após as respectivas baixas. Boa Vista-RR, 06 de maio de 2015. Bruna Guimarães Fialho Zagallo Juíza Substituta respondendo pela 2ª Vara Criminal Residual. Nenhum advogado cadastrado.

3ª Criminal Residual

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Hevandro Cerutti
Ricardo Fontanella
Ulisses Moroni Junior
ESCRIVÃO(A):
Flávia Abrão Garcia Magalhães

Ação Penal

199 - 0017772-47.2011.8.23.0010

Nº antigo: 0010.11.017772-1

Réu: F.E.P.S. e outros.

Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 11/05/2015 às 10:10 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

200 - 0003370-19.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003370-1

Réu: Everaldo Monteiro de Oliveira

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 11/05/2015 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

3ª Criminal Residual

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Hevandro Cerutti
Ricardo Fontanella
Ulisses Moroni Junior
ESCRIVÃO(A):
Flávia Abrão Garcia Magalhães

Ação Penal

201 - 0003831-88.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003831-2

Réu: Edmilson Goes Ferrarri e outros.

I- Cadastre-se o advogado constante da procuração de fls. 34.

II- Cumpra-se o item I de fls. 25, vero, em relação aos Réus FRANCISCO e EDMILSON.

III- DJE.

07/05/2015

Juiz MARCELO MAZUR

Advogados: Germano Nelson Albuquerque da Silva, Jose Vanderi Maia, Diego Victor Rodrigues Barros

Inquérito Policial

202 - 0007605-05.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.007605-7

Indiciado: J.F.S.M.

I- Reputo a citação de fls. 17, bem como a resposta à acusação de fls. 18 a 21, como a notificação prevista no artigo 154, do CPP e consequente resposta naqueles termos.

II- Juntem-se FAC e voltem conclusos para análise da referida resposta para eventual recebimento da denúncia.

III- DJE.

*Em tempo cadastre-se o subscritor de fls. 20 junto ao SISCOM desta Comarca.

05/05/2015

Juiz MARCELO MAZUR

Advogado(a): Frederico Silva Leite

Ação Penal

203 - 0014228-85.2010.8.23.0010

Nº antigo: 0010.10.014228-9

Réu: Carlos Alberto Rodrigues da Costa e outros.

I- Aguarde-se a devolução da Carta Precatória de fls. 209 por 30 (trinta) dias diante da informação de fls. 238.

II- Aguarde-se a realização da audiência já designada.

III- Ciência à DPE da audiência

IV- DJE.

05/05/2015

Juiz MARCELO MAZUR

Advogados: João Alberto Sousa Freitas, João Alberto Sousa Freitas, Edson Gentil Ribeiro de Andrade, Emerson Crystyan Rodrigues Brito, Alex Reis Coelho

Rest. de Coisa Apreendida

204 - 0003372-86.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.003372-7

Autor: Eldson Pedroso da Silva

I- Em que pese a manifestação ministerial de fls. 12 e 13, intime-se o requerente através de seu advogado para que junte cópia do registro definitivo válido, diante da cópia apresentada em fls. 05 tratar-se de registro provisório já vencido.

II- DJE.

05/05/2015

Juiz MARCELO MAZUR

Advogado(a): Waldir do Nascimento Silva

2ª Vara do Júri

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A):
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(A):
Maria das Graças Oliveira da Silva

Ação Penal Competên. Júri

205 - 0006042-68.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.006042-8

Réu: Edson da Silva Ferreira e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 25/06/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara do Júri

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Breno Jorge Portela S. Coutinho
PROMOTOR(A):
Rafael Matos de Freitas Moraes
ESCRIVÃO(A):
Maria das Graças Oliveira da Silva

Ação Penal Competên. Júri

206 - 0085252-86.2004.8.23.0010

Nº antigo: 0010.04.085252-6

Réu: Flavio Magalhães da Silva e outros.

Designa-se nova data para audiência.

Intimem-se as testemunhas: Denilse Maria Martins (fl. 535), conduzindo-

a coercitivamente, Antônio Gonçalves Freitas (fl. 607), Edilson Pereira dos Santos (fl. 20), devendo o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça certificar, expressamente, quais os dias e horários em que realizou a diligência. Intimem-se os réus.

Ciência ao MP.

Intime-se a defesa via DJE.

Publique-se.

Boa Vista (RR), 06 de abril de 2015.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA

Juiz Substituto

Respondendo pela 2ª Vara do Tribunal do Júri

Advogados: Ednaldo Gomes Vidal, Aline de Souza Bezerra

207 - 0012650-19.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.012650-2

Réu: Roberto Assunção Souza

Por todo o exposto, com esteio no artigo 413 do CPP, PRONUNCIO o acusado ROBERTO ASSUNÇÃO SOUZA pela prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal Brasileiro, para em tempo oportuno, ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri.

Atento para o art. 413, § 3º, do CPP, mantenho a prisão cautelar do réu amparado nos motivos lançados à fl. 55, os quais mantiveram inalterados até a presente data.

Publique-se e registre-se. Intimações e expedientes de praxe para o fiel cumprimento deste decismum.

Preclusa esta decisão, vista às partes para os fins do art. 422 do CPP.

Boa Vista (RR), 04 de maio de 2015.

JAIME PLÁ PUJADES DE ÁVILA

Juiz Substituto

Respondendo pela 2ª Vara do Tribunal do Júri

Nenhum advogado cadastrado.

2ª Vara Militar

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Breno Jorge Portela S. Coutinho

PROMOTOR(A):

Carlos Paixão de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã):

Maria das Graças Oliveira da Silva

Ação Penal

208 - 0008758-68.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.008758-7

Réu: Mauro Luis Denguês Malhada

Audiência de INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 09/06/2015 às 09:00 horas.

Advogados: Robério de Negreiros e Silva, Helio Duarte de Holanda Filho

1º jesp.vdf C/mulher

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A):

Carla Cristiane Pipa

Ilaine Aparecida Pagliarini

Lucimara Campaner

Valmir Costa da Silva Filho

ESCRIVÃO(Ã):

Camila Araújo Guerra

Ação Penal - Sumário

209 - 0019532-26.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019532-1

Réu: Jose Roberto de Lima Silva

Ato Ordinatório: Intime-se o Advogado para alegações finais por

memoriais.

Nenhum advogado cadastrado.

1º jesp.vdf C/mulher

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A):

Carla Cristiane Pipa

Ilaine Aparecida Pagliarini

Lucimara Campaner

Valmir Costa da Silva Filho

ESCRIVÃO(Ã):

Camila Araújo Guerra

Med. Protetivas Lei 11340

210 - 0020840-68.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.020840-9

Réu: J.J.S.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as ulteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte(s) requerente e requerido, fl. 04 e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente e requerido, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já envidadas nos autos. Cumpram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

211 - 0014185-80.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.014185-7

Réu: A.D.C.N.

Cobre-se a devolução do ulterior mandado de intimação da requerente, expedida à fl. 58, devidamente cumprido. Boa Vista, 06/05/15. Patricia Oliveira dos Reis-Juiza Substituta respondendo pelo 1º JEVDFCM.

Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal - Sumário

212 - 0004736-93.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.004736-2

Réu: Jose da Natividade Viana

(...) Pelo exposto, em consonância com a manifestação do Ministério Público atuante no juízo, e com fundamento no art. 316, do CPP e art. 20, parágrafo único da Lei nº 11.340/06, em combinação ainda, com o art. 319, do CPP, DEFIRO o pedido para REVOGAR a prisão preventiva de JOSÉ DA NATIVIDADE VIANA, que o faço, condicionado-a ao cumprimento das MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO consistentes em: 1) Obrigação de seu comparecimento a todos os atos deste e dos demais processos que responde neste juízo; 2) Obrigação de comunicar nos autos eventual mudança de endereço, do qual não poderá mudar, ou se ausentar, sem a devida comunicação ao juízo, enquanto responder aos respectivos processos; 3) Proibição ao ofensor de frequentar bares e locais para consumir bebidas alcoólicas, drogas ou substâncias entorpecentes; 4) Obrigação de se abster de praticar violência/agressão de natureza física, psicológica ou moral em desfavor da vítima, sob pena de ser novamente decretada sua prisão preventiva. Expeça-se o ALVARÁ DE SOLTURA e o Termo de Compromisso com advertência para o integral cumprimento da presente decisão, sob pena de ser novamente decretada sua prisão preventiva, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis. Intime-se a vítima desta decisão (art. 21, da Lei 11.340/06) antes da soltura do acusado, bem como o advogado constituído. Junte-se cópia desta decisão em todos os processos e procedimentos que tramitam neste Juizado em nome das partes. Oficie-se ao Tribunal de Justiça, encaminhando cópia da presente decisão, no caso de ainda não haver sido julgado o mérito do HC naquela instância impetrado, em favor do requerente, que naquele figura como paciente, nos termos de informações constantes dos autos, fls. 77/80. Após o cumprimento dos encargos ora determinados, abra-se nova vista ao Ministério Público, para ciência deste ato e manifestação regular em face do pedido de vista formulado à fl. 84. Publique-se. Cumpra-se imediatamente, independente de prévia publicação. Boa

Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM.

Advogado(a): Leandro Vieira Pinto

Med. Protetivas Lei 11340

213 - 0015758-22.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.015758-8

Réu: E.S.S. e outros.

Relativamente ao expediente de intimação das partes requeridas (réus) acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, CHAMO O FEITO À ORDEM para prescindir da intimação daqueles, uma vez que não foram chamados para a presente ação (fls. 26/27 e 28/29), sendo desnecessários os atos de fls. 54/56, pois o ato terminativo não lhes impôs qualquer obrigação, tendo revogado a medida liminar, no que, e tão somente, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO FEITO, com as baixas já determinadas. Desapense-se o feito criminal incidente (PET N.º 0010.13.015765-3), e cobre-se, naquele, a devolução do ulterior mandado de intimação expedido. Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

214 - 0015980-87.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.015980-8

Réu: Francisco de Aguiar da Costa

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerida(réu) pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Antes da diligência do item acima, porém, realizem-se tentativas de contato com a requerente, para se obter dados atuais do requerido e, em sendo o caso, renovar o ato de intimação pessoal àquele. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

215 - 0016391-33.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.016391-7

Réu: J.R.P.S.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

216 - 0018000-51.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.018000-2

Réu: Edson Souza da Silva X

Feito Sentenciado (conjuntamente aos feitos N.ºs 0010.13.015758-8 e 0010.13.015765-3 (fl. 27)). Destarte, considerando que o requerido não foi chamado para a presente ação (fls. 22/23 e 25/26), e que ao to terminativo não lhe impôs qualquer obrigação, tendo revogado a medida liminar e que o relatório de estudo de caso, anteriormente juntado (fls. 28/28-v), não apresentou situação ou fato modificativo da situação fática final, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO FEITO, com as baixas já determinadas. Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

217 - 0019717-98.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.019717-0

Réu: G.F. e outros.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte (s) requerente e requerido, e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente

e requerido, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

218 - 0021217-05.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.021217-7

Réu: W.S.M.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente e requerido, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

219 - 0021222-27.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.021222-7

Réu: V.P.R.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte (s) requerente, fl. 05 e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

220 - 0003910-04.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.003910-7

Réu: Rodrigo Sampaio Albuquerque

Arquive-se com as baixas já determinadas. Cumpra-se. Boa Vista, 06/05/15. Patrícia Oliveira dos Reis-Juíza Substituta

Nenhum advogado cadastrado.

221 - 0005230-89.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.005230-8

Réu: Erickson Fernandes de Sousa

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte (s) requerente, fl. 06 e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

222 - 0006314-28.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.006314-9

Indiciado: R.F.S.F.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as anteriormente certificadas, determino: Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM

Nenhum advogado cadastrado.

223 - 0010783-20.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.010783-9

Réu: Wescley do Nascimento Marques

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as ulteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte(s) requerente e requerido, fl. 03 e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente e requerido, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumpram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

224 - 0011245-74.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011245-8

Réu: A.S.V.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as ulteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte(s) requerente e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerente, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumpram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

225 - 0011255-21.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.011255-7

Réu: J.A.M.

Feito sentenciado e transitado em julgado em audiência (fls. 13/13-v). O requerido não foi citado para ação, portanto, desnecessários os atos e trâmites realizados às fls. 19 e seguintes quanto às diversas tentativas de sua intimação do ato terminativo proferido. Dessarte, ARQUIVE-SE O FEITO, com as baixas já determinadas. Publique-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

226 - 0012677-31.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.012677-1

Réu: Jose Tancredo da Silva Simão.

Trata-se de feito já sentenciado. Relativamente aos expedientes de intimação das partes acerca da sentença proferida, considerando as informações já constantes dos autos e as ulteriormente certificadas, determino: Realizem-se tentativas de contato telefônico com a(s) parte(s) requerida, fl. 19 e solicite-se a esta(s) comparecer ao juízo, no prazo de até 05 (cinco) dias, para tomar ciência da decisão final proferida. Certifique-se. Aguarde-se. Não comparecendo a(s) parte(s), mas obtidos os dados atuais de localização desta(s), renove(m)-se o(s) respectivo(s) mandado(s) de intimação nos autos. Não havendo novos dados, nem comparecimento da(s) parte(s), certifique-se. Expeça-se Edital de intimação, por prazo de 20 (vinte) dias, a(s) parte(s) requerida, pois frustradas as diligências/tentativas de intimação pessoal já enviadas nos autos. Cumpram-se os demais encargos da sentença proferida, eventualmente pendentes, e ARQUIVE-SE, com as anotações e baixas determinadas/devidas. Boa Vista/RR, 06/05/2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

227 - 0016519-19.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.016519-1

Réu: J.P.S. e outros.

Por ora, considerando as informações consignadas na certidão lavrada por pessoal técnico de apoio do juízo, anexada à contracapa dos autos, determino: Junte-se a certidão referida; Aguarde-se, em Secretaria, o comparecimento da requerente, por prazo na certidão mencionado. Comparecendo a requerente, certifique-se e se encaminhe esta à Defensoria Pública em sua assistência, para a regular manifestação nos

autos. Certifique-se. Não comparecendo a requerente, igualmente certifique-se; abra-se nova vista ao referido órgão de assistência, para os requerimentos que entender pertinentes. Após, nova conclusão, para deliberação. Antes, porém, certifique-se acerca de eventual registro de novo fato/feito no juízo envolvendo as partes. Cumpra-se. Boa Vista, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

228 - 0019379-90.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.019379-7

Réu: Francelino do Lima Raposo

Trata-se de feito já sentenciado, com sentença de revogação das medidas protetivas deferidas. A requerente já foi intimada pessoalmente, bem como o Ministério Público e a Defensoria Pública, atuantes no juízo. Não há qualquer prejuízo de se prescindir da intimação do requerido, pois não houve imposição de obrigação àquele, máxime que não foi chamado para a ação, muito embora tenha sido determinado se intimá-lo, contudo, à época da prolação da sentença, por ainda não constar dos autos a informação de cumprimento negativo do ato de seu chamamento. Dessarte, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar TÃO SOMENTE O SEU ARQUIVAMENTO, após o cumprimento de encargos outros, eventualmente pendentes, com as baixas e anotações devidas. Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS- Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVDFCM
Nenhum advogado cadastrado.

229 - 0000572-85.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000572-5

Réu: A.S.L.

Cumpra-se Decisão lançada nesta data nos autos apensos, nº 0010.15.001056-8, imediatamente. Boa Vista, 04/05/15. Patrícia Oliveira dos Reis, Juíza Substituta.
Nenhum advogado cadastrado.

230 - 0009144-30.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009144-4

Réu: Elimilton Castro Oliveira

(..) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido e APLICO em desfavor do ofensor, e independentemente de sua ouvida prévia (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A RESIDÊNCIA, O LOCAL DE TRABALHO, E OUTRO DE USUAL FREQUENTÇÃO DA OFENDIDA; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. INDEFIRO o pedido de prestação de alimentos provisionais ou provisórios, ante a falta elementos para análise dessas matérias em sede de medidas protetivas de urgência, devendo a requerente pleiteá-los em juízo apropriado, (ou na Vara de Família ou na Vara da Justiça Itinerante), onde deverá regularizar, com a máxima urgência, a guarda e as visitas quanto ao filho menor, de forma definitiva, buscando, se necessário, auxílio da Defensoria Pública. Frise-se que a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações relativas a direito de família ser, mesmo, processadas e julgadas pelas Varas de Família (Enunciado FONAVID N.º 3). Até à solução das questões acima pelo juízo competente, as partes deverão tomar as cautelas necessárias no caso de eventual visitação do requerido ao filho menor, interpondo-se familiares ou pessoas conhecidas para fazê-lo, de modo que as tratativas neste âmbito das relações familiares não interfiram na efetividade da cautela ora aplicada. As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se mandado de intimação pessoal para fins de intimação do ofensor, para o cumprimento de Medidas Protetivas (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1), notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06). DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AO AGRESSOR, DE QUE, CASO DESCUMPRIR QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTES DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÁ SER PRESO EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUA PRISÃO PREVENTIVA (ART. 20, DA LDM C/C ART.

313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06 CC Enunciado FONAVID N.º 9), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Ressalve-se que deverá a requerente, todavia, comunicar ao juiz, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perdesse medida quando não se verificar sua necessidade, devendo comparecer a este juízo para tanto. Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar do requerido, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com este, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juiz, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, de seus dependentes e demais familiares. Tendo em vista que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, pendente situação envolvendo filho menor das partes, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica; que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD), determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação da ofendida, do ofensor e filho menor envolvido, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Junte-se nos autos o relatório do estudo de caso determinado, tão logo seja este apresentado em Secretaria. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 05 de Maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º - JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

231 - 0009150-37.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.009150-1

Réu: Lindolfo de Holanda Bessa

(...) ISTO POSTO, com base nos artigos 7.º, caput e incisos e 22, caput e incisos, e mais dispositivos da lei de proteção à mulher, o pedido e APLICO em desfavor dos ofensores, e independentemente de suas ouvidas prévias (art. 19, § 1.º, da lei em aplicação), as seguintes medidas protetivas de urgência: RESTRIÇÃO DO USO/PORTE DE ARMA DE FOGO, ESTRITAMENTE AO DEVER FUNCIONAL, E SOB A RESPONSABILIDADE, CONDIÇÕES E REGULAMENTAÇÃO DA UNIDADE/COMANDO MILITAR A QUE SE ENCONTRA VINCULADO, nos termos do art. 22, I, § 2º, da Lei nº 11.340/06, À VISTA DE SER O REQUERIDO POLICIAL MILITAR. AFASTAMENTO DO REQUERIDO DO LOCAL DE CONVIVÊNCIA COM A OFENDIDA, COM RETIRADA DE APENAS PERTENCEN PESSOAIS SEUS, se certificando o(a) Sr.(a) Oficial de Justiça de que tais pertencentes não são os de uso pessoal e profissional da requerente (tais como computadores de mesa, notebook, e equipamentos outros a serem declarados por aquela como necessários ou de uso/desempenho de suas funções de assessora parlamentar), aos quais esta deve ter livre acesso; RECONDUÇÃO DA OFENDIDA AO LAR (QUER SE ENCONTRA ABRIGADA NA CASA DE SUA GENITORA), APÓS A RETIRADA DO AGRESSOR DO LOCAL, NA FORMA ACIMA; PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, OBSERVADO O LIMITE MÍNIMO DE DISTÂNCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS; PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR A RESIDÊNCIA, O LOCAL

DE TRABALHO, E OUTRO DE USUAL FREQUENTÇÃO DA OFENDIDA; RESTRIÇÃO DE VISITAS AOS FILHOS MENORES, OU SEJA, AS VISITAS FICAM PERMITIDAS, MAS SOMENTE COM A INTERMEDIAÇÃO DE ENTES FAMILIARES, OU PESSOA CONHECIDA DAS PARTES; PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA, POR QUALQUER MEIO DE COMUNICAÇÃO. Ressalve-se que a medidas de afastamento do requerido do local em comum de convivência é de cunho acautelatório, devendo as partes, com a urgência que o caso requer, buscar a solução das questões cíveis de direito de família (patrimoniais e adstritas aos interesses dos filhos menores em comum, tais como alimentos, guarda e visitação, etc., de forma definitiva) no juízo apropriado (Vara de Família ou Vara da Justiça Itinerante), procurando, se o caso, auxílio da Defensoria Pública. Frise-se que a competência cível dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que é restrita às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha, devendo as ações relativas a direito de família ser, mesmo, processadas e julgadas pelas Varas de Família (Enunciado FONAVID N.º 3). As medidas protetivas concedidas à ofendida perdurarão até final decisão no Inquérito Policial ou na correspondente ação penal que vier a ser instaurada, salvo eventual revogação, neste ou em procedimento conexo, sendo que a aproximação ora proibida poderá ocorrer apenas com a intermediação de equipe multidisciplinar, do Juizado ou dos programas de assistência à mulher. Expeça-se mandado para fins de intimação pessoal do requerido quanto as Medidas Protetivas (Port. n.º 002/2011 do Juízo - item 5.1.1), notificando-o para o integral cumprimento da presente decisão, cujo mandado deve ser cumprido por Oficial de Justiça, se necessário com o auxílio da força policial, que de logo requisito, independentemente de expedição de ofício requisitório específico, para dar efetividade às medidas protetivas referidas (art. 22, § 3º, da Lei 11.340/06), devendo o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, inclusive, e sendo necessário, solicitar apoio ao Comando-Geral da PM, ou à autoridade imediata a que se encontra o requerido (TC PM) vinculado. DO MANDADO DEVERÁ CONSTAR A ADVERTÊNCIA AOS AGRESSORES, DE QUE, CASO DESCUMPRIR QUALQUER UMA DAS MEDIDAS CONSTANTE DA PRESENTE DECISÃO JUDICIAL PODERÃO SER PRESOS EM FLAGRANTE DELITO DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330, DO CP), BEM COMO PODERÁ SER DECRETADA SUAS PRISÕES PREVENTIVA (ART. 20, DA LDM C/C ART. 313, III, DO CPP), SEM PREJUÍZO DA APLICAÇÃO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS. Ainda do mandado de intimação do agressor, constará a advertência/citação para, querendo, apresentar defesa nos autos de medida protetiva, no prazo de 05 (cinco) dias, bem como que, em caso de ausência de manifestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos pela ofendida alegados (arts. 802 e 803, do CPC). À vista da medida de afastamento do infrator do local de comum convívio com a ofendida, intime-o, por fim, para fornecer endereço onde poderá ser localizado para os atos processuais, fazendo-se consignar pelo(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça. Consigne-se o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, ao cumprir/efetivar a medida determinada nos itens 2 e 3, nos termos integrais desta decisão, sendo que NOS CASOS DE DILIGÊNCIA CUMPRIDA SEM ÊXITO deverá devolver o mandado cumprido na Secretaria do juízo, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, apresentando certidão circunstanciada nos autos, para as providências adequadas por parte do juízo. Intime-se a ofendida desta decisão, pelo meio mais rápido (art. 21, da Lei 11.340/06 cc Enunciado FONAVID N.º 9), bem como a notifique de que, caso queira, poderá ser encaminhada à Defensoria Pública do Estado que atua neste Juizado Especializado, para sua assistência (arts. 18, II e 28, mesma lei), advertindo-a de que em caso de eventual desistência renúncia à representação, esta deverá ocorrer perante o juiz, em audiência a ser realizada independentemente de prévia designação, antes do recebimento da denúncia ofertada pelo Ministério Público (art. 16, da Lei n.º 11.340/06). Deve o(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, ainda, advertir a requerente de que esta deverá, todavia, comunicar ao juiz, imediatamente, a mudança de situação de risco, no caso de não mais necessitar das medidas aplicadas, para que não se perdesse medida quando não se verificar sua necessidade. Ainda da intimação acima, faça-se advertir a requerente de que, por sua vez, não deverá entrar em contato ou se aproximar dos requeridos, nem permitir, ou de alguma forma dar causa, a aproximação ou contato com estes, enquanto vigorar a presente decisão, salvo com autorização e condições prévias estabelecidas pelo juízo, na forma desta decisão, quando houver extrema necessidade, e somente com a intermediação de pessoal técnico da equipe multidisciplinar do juízo ou dos programas da rede de atendimento e assistência à mulher em situação de violência doméstica, sob pena de perda imediata da eficácia das medidas aplicadas, e de fazer surgir nova situação de risco à sua própria integridade física, de seus dependentes e demais familiares. Considerando que para a aplicação de medidas protetivas por parte do juízo há que se considerar os fins sociais a que a Lei se destina (art. 4.º, LVD), e que, no caso, se verifica situação envolvendo os filhos menores, em que há necessidade de esclarecimento da situação real, qual seja: o contexto social/familiar da violência doméstica e suposta dependência alcoólica do requerido;

que compete à Equipe de Atendimento Multidisciplinar, entre outras atribuições legais, fornecer subsídios por escrito ao juiz, bem como desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares (art. 30, LVD); considerando, por fim, o entendimento firmado nos Enunciados FONAVID N.ºs 16 e 30, determino: Encaminhe-se o caso à Equipe Multidisciplinar do juízo, para a realização de estudo de caso acerca da situação dos ofendidos e do ofensor, procedendo-se os necessários atendimentos, orientações, encaminhamentos e demais encargos ora referidos, fornecendo-se relatório técnico em juízo, no prazo de até 30 (trinta) dias. Cientifique-se o Ministério Público. Oficie-se ao Comando-Geral da Polícia Militar no Estado, encaminhando cópia desta decisão para conhecimento e adoções que se fizerem necessárias em face dos fatos narrados, bem como à necessária efetivação da medida restritiva de porte/uso de arma de fogo por parte do requerido, na forma desta decisão (item 1), nos termos da Lei nº 10.826/03. Fica o(a) oficial(a) de justiça autorizado(a) a proceder às diligências a seu cargo com as prerrogativas do art. 172, do CPC, na forma dos arts. 13 e 14, parágrafo único, da Lei 11.340/06, cabendo à autoridade policial a que for apresentado prestar assistência requerida, declarando por termo eventual recusa. Cumprido o mandado pelo oficial de justiça, e decorrido o prazo de resposta, sem manifestação, certifique-se, e venham-me conclusos os autos. Havendo manifestação, proceda-se o trâmite regular. Publique-se. Junte-se nos autos o relatório do estudo de caso determinado, tão logo seja este apresentado em Secretaria. Cumpra-se, com urgência, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

Prisão em Flagrante

232 - 0007087-39.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.007087-7

Réu: Franque Augustinho

Trata-se de comunicação ao juízo de auto de prisão em flagrante, em que já houve apreciação judicial, tendo a prisão flagrante sido homologada, permanecendo-se o arbitramento de fiança imposta pela autoridade policial, sem, contudo, ter havido o recolhimento por parte infrator, conforme decisão de fl. 21. Destarte, abra-se vista ao MP, para manifestação, acerca da necessidade da manutenção/conversão da prisão do infrator. Cumpra-se imediatamente. Boa Vista, 06 de maio de 2015. PATRÍCIA OLIVEIRA DOS REIS-Juíza Substituta respondendo pelo 1.º JVD/FCM

Nenhum advogado cadastrado.

Juizado Esp.criminal

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Antônio Augusto Martins Neto

PROMOTOR(A):

André Paulo dos Santos Pereira

Anedilson Nunes Moreira

Carla Cristiane Pipa

Carlos Alberto Melotto

Cláudia Parente Cavalcanti

Erika Lima Gomes Michetti

Hevandro Cerutti

Ilaine Aparecida Pagliarini

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Paulo Diego Sales Brito

Silvio Abbade Macias

Ulisses Moroni Junior

Valdir Aparecido de Oliveira

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(À):

Larissa de Paula Mendes Campello

Ação Penal - Sumaríssimo

233 - 0207353-52.2009.8.23.0010

Nº antigo: 0010.09.207353-4

Indiciado: A.R.C.

Do exposto, DECLARO, em face da prescrição da pretensão punitiva, extinta a punibilidade de ANDRÉ RARRIS DA CRUZ, quanto ao delito tipificado no art. 147 do CPB, com base no artigo 107, IV, do Código Penal. Publique-se e registre-se. Intime-se o Ministério Público e DPE. Intime-se apenas pela publicação no DJE. Após o trânsito em julgado, deem-se as baixas necessárias, devendo o processo prosseguir apenas quanto ao crime de desacato.

Boa Vista, RR, 7 de maio de 2015. ANTONIO AUGUSTO MARTINS NETO. Juiz de Direito

Advogado(a): Elcianne V de Souza Girard

1ª Vara da Infância

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Parima Dias Veras

PROMOTOR(A):

Ademir Teles Menezes

Erika Lima Gomes Michetti

Janaina Carneiro Costa Menezes

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Luiz Carlos Leitão Lima

Márcio Rosa da Silva

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(À):

Terciane de Souza Silva

Exec. Medida Socio-edu

234 - 0001740-59.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.001740-0

Executado: Criança/adolescente

Competência declinada à Comarca de São Luiz-RR. ** AVERBADO **

Nenhum advogado cadastrado.

235 - 0006518-72.2014.8.23.0010

Nº antigo: 0010.14.006518-5

Executado: Criança/adolescente

Sentença: Vistos etc. Acolho o parecer ministerial de fl. 60, como razões de decidir, para determinar a extinção da MSE imposta. Expedientes necessários. P.R.I.C. Boa Vista/RR, 28.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito.

Nenhum advogado cadastrado.

Guarda

236 - 0000456-79.2015.8.23.0010

Nº antigo: 0010.15.000456-1

Autor: M.R.M.S.

Réu: R.S.F.M.S. e outros.

Despacho: Autos disponíveis em cartório para manifestação quanto ao laudo de f.34/37. Erasmo Hallysson S. de Campos Juiz de Direito. Boa Vista-RR, 06 de maio de 2015.

Advogados: Francisco Francelino de Souza, Rhonie Hulek Linário Leal, Paulo Marcos Leitão Costa

1ª Vara da Infância

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Parima Dias Veras

PROMOTOR(A):

Ademir Teles Menezes

Erika Lima Gomes Michetti

Janaina Carneiro Costa Menezes

Jeanne Christhine Fonseca Sampaio

Luiz Carlos Leitão Lima

Márcio Rosa da Silva

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(À):

Terciane de Souza Silva

Exec. Medida Socio-edu

237 - 0015860-78.2012.8.23.0010

Nº antigo: 0010.12.015860-4

Executado: I.H.C.O.

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito

Nenhum advogado cadastrado.

238 - 0007571-25.2013.8.23.0010

Nº antigo: 0010.13.007571-5

Executado: A.C.O.

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

239 - 0012366-74.2013.8.23.0010
Nº antigo: 0010.13.012366-3
Executado: Criança/adolescente

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

240 - 0012604-93.2013.8.23.0010
Nº antigo: 0010.13.012604-7
Executado: Criança/adolescente

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

241 - 0001903-39.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.001903-4
Executado: Criança/adolescente

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

242 - 0001961-42.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.001961-2
Executado: W.A.L.

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

243 - 0006510-95.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.006510-2
Executado: Criança/adolescente

Sentença: (...) Diante disso, acolho a manifestação ministerial e declaro extinta a medida socioeducativa. Cópia servirá como guia de desligamento. Após as formalidades processuais, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Boa Vista RR, 29.04.2015. ERASMO HALLYSSON SOUZA DE CAMPOS. Juiz de Direito
Nenhum advogado cadastrado.

Vara Itinerante

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A):
Ademar Loiola Mota
Ademir Teles Menezes
André Paulo dos Santos Pereira
Rogerio Mauricio Nascimento Toledo
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
ESCRIVÃO(Ã):
Luciana Silva Callegário

Cumprimento de Sentença

244 - 0006440-44.2015.8.23.0010
Nº antigo: 0010.15.006440-9
Autor: Vandealdo Soares de Oliveira

Réu: Dayana Figueiredo Bednarczuk

Intime-se a parte autora, por seu procurador, para juntar o original da procuração juntada em fl. 06, no prazo de 05 dias, sob pena de indeferimento da inicial.

Em, 5 de maio de 2015.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogados: Cecília Smith Lorenzom, Thiago Pasqualotto Silva

Execução de Alimentos

245 - 0009589-82.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.009589-3
Executado: M.A.P.R.
Executado: R.R.R.M.
(...) Ex positis, supedaneado no citado art. 267, III, do CPC, julgo extinto o presente feito. Após o trânsito em julgado, archive-se. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado.
Sem custas.
P.R.I.

Boa Vista (RR), 05 de maio de 2015.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Ernesto Halt

Homol. Transaç. Extrajudi

246 - 0008904-75.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.008904-5
Requerido: Elizeu da Silva Marques
Requerido: Carlos Alberto Soares de Araujo
HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência retro (fls. 35), o que faço com base no art. 267, inc. VIII e art. 322, ambos do CPC, na forma do art. 459, do mesmo CPC, extinto o processo sem resolução de mérito e revogada eventual liminar.

Custas pela parte requerente, de exigibilidade condicionada ao disposto no art. 12, da Lei 1.060/50, caso seja beneficiária da assistência judiciária gratuita.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Diligências necessárias e oportuno arquivamento.

Boa Vista, 05 DE MAIO DE 2015.

ERICK LINHARES
Juiz de Direito
Advogado(a): Elceni Diogo da Silva

Vara Execução Medida

Expediente de 07/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Alexandre Magno Magalhaes Vieira
PROMOTOR(A):
Anedilson Nunes Moreira
Ricardo Fontanella
ESCRIVÃO(Ã):
Roseane Silva Magalhaes

Execução da Pena

247 - 0012043-35.2014.8.23.0010
Nº antigo: 0010.14.012043-6
Sentenciado: João Ramalho da Silva Teles
DESPACHO

Defiro a cota Ministerial de fl. 50 (verso). Encaminhe-se cópia da sentença de fls. 48/49 ao DETRAN para cumprimento do disposto art. 160 do Código de Trânsito Brasileiro.
Após, cumpridas as demais diligências determinadas na sentença, arquivem-se os autos com as anotações necessárias.

Boa Vista/RR, 16 de abril de 2015.
Advogado(a): Marco Antônio da Silva Pinheiro

Comarca de Caracarai

Cartório Distribuidor

Infância e Juventude

Juiz(a): Claudio Roberto Barbosa de Araujo

Med. Prot. Criança Adoles

001 - 0000158-57.2015.8.23.0020

Nº antigo: 0020.15.000158-2

Autor: M.P.

Criança/adolescente: Criança/adolescente e outros.

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015. AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO/JULGAMENTO: DIA 17/06/2015, ÀS 15:00 HORAS.

Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Vara Criminal

Expediente de 05/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Claudio Roberto Barbosa de Araujo

PROMOTOR(A):

André Luiz Nova Silva

Rafael Matos de Freitas

Silvio Abbade Macias

ESCRIVÃO(Ã):

Sandro Araújo de Magalhães

Prisão em Flagrante

002 - 0000154-20.2015.8.23.0020

Nº antigo: 0020.15.000154-1

Réu: Jandson Silva Magalhaes

Vistos etc.

Cuida-se de Prisão em Flagrante de Jadson Silva Magalhães como incurso, em tese, nas penas do art.33, da Lei 11.343/2006, ambos do CPB.

É o sucinto relatório.

Fundamento. Decido.

O auto de prisão em flagrante foi lavrado com a presença da autoridade policial, do condutor, das testemunhas, e, por fim, realizado o interrogatório do acusado.

Ademais, o condutor, as testemunhas, e o acusado foram ouvidos nesta ordem a assinaram o auto. O acusado ainda, foi qualificado e assinou nota de ciência das garantias constitucionais, além de receber a respectiva nota de culpa. O Flagranteado foi preso na data de 24.04.2015 e apresentado o flagrante ao Judiciário na data de 25.04.2015, embora em outra Comarca, o prazo foi obedecido. Assim, verificada a legalidade da prisão e o preenchimento das formalidades legais da lavratura, homologo o auto de prisão em flagrante.

Os documentos acostados aos autos evidenciam a existência material do evento, havendo suficientes indícios de autoria a teor das palavras das testemunhas, da vítima e interrogatório do acusado.

Entendo não estarem presentes os requisitos para relaxamento do flagrante, muito menos para concessão de Liberdade Provisória com ou sem fiança, bem como aplicação de medidas cautelares, em face da ineficiência das medidas para elidirem a prática de novo delito e a pena cominada em abstrato ao presente delito.

Mantendo a segregação cautelar do acusado para a garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, vez que presentes os motivos autorizadores do art. 312, do CPP.

Desta forma, converto a prisão em flagrante do acusado Jadson Silva Magalhães em PREVENTIVA por força dos arts. 311, 312 e 313 do CPP, para garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal. Publique-se. Registre-se.

Serve a presente decisão como Mandado de Prisão, comunique-se ao estabelecimento penal.

Ciência à DPE e ao MP.

Após traslados devidos, arquivem-se.

Caracarai/RR, 05 de maio de 2015.

Cláudio Roberto Barbosa de Araújo

Juiz Titular da Comarca

Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Claudio Roberto Barbosa de Araujo

PROMOTOR(A):

André Luiz Nova Silva

Rafael Matos de Freitas

Silvio Abbade Macias

ESCRIVÃO(Ã):

Sandro Araújo de Magalhães

Adoção C/c Dest. Pátrio

003 - 0000450-47.2012.8.23.0020

Nº antigo: 0020.12.000450-0

Autor: M.P.

Réu: C.B.S. e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 27/05/2015 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Med. Prot. Criança Adoles

004 - 0000208-20.2014.8.23.0020

Nº antigo: 0020.14.000208-8

Criança/adolescente: Criança/adolescente

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 27/05/2015 às 11:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Mucajai

Índice por Advogado

000725-RR-N: 001

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:

Bruno Fernando Alves Costa

PROMOTOR(A):

Kleber Valadares Coelho Junior

Masato Kojima

Pollyanna Agueda Procópio de Oliveira

Rogério Mauricio Nascimento Toledo

ESCRIVÃO(Ã):

Rafaelly da Silva Lampert

Remoç/modif/disp Tutor

001 - 0002656-82.2004.8.23.0030

Nº antigo: 0030.04.002656-6

Autor: M.P.E.R.

Réu: M.V.A.P.

Intime-se o advogado, inscrito na OAB sob número 000725RR, Dr(a). SÉRGIO CORDEIRO SANTIAGO para devolução dos autos à Secretaria no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/MG.

Advogado(a): Sérgio Cordeiro Santiago

Comarca de Rorainópolis

Índice por Advogado

001167-AM-N: 001
005076-AM-N: 001
006074-AM-N: 001
000249-RR-N: 013
000297-RR-N: 005
000317-RR-B: 001, 008, 013
000330-RR-B: 003, 008
000354-RR-A: 008
000369-RR-A: 007
000412-RR-N: 015
000421-RR-N: 013
000741-RR-N: 001, 006, 014
131517-SP-N: 012
149519-SP-N: 012
150513-SP-N: 006, 008
151055-SP-N: 012
212016-SP-N: 009

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(Ã):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Imissão Na Posse

001 - 0001591-54.2011.8.23.0047
Nº antigo: 0047.11.001591-5
Autor: Franciso Araujo da Silva
Réu: Francisco Alencar do Nascimento
Intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 48 horas, manifestar o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo, na forma do Art. 267, § 2º do Código de Processo Civil.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogados: Jorge Secaf Neto, Eduardo Bonates de Lima, Andrei Farias de Barros, Paulo Sergio de Souza, Tiago Cícero Silva da Costa

Embargos à Execução

002 - 0000279-04.2015.8.23.0047
Nº antigo: 0047.15.000279-9
Autor: Inss
Réu: João Pereira Lacerda
Certifique-se a tempestividade dos presentes Embargos à Execução. Constatada a tempestividade, cite-se o embargado para, querendo, impugnar os presentes embargos, no prazo legal.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis

Nenhum advogado cadastrado.

Procedimento Ordinário

003 - 0000670-61.2012.8.23.0047
Nº antigo: 0047.12.000670-6
Autor: Elmiro José de Carvalho
Réu: Inss
DESPACHO

Aquie-se.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogado(a): Jaime Guzzo Junior

004 - 0000681-90.2012.8.23.0047
Nº antigo: 0047.12.000681-3
Autor: João Pereira de Lacerda
Réu: Inss

Consta neste Juízo, distribuída sob o nº 047.15.000279-9, embargos à execução, onde o Embargante, ora requerido nos presentes autos, pugna pela declaração de nulidade do título executivo judicial face a vício na citação.

Em que pesem os Embargos à Execução não veicular entre seus pedidos a atribuição de efeito suspensivo, entendo prudente, por tratar-se o presente feito de execução contra autarquia federal visando o pagamento de valores cujo título executivo pode vir a ser declarado nulo, decretar a suspensão deste processo até a resolução da lide constante dos autos nº 047.15.000279-9.

Cumpra-se.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Nenhum advogado cadastrado.

Inventário

005 - 0000268-77.2012.8.23.0047
Nº antigo: 0047.12.000268-9
Autor: Natalina da Silva Pereira
Réu: Maria Francisca da Silva Pereira e outros.
DESPACHO

Determino ao Oficial de Justiça Avaliador que proceda a avaliação dos bens do espólio, nos termos do Art. 1003 do Código de Processo Civil. Apresentado o Laudo de avaliação dos bens do espólio pelo Avaliador, intem-se os herdeiros para impugnar.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogado(a): Cosmo Moreira de Carvalho

Procedimento Ordinário

006 - 0007421-40.2007.8.23.0047
Nº antigo: 0047.07.007421-7
Autor: E.P.L.
Réu: V.A.S.
DESPACHO

Oficie-se ao INCRA solicitando informações acerca do imóvel objeto da lide, encaminhando os documentos necessários à correta identificação do bem.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogados: Tiago Cícero Silva da Costa, Elizane de Brito Xavier

007 - 0000671-80.2011.8.23.0047
Nº antigo: 0047.11.000671-6
Autor: Maria Felicino da Silva
Réu: Inss
DESPACHO

Vista ao Requerido, para no prazo de 10 (dez) dias, comprovar a implantação do benefício, conforme determinação de fls. 97/98.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogado(a): Fernando Fávoro Alves

008 - 0001080-56.2011.8.23.0047

Nº antigo: 0047.11.001080-9

Autor: Marcia de Farias Teixeira Figueiredo

Réu: Banco do Brasil e outros.

DESPACHO

Intimem-se as partes, para no prazo comum de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da devolução da carta precatória de fls. 127/132.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogados: Paulo Sergio de Souza, Jaime Guzzo Junior, Gustavo Amato Pissini, Elizane de Brito Xavier

009 - 0001590-06.2010.8.23.0047

Nº antigo: 0047.10.001590-9

Autor: Olindina Maria de Carvalho

Réu: Inss

DESPACHO

Intimem-se as partes acerca da devolução dos autos da instância superior, para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias.
Decorrido o prazo, sem manifestação das partes, remetam-se os autos ao arquivo.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Advogado(a): Fernando Fávoro Alves

Vara Criminal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(A):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Ação Penal Competên. Júri

010 - 0000708-05.2014.8.23.0047

Nº antigo: 0047.14.000708-0

Réu: Josiel Lima dos Passos e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 25/05/2015 às 10:00 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Liberdade Provisória

011 - 0000208-02.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000208-8

Réu: Jorgiete Ferreira de Araujo

10. Ante o exposto, em consonância com o r. parecer ministerial, indefiro o pedido de revogação da prisão preventiva, ainda que mediante aplicação de mediante medidas cautelares diversas da prisão, de JORGIE FERREIRA DE ARAÚJO, já qualificada, extinguindo o feito (CPC, art. 269, I).11. Extraia-se cópia desta, juntado-a aos autos do processo principal (0047.14.000678-5), arquivando-se o processo.12. P.R.I.Rorainópolis, 28 de abril de 2015.Juiz EVALDO JORGE LEITE
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

012 - 0000107-62.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000107-2

Réu: Heiron Martins de Oliveira

PUBLICAÇÃO: Audiência designada para 04/08/2015, às 10h00min.

Advogados: Eduardo Moretti, Fábio Eduardo Taccola Lima, Cilmara Silva Duarte

Ação Penal

013 - 0009593-81.2009.8.23.0047

Nº antigo: 0047.09.009593-7

Réu: Antonio Garcia de Araújo e outros.

Vista ao MP. Em 06/05/2015. Evaldo Jorge Leite. Juiz

Advogados: Fernando Pinheiro dos Santos, Paulo Sergio de Souza, Ataliba de Albuquerque Moreira

014 - 0000349-89.2013.8.23.0047

Nº antigo: 0047.13.000349-5

Réu: Antonio Pereira da Silva

PUBLICAÇÃO: Audiência Instrução e Julgamento designada para o dia 05/08/2015, às 08h20min.

Advogado(a): Tiago Cícero Silva da Costa

015 - 0000162-13.2015.8.23.0047

Nº antigo: 0047.15.000162-7

Réu: A.G.R.

Aguarde-se audiência. Em 06/05/2015. Evaldo Jorge Leite. Juiz

Advogado(a): Irene Dias Negreiro

Juizado Criminal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(A):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Termo Circunstanciado

016 - 0000992-81.2012.8.23.0047

Nº antigo: 0047.12.000992-4

Indiciado: E.V.S.

DESPACHO

Designo o dia 13/08/2015, às 08:20h, para realização de audiência preliminar.

Intime-se o Autor do fato, via AR, no endereço informado às fls. 36-verso.

Notifiquem-se ao Ministério Público e a DPE.

Expediente de praxe.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Cicero Renato Pereira Albuquerque
PROMOTOR(A):
Kleber Valadares Coelho Junior
Lucimara Campaner
Muriel Vasconcelos Damasceno
ESCRIVÃO(A):
Wemerson de Oliveira Medeiros

Boletim Ocorrê. Circunst.

017 - 0000129-91.2013.8.23.0047

Nº antigo: 0047.13.000129-1

Indiciado: E.P.C.

DESPACHO

Designo o dia 13/08/2015, às 08:40h, para realização de audiência de justificação.

Intime-se a menor infratora e seus responsáveis legais, no endereço de fls. 56.

Notifiquem-se ao Ministério Público e a DPE.
Expediente de praxe.

Rorainópolis (RR), 06 de maio de 2015.

Juiz Evaldo Jorge Leite
Respondendo pela Comarca de Rorainópolis
Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de São Luiz do Anauá

Índice por Advogado

000245-RR-B: 003
000264-RR-N: 004
000268-RR-B: 003, 004
000330-RR-B: 003
000356-RR-A: 004
000693-RR-N: 002
000809-RR-N: 004
000829-RR-N: 012
001058-RR-N: 012

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Sissi Marlene Dietrich Schwantes

Carta Precatória

001 - 0000233-73.2015.8.23.0060
Nº antigo: 0060.15.000233-9
Réu: Cleidson Garcia Ribeiro
Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.
Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrich Schwantes
PROMOTOR(A):
Renato Augusto Ercolin
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Ã):
Anderson Sousa Lorena de Lima

Cumprimento de Sentença

002 - 0001478-76.2002.8.23.0060
Nº antigo: 0060.02.001478-7
Autor: União (fazenda Nacional)
Réu: Valdivino Ferreira de Souza e outros.
"...Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a exceção. P.R.I. São Luiz do Anauá, 06 de maio de 2015. SISSI MARLENE DIETRICH SCHWANTES Juíza de Direito"
Advogado(a): Algacir Dallagassa

Procedimento Ordinário

003 - 0000313-42.2012.8.23.0060
Nº antigo: 0060.12.000313-6

Autor: Rosivaldo Pereira de Souza

Réu: o Município de Caroebe e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 10/06/2015 às 09:00 horas. Designo Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10 de junho de 2015, às 09h. Intimen-se as partes, as quais deverão trazer as testemunhas. São Luiz, 29/04/2015. Sissi M.D. Schwantes, Juíza de Direito.

Advogados: Edson Prado Barros, Michael Ruiz Guara, Jaime Guzzo Junior

004 - 0000542-02.2012.8.23.0060

Nº antigo: 0060.12.000542-0

Autor: Francisco Claudio Ribeiro da Silva

Réu: Município de Caroebe

"...Pelo expendido, rejeito os presentes Embargos de Declaração porque IMPROCEDENTES, para manter a decisão atacada tal qual foi lançada no processo pelos seus próprios fundamentos. P.R.I. São Luiz do Anauá, 06 de maio de 2015. SISSI MARLENE DIETRICH SCHWANTES Juíza de Direito"

Advogados: Alexandre Cesar Dantas Socorro, Michael Ruiz Guara, Rogiany Martins, William Souza da Silva

Vara Criminal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrich Schwantes
PROMOTOR(A):
Renato Augusto Ercolin
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(Ã):
Anderson Sousa Lorena de Lima

Ação Penal

005 - 0000015-45.2015.8.23.0060

Nº antigo: 0060.15.000015-0

Réu: Luiz Eduardo Silva de Macedo

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 11/06/2015 às 14:00 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

006 - 0000230-21.2015.8.23.0060

Nº antigo: 0060.15.000230-5

Réu: Elton de Souza Andrade

Conflito de competência suscitado. ** AVERBADO **
Nenhum advogado cadastrado.

Med. Protetivas Lei 11340

007 - 0000044-95.2015.8.23.0060

Nº antigo: 0060.15.000044-0

Réu: Carlos André Bispo da Silva

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 27/05/2015 às 15:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

008 - 0000418-48.2014.8.23.0060

Nº antigo: 0060.14.000418-9

Réu: Nilson Lopes de Almeida

Audiência de JUSTIFICAÇÃO designada para o dia 27/05/2015 às 15:45 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

009 - 0000200-83.2015.8.23.0060

Nº antigo: 0060.15.000200-8

Réu: Jose Valdeane Portela Pereira

Conflito de competência suscitado. ** AVERBADO **
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

010 - 0000696-83.2013.8.23.0060

Nº antigo: 0060.13.000696-2

Réu: Apolinário Macedo dos Santos e outros.

Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 27/05/2015 às 08:45 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Vara de Execuções

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Sissi Marlene Dietrich Schwantes
PROMOTOR(A):
Renato Augusto Ercolin
Silvio Abbade Macias
Soraia Andreia de Azevedo Cattaneo
Valmir Costa da Silva Filho
ESCRIVÃO(A):
Anderson Sousa Lorena de Lima

Execução da Pena

011 - 0000080-11.2013.8.23.0060

Nº antigo: 0060.13.000080-9

Sentenciado: Osvaldo Campelo da Silva

"...Posto isso, em consonância total com a Defesa e parcial com o "Parquet", DEFIRO a PROGRESSÃO DE REGIME de cumprimento de pena do reeducando Osvaldo Campelo da Silva, do SEMIABERTO para o ABERTO, nos termos do art. 112 da Lei de Execução Penal, e, pela razão acima, DETERMINO que passe a cumprir sua pena em PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR. O reeducando deverá: a) fornecer à direção do estabelecimento prisional o endereço onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício, sendo que o referido endereço constará na certidão carcerária e será informado a este Juízo; b) deverá comparecer pessoal e mensalmente em juízo, para comprovar a continuidade de residência fixa e ocupação lícita; c) não mudar de residência, sem comunicação ao Juízo e à autoridade incumbida da observação cautelar e de proteção; d) não mudar e nem se ausentar do território da Comarca deste Juízo, sem prévia autorização; e) recolher-se à habitação até as 20h e finais de semana; f) privar-se de frequentar bares, casas noturnas e semelhantes; e g) não portar arma ou instrumento que possa ser utilizado como arma. Ressalto que qualquer alteração verificada na conduta ou no comportamento do reeducando deverá ser registrada na certidão carcerária e comunicada, imediatamente, a este Juízo, para possível suspensão ou revogação do benefício, que só poderá ser recuperado após o exame deste Juízo mediante o contraditório judicial. Por último, haja vista esta decisão, JULGO prejudicado o pleito de saídas temporárias. Publique-se. Intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado. São Luiz do Anauá/RR, 06.05.2015. Sissi Marlene Dietrich Schwantes Juíza de Direito titular da Comarca de São Luiz do Anauá" Nenhum advogado cadastrado.

012 - 0000197-65.2014.8.23.0060

Nº antigo: 0060.14.000197-9

Sentenciado: Daniel da Conceição

DECISÃO "...Desse modo, não havendo razões para alterar a decisão de fl. 194, essa deve ser mantida. Ciência ao MP e DPE. Após, encaminhem-se os autos à vara de execução penal de Boa Vista. SLA, 06/05/2015. Sissi Marlene Dietrich Schwantes. Juíza de Direito." Advogados: Eumária dos Santos Aguiar, Suzete de Carvalho Oliveira

Comarca de Alto Alegre

Não foi possível estabelecer uma conexão com esta comarca

Comarca de Pacaraima

Índice por Advogado

000733-RR-N: 006

001204-RR-N: 007

Cartório Distribuidor

Vara Criminal

Juiz(a): Aluizio Ferreira Vieira

Carta de Ordem

001 - 0000173-48.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000173-8

Autor: Ministerio Publico Federal

Réu: Altemir da Silva Campos

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

002 - 0000174-33.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000174-6

Réu: Julio Sousa Melo

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

003 - 0000172-63.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000172-0

Indiciado: J.S.B. e outros.

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Juiz(a): Breno Jorge Portela S. Coutinho

Carta Precatória

004 - 0000175-18.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000175-3

Réu: Francisco Matos Costa

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Infância e Juventude

Juiz(a): Aluizio Ferreira Vieira

Boletim Ocorrê. Circunst.

005 - 0000171-78.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000171-2

Infrator: Criança/adolescente

Distribuição por Sorteio em: 06/05/2015.

Nenhum advogado cadastrado.

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Aluizio Ferreira Vieira
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oquendo
ESCRIVÃO(A):
Shiromir de Assis Eda

Inventário

006 - 0000066-38.2014.8.23.0045

Nº antigo: 0045.14.000066-7

Autor: J.A.C. e outros.

Réu: A.S.C. e outros.

D E S P A C H O

I. Designo o dia 01/07/2015 às 10:00 horas para audiência de conciliação.

II. Expedientes necessários para intimação das partes.

III. Ciência ao MPE.

Pacaraima/RR, 13 de abril de 2015.

ALUIZIO FERREIRA VIEIRA

Juiz de Direito Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 01/07/2015 às 10:00 horas.

Advogado(a): Edson Pereira Carramillo Júnior

Vara Criminal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Aluizio Ferreira Vieira
PROMOTOR(A):
Diego Barroso Oguendo
ESCRIVÃO(A):
Shiromir de Assis Eda

Carta Precatória

007 - 0000170-93.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000170-4

Réu: Andres Eloy Lares Menezes

D E S P A C H O

I. Oficie-se ao Juízo Deprecante acerca do recebimento da presente Carta Precatória.

II. Cumpra-se, com urgência.

Pacaraima/RR, 05 de maio de 2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI

Juíza de Direito respondendo pela

Comarca de Pacaraima/RR

Advogado(a): Pamela Suellen de Oliveira Alves

Inquérito Policial

008 - 0000150-05.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000150-6

Indiciado: J.S.L. e outros.

D E C I S Ã O

Trata-se de Inquérito Policial que visa apurar a suposta prática do delito previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro, onde o Ministério Público Estadual requer (fls. 62/64) a baixa dos autos à Delegacia de Polícia para que sejam realizadas as reinquirições da vítima e dos réus, a inquirição de mais duas testemunhas, bem como pugnou pela Liberdade Provisória dos acusados.

Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Os acusados foram flagranteados no dia 13/04/2015, pela suposta prática do crime de roubo, previsto no artigo 157, §2º, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro.

O Ministério Público Estadual, manifestou-se pela Liberdade Provisória dos acusados, requerendo a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, uma vez que, apesar de existirem indícios de autoria e materialidade do delito, os demais requisitos autorizadores da custódia cautelar não mais persistem.

Analisando o pedido em pauta, juntamente com os documentos colacionados, e tendo em vista ainda as provas apresentadas nos autos, não se observa estarem mais presentes os requisitos da custódia cautelar.

A prisão antes do julgamento é medida extrema, excepcional, devendo ser decretada tão só em último caso, tendo em vista o princípio da proporcionalidade, não devendo os acusados sofrerem uma punição antecipada.

Destaco que não há nenhum indício de que os Réus possam atrapalhar a instrução criminal, ou então de que possam se furtar da aplicação da lei, uma vez que residem no distrito culpa. Quanto a ordem pública, a mesma será estabelecida com a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Ante ao exposto, defiro o pedido para CONCEDER A LIBERDADE PROVISÓRIA dos acusados JONAS DE SOUZA LIMA, JEREMIAS DE SOUZA LIMA e GERALDO DE SOUZA LIMA, e tendo em vista as circunstâncias em que ocorreram os fatos, APLICO-LHE AS MEDIDAS CAUTELARES PREVISAS NO ART. 319, do CPP, quais sejam: I. Comparecer bimestralmente em Juízo para informar seu endereço, bem como para justificar suas atividades; II. Proibição de frequentar bares, boates ou similares após as 22h00; III. Proibição de se afastar da

Comarca enquanto tramitar o processo criminal, sem comunicar seu paradeiro em Juízo; IV. Comparecer a todos os atos do processo sempre que intimado; V. Informar ao Juízo novo endereço em caso de mudança de domicílio; VI. Em caso de afastamento da Comarca por mais de 15 (quinze) dias deve solicitar prévia autorização judicial; VII. Proibição de possuir ou portar arma de fogo e arma branca; VIII. Proibição de fazer uso de bebidas alcoólicas ou de drogas ilícitas. IX. Proibição de aproximação da vítima ou de qualquer outra testemunha que tenha colaborado com a instrução do presente feito, devendo o mesmo manter distância mínima de 150 (cento e cinquenta metros).

Caso necessário, a presente Decisão servirá como Alvará de Soltura, devendo os acusados, imediatamente, serem soltos, salvo se por outro motivo devam permanecer presos.

Intimem-se o Requerente de que em caso de descumprimento das medidas impostas poderá ser decretada a sua PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 312, do CPPB.

Ciência ao Ministério Público.

Intime-se a vítima.

Após, remetam-se os autos à Delegacia de Polícia na modalidade tramitação direta com o Ministério Público.

Expedientes necessários.

Pacaraima/RR, 05 de maio de 2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI

Juíza de Direito respondendo pela

Comarca de Pacaraima/RR

Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

009 - 0000162-19.2015.8.23.0045

Nº antigo: 0045.15.000162-1

Indiciado: B.D.S.

D E S P A C H O

I. Oficie-se ao Juízo Deprecante acerca do recebimento da presente Carta Precatória.

II. Cumpra-se.

III. Em sendo frutífero o cumprimento do(s) mandado(s), devolva-se com as nossas homenagens, sem necessidade de nova conclusão.

Pacaraima/RR, 05 de maio de 2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI

Juíza de Direito respondendo pela

Comarca de Pacaraima/RR

Nenhum advogado cadastrado.

Comarca de Bonfim**Índice por Advogado**

027978-PR-N: 001, 002

000042-RR-N: 003

000155-RR-B: 012

000168-RR-B: 006

000188-RR-E: 002

000208-RR-A: 010

000221-RR-B: 003

000264-RR-N: 001, 002

000286-RR-A: 003

000484-RR-N: 003

000809-RR-N: 001
001008-RR-N: 012

PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Madson Welligton Batista Carvalho
Rogério Mauricio Nascimento Toledo
ESCRIVÃO(Ã):
Janne Kastheline de Souza Farias

Publicação de Matérias

Vara Cível

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Daniela Schirato Collesi Minholi
PROMOTOR(A):
André Paulo dos Santos Pereira
Madson Welligton Batista Carvalho
Rogério Mauricio Nascimento Toledo
ESCRIVÃO(Ã):
Janne Kastheline de Souza Farias

Imissão Na Posse

001 - 0000508-39.2009.8.23.0090
Nº antigo: 0090.09.000508-4
Autor: Maria Cecília Bender e outros.
Réu: Aldo Custodio Dantas e outros.
DESPACHO

Cumpra-se o item 4, do despacho de fls. 147.

Bonfim/RR, 06/05/2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI
Juíza de Direito
Advogados: Valeria Aparecida Castilho Oliveira, Alexandre Cesar Dantas Socorro, William Souza da Silva

Prest. Contas Exigidas

002 - 0000628-48.2010.8.23.0090
Nº antigo: 0090.10.000628-8
Autor: Maria Cecília Bender e outros.
Réu: Aldo Custodio Dantas e outros.
DESPACHO

Cumpra-se o item 4, do despacho de fls. 139.

Bonfim/RR, 06/05/2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI
Juíza de Direito
Advogados: Valeria Aparecida Castilho Oliveira, Fernanda Larissa Soares Braga, Alexandre Cesar Dantas Socorro

Procedimento Ordinário

003 - 0000258-35.2011.8.23.0090
Nº antigo: 0090.11.000258-2
Autor: Uinan Melvilly Veras e outros.
Réu: Município de Bonfim e outros.
DESPACHO

Recebo a apelação (fls. 516/523), eis que tempestiva (fl. 524). Apelação é recebida em seu duplo efeito com base no art. 520, caput, do CPC. Intime-se para contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, com as nossas homenagens.

Bonfim/RR, 06/05/2015.

DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI
Juíza de Direito
Advogados: Suely Almeida, Carlos Alberto Meira, José Paulo da Silva, Patrícia Aparecida Alves da Rocha

Vara Criminal

Expediente de 06/05/2015

JUIZ(A) TITULAR:
Daniela Schirato Collesi Minholi

Ação Penal

004 - 0000254-61.2012.8.23.0090
Nº antigo: 0090.12.000254-9
Réu: Vando Raposo Moreira
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 02/06/2015 às 08:40 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

005 - 0000444-24.2012.8.23.0090
Nº antigo: 0090.12.000444-6
Réu: Alex da Silva
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 02/06/2015 às 08:10 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

006 - 0000450-94.2013.8.23.0090
Nº antigo: 0090.13.000450-1
Réu: Paula Andresa Furtado Bahia e outros.
Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 13/05/2015 às 08:03 horas.
Advogado(a): José Roceliton Vito Joca

Inquérito Policial

007 - 0000528-25.2012.8.23.0090
Nº antigo: 0090.12.000528-6
Indiciado: A.P.T.
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 02/06/2015 às 08:20 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Ação Penal

008 - 0000089-43.2014.8.23.0090
Nº antigo: 0090.14.000089-5
Réu: W.S.R.
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 02/06/2015 às 08:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

Carta Precatória

009 - 0000468-81.2014.8.23.0090
Nº antigo: 0090.14.000468-1
Réu: Jackson Fonseca Vale
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/05/2015 às 09:30 horas.
Nenhum advogado cadastrado.

010 - 0000059-71.2015.8.23.0090
Nº antigo: 0090.15.000059-5
Réu: Richardson de Souza Pereira
Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 13/05/2015 às 08:30 horas.
Advogado(a): Henrique Keisuke Sadamatsu

Pedido Busca e Apreensão

011 - 0000472-21.2014.8.23.0090
Nº antigo: 0090.14.000472-3
Réu: Fredson Almeida Matos e outros.
SENTENÇA
Tendo em vista que o presente feito atingiu o seu objeto, determino o seu arquivamento. junte-se cópia da decisão de fl. 08 nos autos principais.
PRIC.
Ciência ao MP.
Bonfim, 06/05/2015.
DANIELA SCHIRATO COLLESI MINHOLI
Juíza de Direito Titular
Nenhum advogado cadastrado.

Pedido Prisão Temporária

012 - 0000473-06.2014.8.23.0090
Nº antigo: 0090.14.000473-1
Réu: Fredson Almeida Matos e outros.
SENTENÇA
Tendo em vista que o presente feito atingiu a sua finalidade determino o

seu arquivamento. junte-se cópia da decisão de fl. 235 nos autos principais.

PRIC.

Ciência ao MP.

Bonfim, 06/05/2015.

DANIELA SCHHIRATO COLLESINI MINHOLI

Juíza de Direito Titular

Advogados: Ednaldo Gomes Vidal, Sara Patricia Ribeiro Farias

Ação Penal

013 - 0000641-76.2012.8.23.0090

Nº antigo: 0090.12.000641-7

Réu: Heronias Pereira da Silva e outros.

Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia

13/05/2015 às 08:01 horas.

Nenhum advogado cadastrado.

Inquérito Policial

014 - 0000420-25.2014.8.23.0090

Nº antigo: 0090.14.000420-2

Indiciado: C.C.S.

SENTENÇA

Trata-se de IP.

MP requeiro arquivamento (fl. 41).

É o relatório. decido.

Adoto como razão de decidir a manifestação do MP de fl. 41 e arquivo o feito.

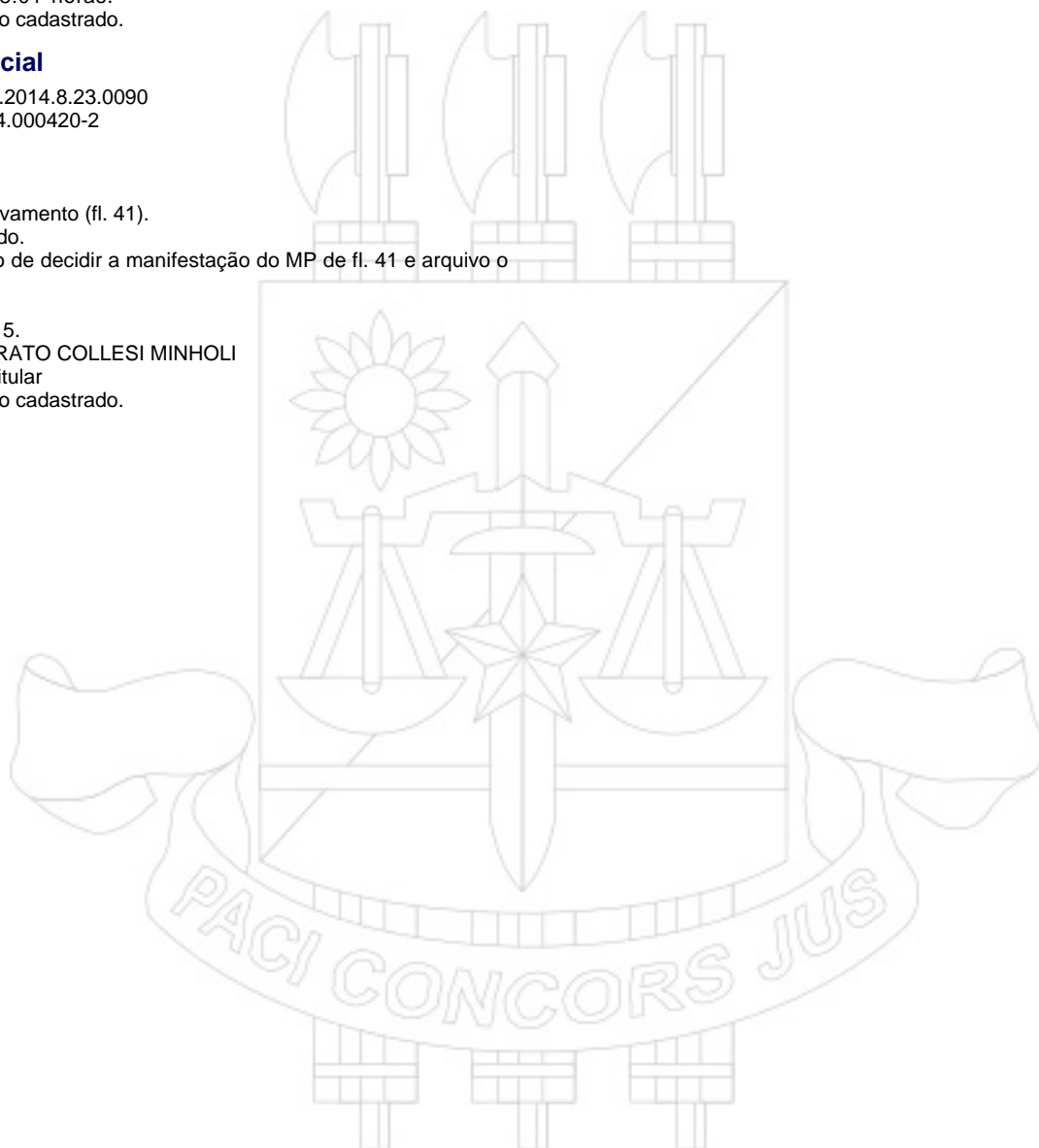
PRIC.

Bonfim, 05/05/2015.

DANIELA SCHHIRATO COLLESINI MINHOLI

Juíza de Direito Titular

Nenhum advogado cadastrado.



2ª VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES, ÓRFÃOS, INTERDITOS E AUSENTES

Expediente de 07/05/2015

**MM. Juiz de Direito Titular
PAULO CÉZAR DIAS MENEZES****Escrivã Judicial
Maria das Graças Barroso de Souza****PORTARIA N.º 006, DO DIA 07 DE MAIO DE 2015**

O MM. Juiz de Direito Titular da 2.ª Vara de Família, Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, Dr. PAULO CÉZAR DIAS MENEZES, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no Art. 7º da Lei n.º 141, de 25 de julho de 1996;

Considerando a proximidade da aposentadoria do Juiz de Paz ITAMAR AFONSO LAMOUNIER, conforme informado por meio do EXP-4815/2015 (Sistema Agis),

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Sra. **NÁDIA SOCORRO PINHO OLIVEIRA**, para exercer o cargo de Juiz de Paz *ad-hoc*, a contar de 07.05.2015, até que se proceda a eleição de Juiz de Paz, na forma prevista na Lei n.º 141, de 25 de julho de 1996, com alteração dada pela Lei n.º 691, de 24.12.2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Dr. PAULO CÉZAR DIAS MENEZES
Juiz de Direito Titular da 2.ª Vara de Família,
Sucessões, Órfãos, Interditos e Ausentes

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Expediente do dia 07.05.2015

EDITAL DE CITAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O MM. Juiz de Direito da 1ª. Vara da Fazenda Pública, Dr. Rodrigo Bezerra Delgado, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei etc...

Faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 1ª Vara da Fazenda Pública, se processam os autos da AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA sob o número nº 0722148-98.2012.8.23.0010, que tem como autor o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – CNPJ Nº 84.012.533/0001-83 e como réu JOAO CESAR DE LIMA SEIXAS – CPF nº 804.073.312-04, encontrando-se este atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando o réu, CITADO de todos os termos da ação supramencionada, para que, querendo, interponha defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observando o art. 191 do CPC. Advirta-a, outrossim, que, não sendo contestada, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (Art. 285 do CPC), a contar do término do prazo de 30 (trinta) dias após a publicação deste edital. Cumpra-se, na forma da lei. E para constar, Eu, Wallison Larieu Vieira (Diretor de Secretaria) mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz, o assino.

OBS.: Foi afixado no mural da 1ª. Vara da Fazenda Pública, o presente edital, para quem possa interessar.

SEDE DO JUÍZO: Prédio das Varas da Fazenda Pública, Av. Cap. Júlio Bezerra, 193 – Centro, Boa Vista/RR.

Boa Vista – RR, 07 de maio de 2015.

WALLISON LARIEU VIEIRA

Diretor de Secretaria



2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
(NO PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr.º **RODRIGO BEZERRA DELGADO** - Juiz Substituto da 2ª Vara da Fazenda da Comarca de Boa Vista – RR, no uso de suas atribuições legais. MANDA

PROCESSO N.º: 0720288-28.2013.8.23.0010 **AÇÃO:** AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

RÉU: A C OLIVIERA - ME E OUTROS

ADVOGADO(A): -

FINALIDADE: CITAR o(a)(s) Réu(a)(s) **ISMAEL DE SOUZA RODRIGUES CPF nº não consta e ISMAEL DE SOUZA RODRIGUES – ME CNPJ nº 04.210.930/0001-20**, para contestar o feito no prazo legal, e prestar as informações que entender necessário, contados da publicação do presente edital.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, _____ Victor Brunno Fernandes, Diretor em exercício, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: VARA DA FAZENDA PÚBLICA – CARTÓRIO DA 2ª VARA FAZENDA – Av. Capitão Júlio Bezerra, 193 – Centro , Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos sete (07) dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

Expediente de 30 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 04/2015, de 30 de abril de 2015 – Gabinete da Vara de Execução Penal da Comarca de Boa Vista/RR.

A MMª. Juíza de Direito da Vara de Execução Penal da Comarca de Boa Vista/RR, Dra. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, no uso de suas atribuições legais e etc.;

CONSIDERANDO os esforços durante as atividades desempenhadas na Inspeção Judicial da Vara de Execução Penal da Comarca de Boa Vista;

CONSIDERANDO que para a obtenção dos resultados é necessário o empenho e o comprometimento de todos, e que este desempenho alcança principalmente a população carcerária;

CONSIDERANDO as Portarias de nº 01 e 02/2015, do Gabinete desta Vara, que dispõe sobre a Inspeção Judicial realizada nos processos de execução, dos reeducandos desta Comarca;

RESOLVE:

Art. 1º. **ELOGIAR** os servidores desta Vara abaixo relacionados pelo desempenho das atividades desenvolvidas, pela dedicação, zelo, qualidade e eficiência profissional desenvolvida, no âmbito da Inspeção Judicial.

II – Gabinete:

Raimunda Maroly Silva Oliveira – Chefe de Gabinete;
Shigiallison Hélio Alves da Paixão – Assessor Jurídico II;
Isabela Melo de Andrade – Estagiária de Direito.

I – Cartório:

Glener dos Santos Oliva – Diretor de Secretaria;
Adeilton Soares da Silva – Técnico Judiciário;
Cid Nadson Silva de Souza – Técnico Judiciário;
Glauciane de Souza Moreno Dantas – Técnico Judiciário;
Jaffer Melo Ribas Galvão – Técnico Judiciário;
José Ribamar Neiva Nascimento – Técnico Judiciário;
Sdaourleos de Souza Leite – Técnico Judiciário;
Anderson de Queiróz Oliveira – Estagiário de Direito;
Eliciane Silva Torres – Estagiária de Nível Médio;
Nayara Christtina de Araújo Silva – Estagiária de Nível Médio;
Wilklenson Bahia de Souza – Estagiário de Nível Médio;
Gabriel Araújo Freire – Guarda-Mirim.

Art. 2.º Encaminhe-se à Secretaria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, para anotação nos respectivos assentamentos funcionais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Boa Vista/RR, 30 de abril de 2015.

Juíza Graciete Sotto Mayor Ribeiro
Titular da Vara de Execução Penal/RR

1º JUIZADO ESPECIAL DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE CITAÇÃO

(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.010.14.010584-1

Vítima: FRANCINELMA COSTA SILVA

Réu: ALEX DA SILVA VIANA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **ALEX DA SILVA VIANA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da DECISÃO proferida nos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: DEFIRO o pedido de medida protetiva requerida e aplico ao ofensor, independentemente, de sua ouvida previa (art. 19, § 1º, da lei em aplicação) as seguintes medidas protetivas de urgência. 1 – **AFASTAMENTO DO AGRESSOR DO LAR DA CONVENIENCIA COM A OFENDIDA, COM ASSEGURAMENTO DE RETIRADA DE APENAS PERTENCES PESSOAIS SEUS;** 2- **PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA OFENDIDA, ABSERVADO O LIMITE MINIMO DE DISTANCIA ENTRE A PROTEGIDA E O AGRESSOR DE 200 (DUZENTOS) METROS,** 3-**PROIBIÇÃO DE FRENQUENTAR A RESIDENCIA, EVENTUAL LOCAL DA OFENDIDA, E OUTRO LOCAL DE USUAL FREQUENTAÇÃO DESTA;** 4 – **PROIBIÇÃO DE MANTER CONTATO COM A OFENDIDA POR QUALQUE MEIO DE COMUNICAÇÃO,** 5 – **PROIBIÇÃO DE VISITAS AOS FILHOS MENORES EM COMUM, OU SEJA, AS VISITAS FICAM PERMETIDAS, MAS SOMENTE COM A INTERMEDIAÇÃO DE ENTES FAMILIARES OU PESSOA CONHECIDA ENTRE AS PARTES.** AS MEDIDAS PROTETIVAS PERDURARÃO ATÉ O FINAL DA DECISÃO NO INQUERITO POLICIAL OU A CORRESPONDENTE AÇÃO PENAL QUE VIER A SER INSTAURADO. *Boa Vista/RR, 15 de JULHO de 2014, MARIA APARECIDA CURY, JUIZ RESPONDENDO PELO JESPVDFCM."*

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIO de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 010.14.006120-0

Vítima: JOSEFA GREGORIO

Réu: RAIMUNDO NONATO DA SILVA ARAUJO

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **JOSEFA GREGORIO E RAIMUNDO NONATO DA SILVA ARAUJO** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, não havendo elementos que levem à modificação do atendimento inicialmente proferido, em consonância com a manifestação do Ministério Público Estadual atuante no juízo, com base no art. 269, I, do CPC, julgo procedente a ação cautelar, restando confirmadas as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, que perdurarão até final decisão do Inquérito correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado. (...) Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 17 de junho de 2014 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 14001174-2
Vítima: JULIANA AMBROSIO DE SOUZA
Réu: LUAN CARLOS DA SILVA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **JULIANA AMBROSIO DE SOUZA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, não havendo elementos que levem à modificação do atendimento inicialmente proferido, em consonância com a manifestação do Ministério Público Estadual atuante no juízo, com base no art. 269, I, do CPC, julgo procedente a ação cautelar, restando confirmadas as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, que perdurarão até final decisão do Inquérito correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado. (...) Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 28 de MAIO de 2014 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 010.12.020844-1

Vítima: MARIA DA CONCEIÇÃO LOPES PEREIRA

Réu: RUBENS VIEIRA DE JESUS

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **RUBENS VIEIRA DE JESUS** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, não havendo elementos que levem à modificação do atendimento inicialmente proferido, em consonância com a manifestação do Ministério Público Estadual atuante no juízo, com base no art. 269, I, do CPC, julgo procedente a ação cautelar, restando confirmadas as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, que perdurarão até final decisão do Inquérito correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado. (...) Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 24 de MAIO de 2014 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 010.13.006795-1

Vítima: CRISTIANE PEREIRA DA SILVA

Réu: VADEMILSON DOS S. SILVA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **CRISTIANE PEREIRA DA SILVA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, não havendo elementos que levem à modificação do atendimento inicialmente proferido, em consonância com a manifestação do Ministério Público Estadual atuante no juízo, com base no art. 269, I, do CPC, julgo procedente a ação cautelar, restando confirmadas as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, que perdurarão até final decisão do Inquérito correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado. (...) Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 20 de MAIO de 2014 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.14.007172-0

Vítima: LIANE DE FATIMA MODESTO MOURA VIEIRA

Réu: PAULO EDUARDO COELHO VIEIRA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **LIANE DE FATIMA MODESTO MOURA VIEIRA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, conheço do pedido, e o indefiro por ausência de prova quanto ao descumprimento das medidas protetivas, na forma descrita acima, julgando extinto presente feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, I do CPC.. (...)Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 13 de março de 2015 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.12.017030-2

Vítima: ALBERTINA VIRIATO DA SILVA

Réu: FRANCISCO VILSON GOMES DE SOUSA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **FRANCISCO VILSON GOMES DE SOUSA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...) Pelo exposto, EM CONSONANCIA COM A R. MANIFESTAÇÃO DO MP considerando-se a não comprovação dos elementos caracterizadores do ilícito penal julgo improcedente a denúncia e absolvo o réu FRANCISCO VILSON GOMES DE SOUSA, DO FATO DELITUOSA, QUE LHE É IMPUTADO, COM FUNDAMENTO NO ART. 386, VI DO CP... (...)Cumpra-se. Boa Vista/RR, 15 de OUTUBRO de 2014 – MARIA APARECIDA CURY –Juíza titular do JESPVDFCM."

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dr^a. MARIA APARECIDA CURY, MM^a. Juíza titular do 1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.12.001694-3

Vítima: GISELE CESAR DA SILVA

Réu: LUCIANO LEANDRO SILVA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a **GISELE CESAR DA SILVA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o(a) mesmo(a) para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu final segue conforme a seguir: "(...)Finalmente, sendo aplicável ao caso a regra do concurso material, quanto às penas privativas de liberdade aplicadas, conforme previsto no art. 69, do CP, somo as penas anteriormente estabelecidas, ficando o réu definitivamente condenado às penas de 01 (um) ano, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção. Contudo, cabe a aplicação do benefício da suspensão da execução da pena pelo período de 02 (dois) anos, sob a condição de limitação de final de semana, a critério da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas à Pena Privativa de Liberdade, na forma dos arts. 77, *caput* e incisos, 78, §1º, do CP, sob pena de revogação do benefício em caso de descumprimento (art. 81, CP). (...)Cumpra-se. *Boa Vista/RR, 04 de FEVEREIRA de 2015 – MARIA APARECIDA CURY – Juíza titular do JESPVDFCM.*"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou a MM^a. Juíza expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de MAIA de 2015.

Jose Rogerio de Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015
EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dra. Patrícia Oliveira dos Reis, MM. Juíza de Direito respondendo por esse Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.10.009648-5
Vítima: VALDENORA DE OLIVEIRA SANTOS
Réu: ROSINALDO SANTOS DA SILVA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **VALDENORA DE OLIVEIRA SANTOS** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o mesmo para tomar ciência da r. Sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu teor segue conforme a seguir: "(...)Ante o exposto, por tudo mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido formulado na denúncia, para condenar ROSINALDO SANTOS DA SILVA, anteriormente qualificado, como incurso nas sanções previstas pelo artigo 129, parágrafo §9, do CP cc artigo 7º, inciso I, da lei 11.340/06.(...). Boa Vista/RR, 05 de junho de 2014. Daniela Schirato Collesi Minholi – Juíza de Direito respondendo pelo 1º JVDFCM"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL – Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de maio de 2015.

José Rogério Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dra. Patrícia Oliveira dos Reis, MM. Juíza de Direito respondendo por esse Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.14.016382-4

Vítima: KEROLENN ZIPORA CAVALVANTE DA SILVA SOUZA

Réu: HERLARDO RODRIGUES DE SOUSA

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **HERLARDO RODRIGUES DE SOUSA** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o mesmo para tomar ciência da r. sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu teor segue conforme a seguir: "(...)Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal contida na denúncia para **CONDENAR HERLARDO RODRIGUES DE SOUSA**, com incurso nas sanções dos artigos 129 § 9º, e 147, c/c art. 61, incisos I e II, alínea "f", na forma do art. 69, todos do Código Penal em combinação com o art. 7º, I e II da Lei nº 11.340/06, e INDEFERIR o pedido de fixação da indenização prevista no art. 387, inciso IV, do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Boa Vista/RR, 24 de abril de 2015. Patricia Oliveira dos Reis – Juíza de Direito respondendo pelo 1º JVDFCM."

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL – Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de maio de 2015.

José Rogério Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dra. Patrícia Oliveira Reis, MM. Juíza de Direito respondendo por esse Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Ação Penal n.º 010.14.009205-6

Vítima: MICHELE DE OLIVEIRA SILVA

Réu: SANDRO LINHARES MENDES

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte **SANDRO LINHARES MENDES** atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando o mesmo para tomar ciência da r. Sentença extraída dos autos em epígrafe, cujo seu teor segue conforme a seguir: "(...) Por todo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal contida na denúncia para, com fundamento no art. 383, do CPP, desclassificar o delito d art. 147, do CP, para o art. 65 da LCP, em combinação com o art. 7º, II, da lei nº 11.340-06, e INDEFERIR o pedido de fixação da indenização prevista no art. 387, inciso IV, do CPP.(...) Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 24 de abril de 2015. Patricia Oliveira dos Reis – Juíza de Direito respondendo pelo 1º JVDFCM"

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL – Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de maio de 2015.

José Rogério Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

Expediente de 07/05/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO
(Prazo de 20 dias)

A Dra. Patrícia Oliveira Reis, MM. Juíza de Direito respondendo por esse Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Boa Vista.

Faz saber a todos que por este Juízo tramitam os autos de:

Autos de Medida Protetiva n.º 010.13.001800-4
Vítima: MARIA CLEIA DA CONCEIÇÃO SILVA
Réu: ITALO DA COSTA RIBEIRO

FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO, como se encontra a parte: **ITALO DA COSTA RIBEIRO**, atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, a partir de sua publicação, intimando a mesma para tomar ciência da SENTENÇA proferida nos autos em epígrafe, cujo seu teor segue conforme a seguir: "(...)Pelo exposto, em consonância com a manifestação do Ministério Público atuante no juízo, ante a falta de elementos que levem à modificação do entendimento inicial, com base no art. 269, I, e 459, ambos do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO CAUTELAR, restando confirmadas as medidas protetivas de urgência liminarmente concedidas, que perdurarão até o trânsito em julgado de decisão final no inquérito policial correspondente, ou no procedimento penal que vier a ser instaurado, excetuando-se tão somente a medida suspensiva de visitação aos filhos menores, que a REVOGO, nos termos da art. 22, inciso IV da Lei 11.340/2006, contrariamente(...). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Boa Vista/RR, 01 de setembro de 2014 – MARIA APARECEIDA CURY, Juíza de Direito Titular do 1º JVD/FCM".

E para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância no futuro, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da lei.

Sede do Juízo: Rua TP 02, 30 Anexo FACULDADE CATHEDRAL - Bairro Caçari, nº, fone 3623-8080, Boa Vista-RR, 07 de maio de 2015.

José Rogério Sales Filho
Diretor de Secretaria Substituto

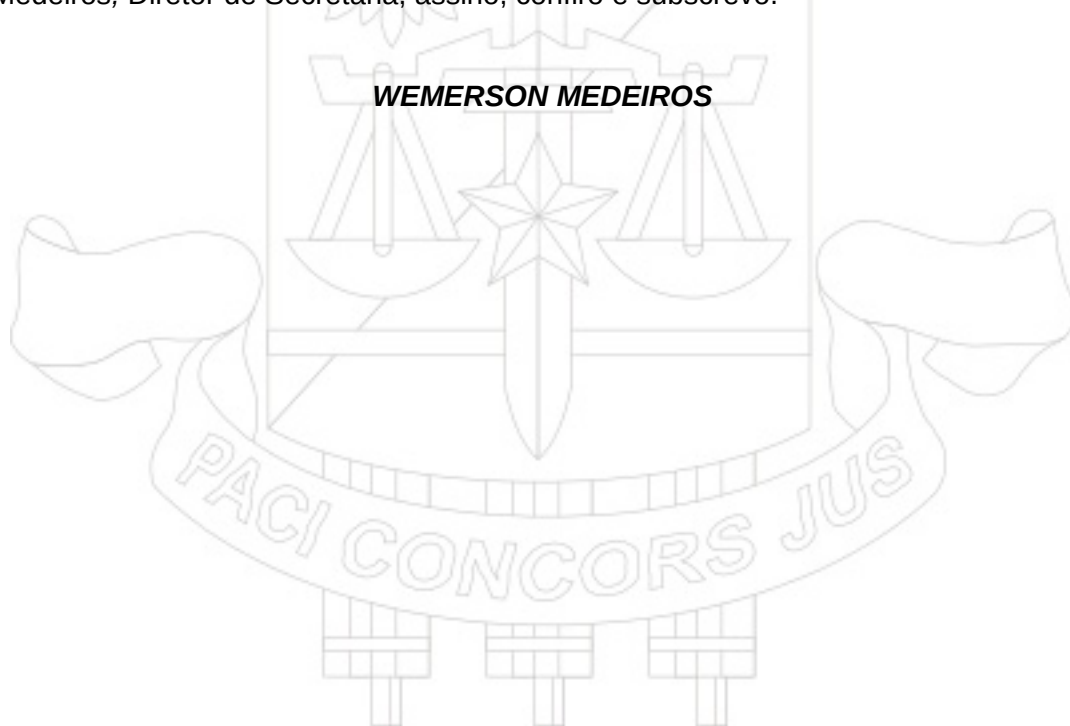
COMARCA DE RORAINÓPOLIS

Expediente de 07/05/2015

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20(VINTE) DIAS**

O DR. EVALDO JORGE LEITE, MM. JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO RESPONDENDO PELA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.

FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, se processam os termos da Ação Penal n.º **0047 08 009001-3**, tendo como Sentenciado(a), RANIERY LEONCIO ALMEIDA, brasileira, natural de Cuiabá/MT, filha de Amaro Nascimento Almeida e Angela Maria Leôncio da Silva, nascida em 30/11/1988, portadora do RG nº 2067785-5, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando **INTIMADA** a comparecer no dia **28 DE MAIO DE 2015, às 09h40min**, na sala de audiências deste Juízo, sito na Rua Pedro Daniel da Silva, s/n - Centro, Rorainópolis/RR, para **audiência admonitória**. E como não foi possível intimá-lo pessoalmente mandou o MM Juiz de Direito desta Comarca expedir o presente Edital com prazo de 20 (vinte) dias, que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze. Eu, Wemerson Medeiros, Diretor de Secretaria, assino, confiro e subscrevo.

WEMERSON MEDEIROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

Expediente de 07MAI15

PROCURADORIA GERAL**EDITAL Nº 009 - MPE/RR, DE 06 DE MAIO DE 2015****X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas legais atribuições, face a interposição de recurso pela candidata identificada pelo nº de inscrição 322, à pontuação que lhe foi atribuída aos itens “B” e “C” da questão subjetiva nº 01 (Penal), **ratifica** a decisão proferida ao recurso pelo Membro da Comissão Organizadora do **X Processo Seletivo para Preenchimento de Vagas do Estágio Extracurricular de Estagiários de Direito do Ministério Público do Estado De Roraima**, idealizador e corretor da questão subjetiva nº 1 (Penal). Segue transcrição parcial da decisão: *“Assiste parcial razão ao recorrente com relação ao item B. No item B apesar de não estar a resposta completa e totalmente correta, a resposta deveria ser que os sujeitos passivos são o Estado e a Coletividade, ela em parte foi de acordo com entendimento de alguns doutrinadores de que em certos casos no crime de tráfico de drogas podem ser sujeitos passivos mediatos o próprio indivíduo (ex. Casos que tenham como destinatário criança, adolescente, inimputável). Assim, a nota deve ser majorada para 2,0. Já no item C, a resposta correta seria que o objeto jurídico tutelado é a saúde pública, sendo que a resposta do recorrente foi vaga e genérica, merecendo a nota atribuída no item em questão. Boa Vista, 06 de maio de 2015”*.

2. Isto posto, conforme a decisão transcrita parcialmente, majore-se a nota atribuída ao item “B” em 2 (dois) pontos e mantenha-se a nota originalmente atribuída ao item “C”, ambos da questão subjetiva nº 01 (Penal).

3. Da decisão não caberá recurso a autoridade superior, por se tratar de última instância.

4. Em atenção ao disposto no item 9.1 do Edital nº 001/15 – MPE/RR, este edital será divulgado no site do MPERR (www.mpr.mp.br), meio de veiculação oficial, servindo como notificação da recorrente.

Cumpra-se. Publique-se.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

ILAINE APARECIDA PAGLIARINI

Presidente da Comissão Organizadora do X Processo Seletivo de Estagiários de Direito

EDITAL Nº 010 - MPE/RR, DE 06 DE MAIO DE 2015**X PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO ESTÁGIO EXTRACURRICULAR DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA**

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas legais atribuições, decididos os recursos interpostos às notas atribuídas às questões subjetivas e a dissertação veiculadas através do Edital nº 008/15, de 30 de abril de 2015 e, observados os critérios de desempate dispostos no item 8.5, do Edital nº 001/15 – MPE/RR, torna público o **resultado final, por ordem de classificação, dos candidatos aprovados no X Processo Seletivo visando Selecionar Estagiários de Direito para o Ministério Público do Estado de Roraima**, conforme a seguir especificada:

1. RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Nº de Inscrição	Nome do Candidato(a)	“A” Prova Objetiva	Prova Subjetiva Questões “B”			“C” Disser - tação	Pontuação final (Soma “A”, “B”, “C”)	Classi- ficaçã o
			“B.1” Penal	“B.2” Civil	“B.3” Const.			
329	BIANCA ALVES DE LIMA	28	15	10	9	14	76	1º

390	ADI MUNIZ GOMES JÚNIOR	28	10	12	9	15	74	2º
34	ANA CAROLINE FREIRE DE AZEVEDO	24	15	13	7	13	72	3º
141	VANESSA SOUSA DOS SANTOS MENEZES	21	10	9	7	13	60	4º
6	GREICIANE JIN	21	11	7	8	13	60	5º
15	MARCOS SOARES GOMES	21	11	7,5	7,5	13	60	6º
344	ADAHRA CATHARINIE REIS MENEZES	25	11	7	7	10	60	7º
25	LARISSA DA SILVA PEREIRA	20	10	7,5	7,5	15	60	8º
227	LARYSSA CAROLYNE OLIVEIRA PINTO	23	9	7	7	14	60	9º
322	MARIANA VON LINDE MOURA	23	7 (nota majorada em razão de recurso)	7	8	15	60	10º
189	JANYELE SILVA DO VALE	25	6	10	5	14	60	11º

2. Nos termos do item 7.5 do Edital nº 001/15, de 05 de fevereiro de 2015, não será aceito recurso contra resultados definitivos.

Cumpra-se. Publique-se.

Boa Vista, 06 de maio de 2015.

ELBA CHRISTINE AMARANTE DE MORAES

Procuradora-Geral de Justiça

ILAINE APARECIDA PAGLIARINI

Presidente da Comissão Organizadora do X Processo Seletivo de Estagiários de Direito

DIRETORIA GERAL

PORTARIA Nº 441 - DG, DE 06 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

RESOLVE:

I - Autorizar o afastamento da servidora **ANA PAULA VASCONCELOS SOUSA**, Oficiala de Diligência, em face do deslocamento para o município do Cantá-RR, Sede e Zona Rural, no dia 07MAI15, sem pernoite, para cumprir Ordem de Serviço.

II - Autorizar o afastamento do servidor **RAIMUNDO EDINILSON RIBEIRO SARAIVA**, Motorista, em face do deslocamento para o município do Cantá-RR, Sede e Zona Rural, no dia 07MAI15, sem pernoite, para conduzir servidora acima designada, Processo nº 296/15 – DA, de 06 de maio de 2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 442 - DG, DE 07 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro no artigo 54 e 55 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001 e Resolução nº 14, de 16 de setembro de 2008,

RESOLVE:

I - Autorizar o afastamento da servidora **MARIA DE FATIMA RODRIGUES DA SILVA**, Assessor Administrativo, em face do deslocamento para o município de Bonfim-RR, no dia 07MAIO15, sem pernoite, para executar serviços referente a regularização de documentação dos imóveis pertencentes a este Órgão Ministerial naquela localidade.

II - Autorizar o afastamento do servidor **ADLER DE MORAIS TENORIO**, Motorista, em face do deslocamento para o município de Bonfim-RR, no dia 07MAIO15, sem pernoite, para conduzir servidora acima designada, Processo nº 297/15 – DA, de 06 de maio de 2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 443-DG, DE 07 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, EM EXERCÍCIO, com fulcro nos artigos 11, 17 a 19, da Lei nº 153, de 01OUT96, Resolução nº 05, de 11 de maio de 2007, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público Estadual e Resolução nº 05, de 24 de maio de 2007,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL à servidora **JOSILEIDE OLIVEIRA MORAIS**, ocupante do Cargo Efetivo de Atendente (Telefonista/Recepcionista), Código MP/NM-1, passando do Nível IV para o Nível V, com efeitos a contar de 19ABR2015, conforme proc. 350/2014-D.R.H., de 14MAI2014.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor-Geral

PORTARIA Nº 444 - DG, 07 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **GLEDSON DO NASCIMENTO BEZERRA**, para participar do VII Congresso Jurídico do Estado de Roraima, nos dias 18,19 e 20MAIO15, a partir das 15h 30min, no Auditório do Centro Amazônico de Fronteiras – UFRR, na cidade de Boa Vista/RR.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTÔNIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO

Diretor- Geral

PORTARIA Nº 445 - DG, DE 07 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **REGINA DE FÁTIMA NOGUEIRA DANTAS**, para responder pelo Departamento de Recursos Humanos, no dia 07MAI15 e nos períodos de 20 a 21MAI15 e 27 a 29MAI15, durante a ausência da titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PORTARIA Nº 446 - DG, DE 07 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 1º, da Resolução CPJ nº 004, de 14/11/2014, publicada no DJE nº 5396, de 19/11/2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor **ANTÔNIO UBIRAJARA SILVA LAMARÃO**, 02 (dois) dias de Recesso Forense, no período de 07 a 08MAIO2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ANTONIO CLÉSIO MOTTA DE ROSSO
Diretor-Geral

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IDOSO; DIREITO À EDUCAÇÃO

TERMO DE RECOMENDAÇÃO Nº 003/2015

Ementa: RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. DIREITO À EDUCAÇÃO. FALTA DE PROFESSORES NA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA através da Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso; Direito à Educação - Pro-DIE, por sua agente in fine firmada, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – Lei Complementar nº 003, de 07 de janeiro de 1994 – art. 32, V, “a”, “d” c/c art. 33, IV, e ainda com esquite no PP nº 014/2015/Pro-DIE/MP/RR, que tem como objeto “investigar a falta de professores na Rede Estadual de Ensino”, vem por meio do presente termo:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 003/1994) faculta a seus membros, no exercício de suas funções, fazer recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 6º, define como direito social o direito humano à educação, dispondo, ainda, no art. 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO que o artigo 208, § 2º de nossa Carta prevê que o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente, redação esta, que é repetida por dispositivos legais infraconstitucionais (art. 54, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 5º, § 4º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/1996);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal prevê em seu art. 206 que o ensino será ministrado com base em princípios, dentre os quais, a valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos (...);

CONSIDERANDO que o sistema constitucional vigente prevê como regra que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, entendendo assim aqueles de direção, chefia e assessoramento, declarado em lei de livre nomeação e exoneração nos exatos termos do art. 37, II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a contratação de servidores públicos por tempo determinado pode ser feita apenas para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante prévia autorização legal, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que se traduz em desvirtuamento do sistema a atuação de gestores públicos que, ao longo de anos, não implementam procedimentos de concurso público e, em dado momento, efetuam contratação excepcional temporária, sem concurso público de provas ou de provas e títulos, sob o argumento de que, caso não a promova, advirão prejuízos à prestação de serviços públicos contínuos;

CONSIDERANDO que a constante situação de déficit de pessoal na rede pública estadual de ensino, as reiteradas contratações temporárias realizadas pela Secretaria de Estado da Educação – SEED e o lapso temporal desde a realização do último concurso público na área, demonstram a inadequada gestão de pessoal que, à clarividência, compromete o acesso e a qualidade da prestação de serviço de educação pública à população roraimense;

CONSIDERANDO que o recrutamento de pessoal que não atende a necessidade temporária de excepcional interesse público caracteriza burla ao concurso público e fraude à Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a seleção dos candidatos, face aos princípios da impessoalidade e da publicidade, bem como da probidade administrativa, deve se dar por critérios objetivos, o que, contudo, não foi observado no último processo seletivo público realizado, haja vista a não exigência dos candidatos de habilitação específica para ministrar disciplina de Artes;

CONSIDERANDO que chegaram à Pro-DIE diversas reclamações em que se requisita o respeito e garantia ao direito de educação dos alunos, tendo em vista a falta significativa de professores, fato este gerador de situações potencialmente lesivas ao Direito à Educação dos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino, o que deu ensejo a abertura do Procedimento Preparatório nº 014/2015/Pro-DIE/MP/RR;

CONSIDERANDO, inclusive, ter sido noticiado na imprensa uma possível celebração de um concurso público por parte da Administração Pública Estadual visando, assim, suprir a deficiência suso registrada;

RESOLVE expedir a presente NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA à EXCELENTÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO - SEED, para que, sob pena de incorrer na prática de ato de improbidade administrativa, adote as seguintes posturas:

1- QUE se abstenha de fazer novas contratações irregulares de servidores, mantendo-se no serviço público da educação estadual, somente neste ano letivo, a título precário e excepcional, os então classificados pelo Estado por meio do último processo seletivo realizado (Edital PSSCI/SEED/GAB/RR n.º 005/2015);

2- QUE seja remetida a esta Promotoria de Justiça, improrrogavelmente no prazo de 120 (cento e vinte) dias, proposta de cronograma de realização de concurso público de provas ou de provas e títulos para provimento de cargos na área da educação, de modo a suprir a necessidade destes profissionais na rede estadual de ensino, inclusive, com previsão de instituição de uma comissão organizadora para avaliar a necessidade de contemplação de habilitação específica para ministrar todas as disciplinas da grade curricular;

3- QUE seja deflagrada, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, com a necessária publicação do edital no Diário Oficial do Estado e observância dos princípios que norteiam a atuação da Administração Pública e legislações pertinentes, a abertura de concurso público para preenchimento dos cargos de professores para educação básica (ensino fundamental e médio);

4- QUE no prazo máximo de 210 (duzentos e dez) dias seja realizado concurso público de provas e títulos para provimento das vagas existentes na educação pública estadual, bem como sejam nomeados, empossados e seja dado início ao exercício das funções dos aprovados até 08 de fevereiro de 2016, a fim de que sejam supridas as vagas indispensáveis para atender a necessidade de pessoal, hoje irregularmente preenchidas por professores temporariamente contratados;

Assina-se o prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente para que comunique ao Ministério Público Estadual, quanto à adoção das providências determinadas na espécie e outras mais que tiver deliberado, advertindo-se, desde logo, que o não encaminhamento justificado das informações poderá configurar crime previsto no art. 10 da Lei n. 7.347/85, além de improbidade administrativa, consoante recente entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça.

Afixe-se cópia no mural do Espaço da Cidadania e comunique-se, com cópia, à Procuradoria Geral de Justiça, à Corregedoria do Ministério Público, ao Conselho Superior, ao CAOP, às Promotorias do Interior e ao Conselho Estadual de Educação. Publique-se no DPJ.

Boa Vista-RR, 14 de abril de 2015.

ÉRIKA LIMA GOMES MICHETTI

Promotora de Justiça da Pro-DIE

Nesta data, **23/04/2015**, tomei ciência da recomendação supra.

SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI

TERMO DE RECOMENDAÇÃO Nº 004/2015

Ementa: RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. FALTA DE CUIDADOR PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE REGULAR DE ENSINO ESTADUAL.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA através da Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso; Direito à Educação - Pro-DIE, por sua agente in fine firmada, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – Lei Complementar nº 003, de 07 de janeiro de 1994 – art. 32, V, “a”, “d” c/c art. 33, IV, e ainda com espeque no PP nº 012/2015, que tem como objeto verificar “ausência de cuidador para alunos com deficiência na Rede Estadual de Ensino”, vem por meio do presente termo:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 003/1994) faculta a seus membros, no exercício de suas funções, fazer recomendações para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 6º, define como direito social o direito humano à educação, dispondo, ainda, no art. 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO que o art. 206, inciso VII da Constituição Federal estipula que é princípio do ensino brasileiro a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

CONSIDERANDO que o art. 227, § 1º, II, da Constituição Federal estabelece que cabe ao Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência física, sensorial ou mental;

CONSIDERANDO que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às Pessoas com Deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina em seu art. 4º, inciso III, c/c art. 7º, incisos I e II, o atendimento educacional especializado ao deficiente na rede regular de ensino;

CONSIDERANDO que é dever do Estado e obrigação nacional, ficando a cargo do Poder Público e da sociedade, integrar a Pessoa com Deficiência, respeitando os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social e do respeito à dignidade da pessoa humana, afastadas as discriminações e preconceitos de qualquer natureza (Lei Federal nº 7.853/89);

CONSIDERANDO que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que: a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

CONSIDERANDO, ainda, que o Decreto Legislativo n.º 186/08 que aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece em seu art. 24, item 2, que, para a realização do direito à Educação, os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

CONSIDERANDO que o referido decreto dispõe sobre a necessidade de se realizar adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

CONSIDERANDO que em âmbito federal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 4º, III, determina que a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

CONSIDERANDO que a legislação que regula a Educação Especial tem a finalidade de atendimento do educando com qualidade, o que pode se traduzir em currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, nos termos do art. 59, I e III, da Lei n.º 9.394/96;

CONSIDERANDO que o art. 3.º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que o art. 10 da Resolução n.º 4, de 2 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial estabelece que o projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado prevendo na sua organização outros profissionais da educação que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

CONSIDERANDO que na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de janeiro de 2008 consta que “cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar” (p. 17);

CONSIDERANDO a importância do referido profissional para o trabalho pedagógico na sala de aula, propiciando melhor desempenho do próprio aluno, de sua turma, contribuindo para que o professor exerça sua atividade;

CONSIDERANDO que a figura do cuidador na escola irá garantir que alunos com limitações de comunicação, de orientação, de compreensão, de mobilidade, de locomoção ou outras limitações de ordem motora, possam realizar as atividades cotidianas e as propostas pelos educadores durante as aulas e nos períodos extraclasse, viabilizando assim sua efetiva participação na escola;

CONSIDERANDO que a necessidade deste cuidado é inconteste no âmbito da escola e sua disponibilização é medida fundamental e imprescindível para a efetivação da educação inclusiva;

CONSIDERANDO que a falta de cuidadores causa prejuízos imensuráveis a vários alunos com necessidades educacionais especiais da rede pública estadual desde o início do ano letivo, por não terem tais alunos condições de satisfazer suas necessidades fisiológicas, de higiene, de locomoção e de alimentação de forma autônoma, redundando muitas vezes na evasão escolar;

CONSIDERANDO, por fim, o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências, que estabeleceu em seu art. 1.º, inciso IV, acerca do dever do Estado para com a educação das pessoas público-alvo da educação especial, o qual deverá ser efetivado de acordo com várias diretrizes, dentre as quais: “(...) garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;”

CONSIDERANDO que a contratação de cuidadores/professores auxiliares, quando necessária, é obrigatória, conforme a norma contida no art. 58, §1º, da Lei nº 9.394/96;

RESOLVE expedir a presente NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA à EXCELENTÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS – SECD, para que, sob pena de incorrer na prática de ato de improbidade administrativa, providencie, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contratação, mediante critérios objetivos de qualificação, de cuidadores para apoio escolar e pedagógico aos alunos com deficiência que deles necessitarem.

Assina-se o prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente para que comunique ao Ministério Público Estadual, quanto à adoção das providências determinadas na espécie e outras mais que tiver deliberado.

Afixe-se cópia no mural do Espaço da Cidadania e comunique-se, com cópia, à Procuradoria Geral de Justiça, à Corregedoria do Ministério Público, ao Conselho Superior, ao CAOP, às Promotorias do Interior, ao Conselho Estadual de Educação e Conselho Tutelar de Boa Vista. Publique-se no DPJ.

Boa Vista-RR, 14 de abril de 2015.

ÉRIKA LIMA GOMES MICHETTI

Promotora de Justiça da Pro-DIE

Nesta data, 23/04/2015, tomei ciência da recomendação supra.

SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI

TERMO DE RECOMENDAÇÃO Nº 005/2015

Ementa: RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. FALTA DE INTÉRPRETE DE LIBRAS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DA REDE REGULAR DE ENSINO ESTADUAL.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA através da Promotoria de Defesa da Pessoa com Deficiência e Idoso; Direito à Educação - Pro-DIE, por sua agente in fine firmada, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – Lei Complementar nº 003, de 07 de janeiro de 1994 – art. 32, V, “a”, “d” c/c art. 33, IV, e ainda com esboço no PP nº 013/2015, que tem como objeto verificar “ausência de intérprete de LIBRAS na Rede Estadual de Ensino”, vem por meio do presente termo:

CONSIDERANDO que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar nº 003/1994) faculta a seus membros, no exercício de suas funções, fazer recomendações para melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para adoção das providências cabíveis;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 6º, define como direito social o direito humano à educação, dispondo, ainda, no art. 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado;

CONSIDERANDO que o art. 206, inciso VII da Constituição Federal estipula que é princípio do ensino brasileiro a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

CONSIDERANDO que o art. 227, § 1º, II, da Constituição Federal estabelece que cabe ao Estado a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência física, sensorial ou mental;

CONSIDERANDO que o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado às Pessoas com Deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso III, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional determina em seu art. 4.º, inciso III, c/c art. 7.º, incisos I e II, o atendimento educacional especializado ao deficiente na rede regular de ensino;

CONSIDERANDO que é dever do Estado e obrigação nacional, ficando a cargo do Poder Público e da sociedade, integrar a Pessoa com Deficiência, respeitando os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social e do respeito à dignidade da pessoa humana, afastadas as discriminações e preconceitos de qualquer natureza (Lei Federal nº 7.853/89);

CONSIDERANDO que a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que: a) as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência; b) as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem;

CONSIDERANDO, ainda, que o Decreto Legislativo n.º 186/08 que aprovou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelece em seu art. 24, item 2, que, para a realização do direito à Educação, os Estados Partes assegurarão que as pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;

CONSIDERANDO que em âmbito federal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 4º, III, determina que a educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

CONSIDERANDO que a legislação que regula a Educação Especial tem a finalidade de atendimento do educando com qualidade, o que pode se traduzir em currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, nos termos do art. 59, I e III, da Lei n.º 9.394/96;

CONSIDERANDO que o art. 3.º do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

CONSIDERANDO que, por meio do art. 1.º da Lei n.º 10.436/02, foi reconhecida como instrumento legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados; e que no art. 2.º do mesmo diploma determina ao poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos a obrigatoriedade de garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB n.º 04/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, orientando no seu art. 10, inciso VI, que o projeto pedagógico da escola regular deve prever na sua organização, dentre outros, profissionais de apoio, como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

CONSIDERANDO que a falta de intérprete de LIBRAS, desde o início do ano letivo, causa prejuízos imensuráveis a vários alunos com surdez ou deficiência auditiva da rede pública estadual, por não terem tais alunos condições de acompanhar as aulas ministradas, redundando muitas vezes na evasão escolar;

CONSIDERANDO, por fim, o Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre educação especial, atendimento educacional especializado e dá outras providências, que estabeleceu em seu art. 1.º, inciso IV, acerca do dever do Estado para com a educação das pessoas público-alvo da educação especial, o qual deverá ser efetivado de acordo com várias diretrizes, dentre as quais: "(...) garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;"

RESOLVE expedir a presente NOTIFICAÇÃO RECOMENDATÓRIA à EXCELENTÍSSIMA SENHORA SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTOS – SECD, para que, sob pena de incorrer na prática de ato de improbidade administrativa, providencie, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contratação de intérpretes de LIBRAS (graduados, no mínimo, no Ensino Médio, experientes e proficientes em LIBRAS) para que se façam presentes nas salas de aula, bem como nas atividades complementares oferecidas de todos os níveis e modalidades de ensino em que haja alunos surdos ou com deficiência auditiva matriculados.

Assina-se o prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento da presente para que comunique ao Ministério Público Estadual, quanto à adoção das providências determinadas na espécie e outras mais que tiver deliberado.

Afixe-se cópia no mural do Espaço da Cidadania e comunique-se, com cópia, à Procuradoria Geral de Justiça, à Corregedoria do Ministério Público, ao Conselho Superior, ao CAOP, às Promotorias do Interior, ao Conselho Estadual de Educação e Conselho Tutelar de Boa Vista. Publique-se no DPJ.

Boa Vista-RR, 14 de abril de 2015.

ÉRIKA LIMA GOMES MICHETTI
Promotora de Justiça da Pro-DIE

Nesta data, 23/04/2015, tomei ciência da recomendação supra.

SELMA MARIA DE SOUZA E SILVA MULINARI

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Expediente de 07/05/2015

PORTARIA N.º 043/2015

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E:

Nomear a Advogada, **FABIANA SOUZA DA SILVA**, inscrita nesta Seccional, para compor a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Roraima.

Certifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

Boa Vista (RR), 06 de maio de 2015.

JORGE DA SILVA FRAXE
Presidente da OAB/RR

PACI CONCORDS JUS

EDITAL 131

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Roraima faz público achar-se nesta Seccional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição Principal da Belª: **SONIELY MOURA VILHENA**, Lei 8.906/94.

Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Roraima, aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze.

JORGE DA SILVA FRAXE
Presidente da OAB/RR

